

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
Programa de Pós-Graduação em História



**Dissertação**

**1945:**  
Um ano intenso na política do sul gaúcho

**Everton da Silva Otazú**

Pelotas, 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**



**Dissertação de Mestrado**

**1945: UM ANO INTENSO NA POLÍTICA DO SUL GAÚCHO**

**Everton da Silva Otazú**

Pelotas, março de 2016

**Everton da Silva Otazú**

**1945: UM ANO INTENSO NA POLÍTICA DO SUL GAÚCHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

**Pelotas, 2015**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

O871 Otazú, Everton da Silva

1945 : um ano intenso na política do sul gaúcho /  
Everton da Silva Otazú ; Marcos César Borges da Silveira,  
orientador. — Pelotas, 2016.

261 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação  
em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade  
Federal de Pelotas, 2016.

1. Redemocratização. 2. Jornais. 3. Política. 4. Pelotas. 5.  
Rio grande. I. Silveira, Marcos César Borges da, orient. II.  
Título.

CDD : 981.65

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Everton da Silva Otazú

1945: Um ano intenso na política do sul gaúcho

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data de Defesa: 25/04/2016

Banca examinadora:

Prof.<sup>o</sup> Dr. Marcos César Borges da Silveira (Orientador),  
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.<sup>o</sup> Dr. Edgar Ávila Gandra,  
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.<sup>o</sup> Dr. Sebastião Peres,  
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatyana de Amaral Maia,  
Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“Fracassei em tudo o que tentei na vida.  
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.  
Tentei salvar os índios, não consegui.  
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.  
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.  
Mas os fracassos são minhas vitórias.  
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

**Darcy Ribeiro**

"Não estamos à margem de um centro, mas no centro de uma outra história."

**Vitor Ramil**

## AGRADECIMENTOS

Considero a tarefa de agradecer a mais difícil e a mais prazerosa desse trabalho. Afinal, foi uma curta, mas difícil trajetória até esse momento, muitas quedas, choros, risadas e também conquistas. De certa forma, tenho um pouco a agradecer a cada pessoa que passou pela minha vida nesses curtos dois anos, mas não teria tempo nem lugar para citar todas.

Agradeço a minha Mãe amada, Nara Maria Fernandes da Silva, por me aturar durante essa caminhada, pelas vezes que teve arrumar minhas bagunças, me cuidar doente, entrar e sair de costas do meu quarto para não ver a desordem e mesmo assim estar sempre comigo. Não poderia deixar de agradecer a meu pai, Egberto Vasconcelos Otazú que, a sua maneira, também me ajudou e ajuda diariamente. Quero agradecer aos meus Dindos e em especial a minha Dinda amada, Maria Olinda Bandeira da Silva, minha segunda mãe, por também me aturar e me ajudar, tendo que aguentar os meus erros de português procurando entender aquilo que eu queria dizer em cada texto. A minha namorada, Monique da Rocha Loi, pela paciência, carinho e companheirismo, importantíssimos nessa reta final.

Peço benção e agradeço ao professor Edgar Ávila Gandra que acreditou no meu potencial e esteve presente nesses últimos anos se tornando um grande amigo a quem sempre serei grato. Aos prezados mestres, com os quais tive contato durante minha trajetória acadêmica na UFPel, cuja contribuição também foi de extrema valia na minha formação como professor/pesquisador: Adhemar Lourenço da Silva Jr., Alessandra Gasparotto, Fábio Vergara Cerqueira, José Plínio Guimarães Fachel e Paulo Ricardo Pezat, meu muito obrigado.

Agradeço a banca por ter aceitado participar desse momento; a Presidência da Câmara de Vereadores de Pelotas e ao Vereador Marcus Cunha, que junto a Biblioteca Pública da cidade conseguiram amenizar os custos com fotos dos periódicos; e a Capes/Fapergs pelo apoio financeiro.

Também agradeço muito o auxílio do meu orientador Marcos César Borges da Silveira que com zelo, paciência e muita inteligência me ajudou nesse caminho árduo do Mestrado.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em História Regional, antigos e novos. Ao meu amigo Diego Rodrigues de Oliveira que me convidou a participar deste espaço, sendo exemplo de coerência e dedicação entre todos. Ao amigo Mario Marcello Neto, cujo incentivo me ajudou bastante, pela oportunidade que me concedeu de ser professor do Desafio Pré-Vestibular, além de ajudar em minha inserção no mundo acadêmico.

Energias positivas aos amigos do movimento espírita pelotense: Andrio Cardoso, Deize Lisboa, Frederico Moreira, Marisete Carrilho, Sheila Fleming, que me apoiaram nesses anos e a colega e amiga Rogéria Garcia que também contribuiu na minha formação acadêmica me apoiando em diversos trabalhos. Continuaremos lutando para tornar essa doutrina mais espírita, racional e humana.

Por fim, não poderia esquecer dos amigos do CEFET-RS, em especial daqueles que estiveram mais próximos nesses anos, Roger Ferreira da Cruz e Marcus Vinicius Rosa da Silveira pela amizade e o apoio em todos os momentos.

Enfim, muito obrigado!

## RESUMO

OTAZU, Everton da Silva. 1945: **Um ano intenso na política do sul gaúcho**, Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016, Dissertação (Mestrado em História).

A presente dissertação tem como objetivo, através dos jornais, investigar o processo de redemocratização de 1945, ocorrido no Brasil, sob o prisma da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Para esse fim, foram selecionados os periódicos *O Tempo e Rio Grande*, da cidade de Rio Grande e o *Diário Popular*, da cidade de Pelotas. Entendemos que ambas as cidades foram significativas nesse momento de reestruturação político-partidária e influenciaram outros municípios da região. Desse modo, desejamos compreender como se organizaram os atores políticos regionais frente a esse contexto, a partir das representações/discursos publicados pelos jornais em estudo. Também acompanharemos a trajetória dos grupos envolvidos e suas transformações ao longo do processo, analisando as agendas construídas nesse período de reorganização do campo político sulino.

**Palavras-chave:** redemocratização; jornais; política; Pelotas; Rio Grande.

## ABSTRACT

OTAZU, Everton da Silva. **1945: An intense year in gaúcho southern politics**, Pelotas, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, 2016 Thesis (MA in History).

The present dissertation has as objective, through the newspapers, to investigate the 1945's redemocratization process, occurred in Brazil, from the perspective of the southern region of the Rio Grande do Sul state. For this purpose, the journals were selected *O Tempo* and *Rio Grande*, the city of Rio Grande and *Diário Popular*, the city of Pelotas. We understand that both cities were significant at this time of political partisan restructuring and influenced other municipalities. Therefore, we wish to think how organized regional political actors face this context, from the representations / discourse produced by the newspapers in the study. Also accompany the trajectory of the groups and their transformations throughout the process, analyzing the agendas built this reorganization period the southern political field.

**Keywords:** redemocracy; newspapers; policy; Pelotas; Rio Grande.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Desembargue das autoridades do Governo Estadual Gaúcho no aeroporto de Pelotas.....	73
Figura 02 – Cerimônia de instalação do núcleo pessedista em Pelotas.....	74
Figura 03 – Cerimônia de instalação do PSD de São Lourenço do Sul.....	78
Figura 04 – Convite do PSD para o alistamento eleitoral em Pelotas.....	81
Figura 05 – Foto de página inteira do <i>Diário Popular</i> do dia 18 de julho de 1945.....	82
Figura 06 – Visita do Ministro Arthur de Souza Costa a sede do PSD Pelotas.....	107
Figura 07 – Propaganda do PTB e PSD no jornal <i>O Tempo</i> .....	145
Figura 08 - Cédulas de votação indicadas pelo PSD e as distribuídas pela “oposição”.....	147

## LISTA DE SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FUG – Frente Única Gaúcha

LEC – Liga Eleitoral Católica

MDP – Movimento Democrático Progressista

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

PCB – Partido Comunista do Brasil

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCB – União Cultural Brasileira

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – OS PRIMEIROS PASSOS DA REABERTURA POLÍTICA DE 1945.....	37
1.1 – OS JORNAIS, OS INTELLECTUAIS E AS ELEIÇÕES (JANEIRO – MARÇO 1945).....	37
1.2 – “ENTRE AS LEIS”: MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO INTERVALO ENTRE A LEI CONSTITUCIONAL Nº 9 E O DECRETO LEI 7.586 (MARÇO – MAIO 1945).....	53
2 – MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS NO SUL GAÚCHO.....	68
2.1 – FORMAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICO PARTIDÁRIA NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (JUNHO – OUTUBRO 1945).....	68
2.2 – OS MOVIMENTOS POLÍTICOS “APARTIDÁRIOS” (MDP, QUEREMISTAS E CATÓLICOS) (JUNHO – AGOSTO 1945).....	91
3 – DA CAMPANHA ÀS ELEIÇÕES.....	100
3.1 – A CAMPANHA POLÍTICA NO EXTREMO SUL BRASILEIRO E AS REESTRUTURAÇÕES PARTIDÁRIAS (JULHO – OUTUBRO 1945).....	100
3.2 – AS POLÊMICAS OPOSIÇÕES NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (JUNHO – SETEMBRO 1945).....	119
3.3 – DA DEPOSIÇÃO AO PLEITO: INSTANTES FINAIS DA CAMPANHA ELEITORAL (OUTUBRO – DEZEMBRO 1945).....	134
CONCLUSÃO.....	149
BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS.....	156
FONTES CONSULTADAS.....	160

## INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo analisar o processo de redemocratização no extremo sul gaúcho, tendo como fontes preferenciais os jornais *Diário Popular*, *O Tempo* e *Rio Grande*, todos vinculados a imprensa dessa região. Buscamos investigar a gênese da formação partidária em 1945 e suas conexões nos níveis regionais e nacionais. Para esse fim, nos desafiamos a construir nossa problemática no diálogo com outros autores, concordando e redefinindo perspectivas. Essa opção narrativa deve-se a possibilidade mais efetiva de um diálogo mais aprofundado, que lapide a nossa pesquisa sem a exclusão de autores já estabelecidos na historiografia.

Como se verá ao longo dessa dissertação a construção política desse período foi complexa. Uma rede de negociações emergiu/consubstanciou e os jornais nos permitem uma visão panorâmica desse processo. Logicamente, isso dentro dos limites possíveis que ficarão evidentes. Desta forma, pretendemos compreender como se organizaram os agentes políticos regionais frente a esse contexto, a partir das representações/discursos produzidos pelos jornais em estudo. Também acompanharemos a trajetória dos grupos envolvidos e suas transformações ao longo do processo, analisando as agendas que se edificaram nesse período de reorganização dos agentes políticos sulinos.

Como se verá no desenvolvimento da dissertação, buscamos nos alinhar historiograficamente, mesmo como inspiração, às perspectivas da História Política recente articulando com potencialidades da História Regional.

Para contextualizar nosso recorte, é importante olharmos para o ano de 1945. O mundo presenciava os momentos finais da Segunda Guerra Mundial. O esforço de guerra afetava a economia dos países envolvidos, alterava o preço dos alimentos, incentivava a especulação e alta da inflação. A luta contra os regimes autoritários na Europa levava outras nações do globo a reivindicar seus direitos democráticos.

O Brasil reproduzia o mesmo ambiente tensionado. A população, sobretudo urbana, ansiava pelo fim do conflito internacional e o retorno dos seus pracinhas. Na esfera política, o país vivenciava o *Estado Novo* (1937 – 1945), regime autoritário

instaurado por Getúlio Vargas, com pretexto de combate ao comunismo. Porém, o regime varguista dava seus sinais de esgotamento, afinal faziam 15 anos que Vargas estava no poder e o *Estado Novo* apenas aprofundava uma série de mudanças que já vinham acontecendo desde a Revolução de 1930. O caráter autoritário do governo brasileiro e a conjuntura internacional deram margem a manifestações que conclamavam pela reabertura política. No primeiro mês de 1945, um grupo de intelectuais realizou o 1º Congresso Brasileiro de Escritores. Nessa oportunidade, os presentes reivindicaram a liberdade de expressão e o retorno do sufrágio universal. Em fevereiro, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publica a entrevista do político e escritor José Américo de Almeida, na qual ele exigia eleições presidenciais no país. Essas razões, junto ao desejo do governo em promover a reabertura, levaram o presidente Getúlio Vargas a comprometer-se com a redemocratização.

Ainda sobre as influências e desdobramentos do varguismo (1930 – 1945), a historiadora Ângela de Castro Gomes (2005, p. 233) realiza uma síntese esclarecedora do período:

[...] não se deve deixar de destacar aqui que os conceitos e as práticas que o Estado brasileiro elaborou e gerenciou neste período de nossa história deixaram marcas que, no mínimo, esclarecem sobre o papel central que ainda desempenham no que se pode identificar como uma cultura política brasileira.

Nesse trecho, a autora traz a análise sobre as transformações político-sociais promovidas pela primeira passagem de Getúlio Vargas na presidência da república, em especial durante o período denominado *Estado Novo*. Para Gomes (2005), o governo varguista havia promovido o reconhecimento dos trabalhadores como atores sociais, além de estreitar seu relacionamento com essa parcela da sociedade, com quem negociava a concessão de direitos sociais. Essas mudanças teriam influenciado profundamente na forma como os sujeitos enxergavam sua relação com o Estado.

Porém trata-se de uma via de mão dupla. Num sentido, o Estado se esforçava através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em mudar as concepções de Estado/nação dos brasileiros. Promovia programas de rádio, como a “Hora do Brasil”, lançava

enciclopédias da História Nacional e publicava matérias de cunho político-cultural nos principais jornais do país<sup>1</sup>. Noutro sentido, uma parcela significativa da população urbana recebia essas informações, as transformava e as assimilava de acordo com suas experiências e crenças. Inclusive, a autora coloca que nesse período se formou uma espécie de “pacto” entre o governo e os cidadãos, vistos como trabalhadores, num sistema de “dádiva e contra dádiva”. Nesse pacto, ao promover os avanços sociais do período, o governo esperava um retorno da população – não necessariamente material – mas de gratidão.

O esforço do *Estado Novo* nesse sentido teve êxito, pois no primeiro enfrentamento que exigiu um posicionamento das camadas populares, elas se colocaram ao lado do presidente. Pode-se concluir que o processo de ressignificação da *cultura política* levou a esse resultado. Os trabalhadores reconheceram os avanços promovidos pelo governo e se colocaram a seu favor. Não de maneira alienada, como alguns acreditam, mas de maneira consciente; como aquele que pesa os prós e os contras (FERREIRA, 2005). Quanto ao momento de enfrentamento, nos referíamos ao processo de redemocratização ocorrido em 1945. Trata-se de um momento onde as antigas oligarquias liberais retornam ao cenário político, pois desde o início do *Estado Novo* encontravam-se limitadas em virtude da intervenção/controlado do Estado.

Sendo assim, é possível observar um embate direto entre dois projetos emergentes de sociedade. Um que representa o Estado varguista e outro representado pelo retorno daqueles que se encontravam “de fora” desse modelo. Somado a isso, é possível perceber a influência direta da *cultura política*<sup>2</sup> de diversas temporalidades, inclusive a fomentada pelo *Estado Novo* na concepção desse novo momento, o retorno à democracia. No entanto, acreditamos que essa *cultura política*, que propiciou o “trabalhismo”<sup>3</sup>, tenha sido mais significativa no

---

<sup>1</sup> Ver: GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 1999. / GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>2</sup> Segundo Rennó (1998, p.71): “Cultura política é definida, segundo Almond, como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990, p. 144). Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país”.

<sup>3</sup> Entendemos a categoria *trabalhismo* como a expressão da *cultura política* construída, sobretudo, no primeiro governo Vargas (1930 - 1945). As principais discussões sobre encontra-se nas obras: FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura**

processo de redemocratização, sendo uma referência para o posicionamento social, bem como, na construção de uma nova concepção democrática e de unidade no debate político do período. Esse contexto permeia nosso recorte, compreendê-lo é ter presente uma chave de leitura para a reflexão do que pretendemos desenvolver.

Daí a importância de alongar nosso campo de interlocução mediante a inclusão de estudos recentes que tangenciam o processo de redemocratização em 1945. O diálogo com autores – clássicos e recentes – perpassam todo o texto, contribuindo para a elaboração e enfrentamento de várias questões, tendo em vista a busca de uma inserção historiográfica<sup>4</sup>.

Iniciaremos pelo trabalho “O Teatro do Poder: As Elites Políticas no Rio Grande do Sul na Vigência do Estado Novo”, de Sandra Maria do Amaral, no qual é realizada uma investigação prosopográfica sobre a elite política gaúcha, entre os anos 1930 e 1947. Na obra, a autora busca captar quais foram as mudanças que ocorreram no campo político estadual a partir da Revolução de 1930 até o ano de 1947, quando o Brasil retorna ao jogo democrático em todos os níveis.

Para Sandra Amaral, o advento do *Estado Novo* brasileiro teria proporcionado o desmantelamento das antigas organizações políticas, nacionais e estaduais.

No entanto, para que consigamos verificar a circularidade na elite política rio-grandense, faz-se necessário ampliar o período de estudo de 1930 até 1947. Esse período terá como o palco o Rio Grande do Sul, numa perspectiva de história regional. A escolha do Rio Grande do Sul justifica-se **por ser um estado em que o bipartidarismo vai ser um elemento característico desde a proclamação da República**. Portanto, nesse pano de fundo de elites políticas rivais, que vai se configurar durante toda a República Velha, acreditamos que a tentativa de retirar atores do cenário só ocorrerá no pós-30 e se consolidará no Estado Novo. Este novo recorte

---

**política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>4</sup> A delimitação do objeto foi realizada a partir de outros trabalhos, localizados no mesmo campo historiográfico. Para isso, fizemos um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (Disponível em < <http://bdttd.ibict.br/a-bdttd> > Acessado em: 09/03/2015), um site de pesquisa que integrou bancos de dados digitais de diversas universidades brasileiras, e encontramos 10 títulos, entre teses e dissertações. Desses trabalhos, selecionamos 07 obras de acordo com os seguintes critérios: objeto de pesquisa – dando prioridade às com enfoque regional, ou seja, que tratassem sobre o estado do Rio Grande do Sul, aproximações e distanciamentos em relação a nossa proposta e ao recorte temporal. Foram analisados também os itens: referencial teórico e fontes utilizadas. Procuramos, na medida em que apresentamos os trabalhos, tecer e estabelecer a relação que cada um deles possui com a proposta apresentada e com isso delimita-la, isto é, tornar claro os objetivos da investigação.

poderá ajudar a explicitar se efetivamente ocorreu um processo de mudança, mesmo que tênue, durante esse período (AMARAL, 2005, p.15). Grifos nossos.

A autora chama atenção para a necessidade de um recorte mais alongado, que permita compreender melhor as mudanças políticas que ocorreram naquele período. Todavia, gostaríamos de ressaltar o “bipartidarismo” apontado e trabalhado pela autora. Segundo ela, o bipartidarismo tradicional durante a República Velha no Rio Grande do Sul, teria marcado profundamente a política estadual e passaria a orientar as novas configurações políticas pós-45, ou melhor, as alianças políticas ficariam concentradas em torno de dois partidos: UDN e PTB, que polarizariam as eleições até a suspensão do regime democrático em 1964. Provavelmente, essa polarização também tenha ocorrido no sul do estado, fato que será devidamente apreciado em nossa pesquisa<sup>5</sup>.

Esse trabalho ajuda a compor nosso campo de pesquisa na medida em que faz uma análise historiográfica sobre o período, realizando um levantamento de fôlego em relação a importantes lideranças políticas, o que constituiu um referencial para futuras pesquisas. Acreditamos que os padrões definidos pelo estudo para detectar a mudança de perfil da elite política – como profissão, formação acadêmica e origem social – servem para demonstrar alterações importantes no âmbito das elites, notadamente em função do ingresso de novos integrantes. Contudo, aspectos significativos da experiência e da ação dos atores, devido a essa opção metodológica, não constituíram o escopo da pesquisa. A definição de elite política utilizada pela autora, que considera apenas os eleitos na composição desse grupo, exclui um segmento importante da própria elite. Outrossim, trabalhadores e populares também ficam a parte dessa análise, o que, tendo em vista o

---

<sup>5</sup> Quanto às fontes utilizadas pela autora podemos dizer que ela se valeu de vários tipos e recursos como: jornais e documentos oficiais, lançando mão de um conjunto volumoso de bibliografia sobre o assunto, o que obviamente compõe o lastro de sua pesquisa. A instrumentação teórica proposta está intimamente ligada a prosopografia, que por sua vez remete a “biografia coletiva e contexto” (AMARAL, 2005, p.19), tipologia elaborada pelo historiador italiano Giovanni Levi. Com isso, a pesquisadora demonstra ao longo do trabalho as alterações ocorridas na elite política gaúcha. Sandra Amaral ainda conta com o aporte de José Murilo de Carvalho e René Rémond. O primeiro constitui uma referência no estudo das elites no Brasil e o segundo um importante referencial no estudo da História Política em nível internacional. Outros conceitos como “política, poder, elite, elite política, contra-elite e circularidade” (AMARAL, 2005, p.19) também são utilizados.

protagonismo desses atores no período em tela, também acaba limitando a compreensão do processo de reabertura.

Nessa pesquisa, visamos valorizar a participação de diversos personagens – elites e populares – no decorrer do processo eleitoral. Assim, acompanhamos a reabertura política no seu dia-a-dia, através dos jornais, com o objetivo de tecer uma narrativa fina, buscando auscultar os agentes que tomaram parte nas disputas políticas do período.

Com efeito os queremistas constituíram-se como expressão da participação popular durante a reabertura de 1945. Contrapondo-se a outros grupos e movimentos sociais que defendiam a saída do Presidente Vargas. Na historiografia nacional o historiador Jorge Ferreira (2005) ganhou destaque por trabalhar com esse assunto numa perspectiva diferenciada.

O queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manutenção de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas. (FERREIRA, 2005, p.26).

Discordando daqueles que procuravam definir o queremismo sob a ótica da manipulação, realizada pelo *Estado Novo*, questionando a ideia de um “condicionamento homogeneizador”, Jorge Ferreira sustenta a capacidade de discernimento e a criatividade de trabalhadores e populares face ao contexto político. Inspirado no autor procuramos valorizar a participação popular na abertura democrática no sul gaúcho, buscando entender as razões que levaram os trabalhadores a defenderem o legado varguista.

Na dissertação intitulada “Em busca de cidadania política: o queremismo no Rio Grande do Sul frente à organização política e partidária (1945)”, Cassio Albernaz busca compreender quais os motivos que levaram os trabalhadores a se organizarem, durante o processo de redemocratização originando um movimento de amplitude nacional. O objetivo do autor é:

**[...] tentar buscar a complexidade do movimento ao nível regional através da reconstituição dinâmica e complexa de sua organização, de sua política de alianças, dos vários atores sociais, do seu discurso e**

**de suas táticas, e das relações com o processo político-partidário,** tornando-se possível articular as mudanças na composição interna do *queremismo*, com as transformações vividas por outros segmentos sociais, que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças, sem implicar, necessariamente, em passividade e subordinação. (ALBERNAZ, 2006, p.16) Grifos nossos.

O autor traz para o debate uma reflexão relevante para nossa proposta de trabalho. Afinal, como o *queremismo* se relacionou com o espaço político em construção? Como perceber “a multiplicidade de experiências, a flexibilidade dos costumes e a circulação de valores” (ALBERNAZ, 2006, p.17-18)? São questões realmente substanciais a se pensar, não somente sobre os *queremistas*, mas nas relações de outros grupos/instituições com o contexto político, em nosso caso na região sul do estado.

Teórico-metodologicamente esse título é orientado por um debate historiográfico, onde Cássio Albernaz (2006) incorpora referenciais clássicos como Edward Thompson ao falar de trabalhadores, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira para tratar de trabalhismo e populismo, ou seja, concepções supracitadas e fundamentais do assunto em tela.

O autor menciona certas dificuldades em encontrar fontes sobre o *queremismo* no estado, de modo que boa parte de sua pesquisa foi realizada fora do Rio Grande. Nossa pesquisa corrobora tal limitação, entretanto, encontramos nos jornais por nós pesquisados referências aos *queremistas* no sul do estado, tais informações foram obtidas muitas vezes de modo indireto, o que possibilitou realizar uma aproximação com o movimento *queremista* no sul do Rio Grande do Sul.

Outro trabalho que analisa a trajetória de grupos políticos naquela conjuntura é tese de doutorado de Lisandre Medianeira de Oliveira (2008), com o título “O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias”. A obra mostra a organização do partido em 1945 e sua gradativa desestruturação ao longo do período democrático (1945 - 1964), principalmente pela ação do PTB e da UDN. Contudo, é possível dizer que em 1947 o PSD já havia se modificado, pois o jogo político levaria parte de seus filiados a ingressarem em outros partidos, com destaque ao PTB, que crescera demais no estado com o apoio de Getúlio Vargas. Essa razão também fez com que o partido regional se diferenciasse dos demais diretórios, porque esperava de Vargas o apoio local.

Conforme exposto no título, a análise de Oliveira se detém em uma fonte central, o *Diário de Notícias*, capitaneado por Assis Chateaubriand, que segundo a autora utilizava do jornal para manipular o jogo político no estado. Ao tratar do jornal como fonte jornalística a autora coloca:

Algumas notícias na imprensa demonstram não apenas o registro do dia-a-dia e sim atitudes de determinado jornal, que organiza esses acontecimentos conforme seu próprio filtro. Entretanto, existem muitas maneiras de se estudar a história das idéias políticas e sociais através da imprensa. **Alguns autores utilizam a lingüística nessa análise mas, este trabalho preocupou-se com a identificação das matrizes das idéias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais.** (OLIVEIRA, 2008, p.02) Grifos nossos.

Nessa obra entendemos que a autora coloca como objeto de pesquisa o PSD nas páginas do *Diário de Notícias*, o que torna o jornal e o partido dois elementos inseparáveis. Ora o jornal e seus posicionamentos estando mais no centro da pesquisa do que o próprio PSD. Claro que essa é uma opção da autora, mas gostaríamos de adiantar que nossa perspectiva será diferente. Entendemos o jornal como agente político, participante das disputas assim como os partidos, sindicatos ou outros agentes. Dessa maneira, procuraremos analisa-lo em pé de igualdade com os demais agentes, buscando a compreensão do processo sob diversos prismas.

A autora realiza uma divisão territorial com o objetivo de observar de maneira mais sistemática a formação/ação do PSD no território gaúcho. Para isso, Oliveira adotou a divisão do estado em regiões geográficas para acompanhar a formação pessedista em cada uma dessas zonas<sup>6</sup>.

Pelotas e Rio Grande, municípios que adotamos como referência de nosso estudo devido sua localização, densidade populacional, oferta de serviços e

---

<sup>6</sup> No ano de 1940 a Junta Regional de Estatística, dividiu o Rio Grande do Sul em oito regiões ou zonas: Região das Missões (1° Zona), Região do Planalto Médio (2° Zona), Região Planalto do Nordeste (3° Zona) Região do Litoral (4° Zona), Região da Serra do Sudeste (5° Zona), Região da Campanha (6° Zona), Região da Depressão Central (7° Zona) e Região da Encosta da Serra (8° Zona), totalizando 88 municípios. Com algumas alterações no quadro territorial, durante os anos seguintes o estado chegou, ao ano de 1945 constituído por 92 municípios, 394 distritos e 56 comarcas, assim, prevalecendo a mesma estrutura organizacional das regiões. No intuito de se visualizar esses 92 municípios de forma sistemática e adequada à conjuntura histórica, optou-se por abordá-los a partir dessa divisão territorial prevista pela Junta Regional de Estatística, que os dispôs em oito regiões, conforme os seus critérios geográficos, físicos, humanos e econômicos. (OLIVEIRA, 2008, p.50-51).

participação historicamente ativa na vida política do Rio Grande do Sul estão – segundo os critérios da autora – em regiões diferentes. Pelotas estaria localizada na Região da Serra do Sudeste, ao lado de Tapes, Camaquã, Encruzilhada do Sul, Caçapava, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, São Lourenço do Sul, Arroio Grande, Herval e Jaguarão. Já Rio Grande ficou na Região do Litoral junto de Torres, Osório, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar. É evidente que a divisão realizada auxilia metodologicamente na construção de um trabalho tão extenso quanto o proposto e que essa foi uma escolha prática.

Por outro lado, será que Pelotas e Rio Grande, separadas por poucos quilômetros, não mantinham intenso contato naquela época, ainda mais num momento tão relevante quanto à redemocratização? Ou ainda, será que as relações políticas não desenhavam um outro mapa? Assim, a região construída através da pesquisa aparecerá ao fim deste estudo.

Antes de passarmos para o próximo trabalho – que tratará do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – gostaríamos de informar que não encontramos nenhum trabalho sobre a União Democrática Nacional (UDN) na base de dados que utilizamos. Porém, na dissertação de Oliveira (2005) encontramos uma alternativa, caso seja necessária, a essa ausência. A autora aponta o *Diário de Notícias* como uma fonte privilegiada no acompanhamento da UDN no estado, pois, segundo ela, o jornal dava amplo destaque a ação do partido, mostrando inclusive a instalação de novos comitês, promoção de comícios e etc. Apenas salientamos isso porque – no nosso entendimento – os principais grupos partidários daquele momento são quatro, em ordem de formação/fundação: PSD, UDN, PCB, PTB e acreditamos ser interessante cobrir, no mínimo, os aspectos relevantes da ação desses partidos durante a reabertura no sul gaúcho<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Partes do texto que compõe a introdução faziam parte do trabalho enviado para qualificação, quer dizer, são reflexões que acompanharam a trajetória da pesquisa. Prova disso, é que após esse primeiro momento, nós conseguimos consultar um trabalho sobre a UDN no estado (OLIVEIRA, 2001), escrito pela mesma autora que trabalha com o PSD gaúcho.

Retomando, passaremos a ação do PTB no estado do Rio Grande do Sul, objeto de estudo de João Batista Carvalho da Cruz<sup>8</sup>. O trabalho investiga o surgimento do partido e sua consolidação no pleito de 1947.

[...] o eixo prioritário escolhido para investigação é a participação do partido no pleito estadual de 1947. Pressupondo que as disputas políticas se intensificam e se evidenciam durante os processos eleitorais, acredito que aquela eleição configurou uma espécie de “apresentação” dos partidos nascentes à sociedade (CRUZ, 2010, p. 17).

Partilhamos da mesma compreensão de Cruz (2010) sobre o processo de organização politico-cultural ocorrido entre 1945 e 1947. Na dinâmica do processo houve pouco tempo para articulações mais profundas, porque tudo aconteceu muito rapidamente. No fim do mês de fevereiro do ano de 1945 o governo anuncia oficialmente o retorno democrático. Aproximadamente dez meses após, no começo do mês de dezembro, ocorrem as eleições. Nesse período, os partidos tiveram que se organizar às pressas, assim como seus filiados e aqueles interessados em disputar espaço no jogo político. Um exemplo interessante, para entendermos o impacto disso, é a demora na fundação do PTB gaúcho. O partido a nível nacional é fundado no mês de maio, enquanto no estado do Rio Grande do Sul surge apenas em outubro<sup>9</sup>.

O que isso quer dizer? Quer dizer, por exemplo, que agentes filiados ao PSD poderiam ter se filiado ao PTB e isso significa uma alteração expressiva nos quadros políticos do estado, ou seja, não houve um tempo considerável para as tomadas de decisões. Com o decorrer do tempo, alguns sujeitos saem do PSD para o PTB, outros saem da UDN e fundam o PSB, questões compreensíveis tendo em vista o curto espaço de tempo. Nessa direção, procuraremos analisar quais foram os impactos e desdobramentos do ingresso tardio na política do extremo sul gaúcho.

Outro aspecto desse trabalho que é importante ser levantado é o recorte temporal. O autor priorizou um recorte mais alongado, entre 1945 e 1947, que

---

<sup>8</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

<sup>9</sup> A fundação nacional do partido foi no dia 15 de maio de 1945. No Rio Grande do Sul foi em 02 de outubro de 1945.

compreende todo o processo de redemocratização, que passa pelas eleições federais em 1945, a constituinte em 1946 e as eleições federais, estaduais e municipais em 1947. Esse também era nosso objetivo, acompanhar todo esse desenrolar. Entretanto, devido ao curto espaço de tempo e ao entendimento de que seria melhor aprofundar algumas discussões, optamos por trabalhar com o primeiro momento da redemocratização, que, na nossa compreensão, foi o instante mais significativo, visto os momentos seguintes serem desdobramentos do inicial.

Como referido anteriormente, nosso trabalho apoia-se na análise dos jornais. Neste sentido, de acordo com o historiador Benedict Anderson (1985), a imprensa conecta diversos tempos, espaços e estruturas que aparentemente não possuem conexão nenhuma chamando atenção no modo como isso é entendido pelo leitor.

Essa vinculação imaginada provém de duas fontes indiretamente relacionadas. A primeira é simplesmente coincidência no calendário. A data no alto do jornal, a marca peculiar mais importante que ele apresenta, fornece a conexão essencial — a marcação regular da passagem do tempo homogêneo e vazio. Dentro daquele tempo, "o mundo" caminha decididamente para a frente. O sinal disso: se Mali desaparecer das páginas do *The New York Times* por meses a fio, depois de dois dias de reportagens sobre a fome, nem por um momento os leitores imaginarão que Mali desapareceu, ou que a fome exterminou todos os seus cidadãos. O formato de romance que tem o jornal lhes assegura que, em algum lugar fora dali, o "personagem" Mali se movimenta silenciosamente, aguardando sua reaparição seguinte no enredo. (ANDERSON, 1985, p. 42).

Essa capacidade do jornal em dar sentido a fatos completamente distanciados o coloca numa posição privilegiada. Na sociedade contemporânea — sobretudo na década de 40, onde os meios de comunicação eram escassos — o jornal se destacava por ser um dos principais veículos de informação e formação da opinião pública. Devido às características levantadas, os jornais não podem (ou não deveriam) ser concebidos como um reflexo da realidade, mas sim como uma *representação* dela. Em função disso recorreremos ao conceito de *representação* do historiador francês Roger Chartier:

[...] a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o

reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 2002b, p.20).

Assim, é possível entender os jornais como veículos de informação que carregam um conjunto de *representações* do mundo social, a partir de interesses ideológicos, políticos, financeiros, mercadológicos e regionais. Nesse caso, cabe a nós entendermos o jornal também como produto, uma mercadoria. Por essa ótica, a notícia que circula nas suas páginas dependia diretamente da aceitação do seu leitor, pois isso repercutiria na sua venda.

A matéria também pode ser influenciada pelas relações que a direção do jornal estabelece com os seus patrocinadores (LUCA, 2008). Logo, a seleção do tema está dentro de uma lógica de mercado, que pode levar a um retorno financeiro, seja pela venda de jornais ou produtos neles anunciados, ou ainda pelo jogo político que pode ser armado, buscando influenciar a opinião pública.

Além disso, as *representações* são construídas a partir de elementos tangíveis da realidade do leitor e passam a ser compreendidas, pois encontram os “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado” (CHARTIER, 2002b, p. 17). Porém, as *representações* jornalísticas normalmente seguem uma pauta política, que pode afastá-la de alguns elementos da realidade concreta, gerando notícias distorcidas sobre os acontecimentos. Mesmo assim, as *representações* não perdem seu elo com a realidade, mesmo que tênue, sempre haverá algum elemento estruturante.

Desse modo, é possível afirmar que todo leitor possui estruturas interpretativas que antecipam a própria interpretação. Elas são formadas principalmente através das experiências adquiridas por meio de fatos presenciados ou vivenciados.

Mais do que oferecer subsídios para as *representações*, a *experiência* compõe uma categoria indispensável para análise do comportamento dos agentes sociais e a compreensão do *tempo histórico*<sup>10</sup>. Nessa pesquisa buscamos avaliar o

---

<sup>10</sup> Sobre isso Reinhart Koselleck (2012, p.308) coloca que “[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em

como diferentes atores se apropriavam da sua experiência no enfrentamento político de modo que se faz necessário avançarmos mais da definição desta noção.

Neste sentido, foi no trabalho de Reinhart Koselleck (2012), que encontramos a melhor instrumentação para abordar essa categoria:

[...] é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. **Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia.** Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (KOSELLECK, 2012, p. 309-310) Grifos nossos.

Como “passado atual”, a *experiência* estaria num *espaço* de fácil acesso, do qual os sujeitos se utilizam como base referencial para suas projeções de futuro. Podemos perceber, também, que a construção/formação das experiências ocorre em três níveis: o social, o institucional e o pessoal. O primeiro acontece através do contato social, na troca de vivências e no contato com o outro. O segundo compõe uma das vias das quais mais nos preocupamos em destacar até agora, a institucional, encarregada do processo de transformação da *cultura política* brasileira durante o *Estado Novo*. E o terceiro nível, fundamental na recepção das *experiências* “alheias”, que é o pessoal, onde acontece a reformulação dessas e a formulação de uma concepção própria. Esses três níveis serão analisados ao longo desse trabalho, inclusive o pessoal em alguns momentos. Por isso essa atenção especial em esmiuçar essa categoria, também designada por Koselleck, como “espaço de experiência”.

O tempo, como se sabe, de qualquer modo não pode ser expresso a não ser em metáforas espaciais, mas evidentemente é mais claro falar-se de "espaço de experiência" e de "horizonte de expectativa" do que do contrário, de "horizonte de experiência" e "espaço de expectativa", embora estas expressões também não deixem de ter sentido. O que aqui importa é mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro. (KOSELLECK, 2012, p. 310-311).

---

seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”. Em seguida retornaremos a essa discussão.

Com o objetivo de compreender melhor o *tempo histórico*, Koselleck lança mão da categoria *horizonte de expectativa*, entendida como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2012, p. 311). É nesse horizonte que homens e mulheres depositariam suas esperanças e expectativas de futuro, construído a partir de suas *experiências* e com base num prognóstico realizado. Contudo, não podemos pensar que o *espaço de experiência* condiciona o *horizonte de expectativa*. Veja o que coloca o autor:

Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo. Assim, a diferença entre as duas categorias nos remete a uma característica estrutural da história. Na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas. Este resultado nada tem de surpreendente. Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico. (KOSELLECK, 2012, p. 311).

O objetivo não é apenas traçar prognósticos de futuro, mas entender as tensões existentes entre passado, presente, futuro e a partir disso pensar a noção construída pelos agentes sobre o seu *tempo histórico*. Dai podemos perceber quais eram as esperanças, os medos e as *expectativas* daqueles envolvidos na disputa política que se apresentava no horizonte.

No caso, a experiência dos atores é mobilizada nas disputas por espaços e recursos que constituem o *campo político*. Esse conceito, bem como o de *capital simbólico* de Pierre Bourdieu (1989), serão importantes na análise das disputas que emergiram no contexto político.

Assim, é igualmente importante levar em conta que os jornais não são apenas fontes de pesquisa, mas também agentes na disputa do *campo político*. Ou melhor, os periódicos – vistos como agentes políticos – ocupam a mesma posição dos partidos políticos, sindicatos e outras instituições na hierarquia da disputa por espaço social. Para entendermos melhor, cabe apresentar e discutir o conceito de *campo político* segundo o autor:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre o agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p.164).

Deste modo, *campo político* pode ser compreendido e percebido de várias maneiras. Ele se constitui a partir da “concorrência entre os agentes nele [...] envolvidos”, quer dizer, a disputa por espaços na sociedade pressupõe a existência de um *campo político*, seja ele dentro de um sindicato ou na paróquia do bairro. No entanto, é nesses espaços que são formadas lideranças políticas que, normalmente, almejam algo maior. Assim, o processo de redemocratização inaugura um novo momento do *campo político* nacional, que após anos de restrições participativas possibilita o ingresso de novos e antigos agentes. Por isso sua relevância em nossa investigação, onde pretendemos mapear e compreender a atuação desses sujeitos, como também, conhecer seu *campo* de ação.

Nesse *campo* o que está em disputa é o domínio político, que nunca é absoluto. Como o controle total do *campo político* não é possível, os profissionais buscam mobilizar um grande número de sujeitos e através dessa maioria decidir o futuro de todos agentes. Porém, ao conquistar a maioria os profissionais também acumulam aquilo que Bourdieu denominará como *capital político*, que segundo o autor trata-se de:

[...] uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (BOURDIEU, 1989 p.187).

O *capital simbólico*, ou *capital político*, são desdobramentos da interpretação sobre a influência do capital econômico, problematizada pelo sociólogo alemão Karl Marx. De acordo com Bourdieu, haviam relações que não eram possíveis de serem mensuradas através da questão monetária, como, por exemplo, a reação causada por um certo prestígio que advém de um cargo importante, ou a influência provocada por uma formação acadêmica mais reconhecida pela sociedade. Trata-se de um capital que não pode ser contabilizado monetariamente, embora, possa se converter nesse sentido. Logo, a redemocratização será um momento de disputas pelo *capital*

*político* disponível entre novos e velhos agentes que se encontram na arena política. Assim, esse instrumento teórico nos ajudará a compreender as ações em torno do *capital simbólico*, ou seja, como ao longo da reconfiguração política da década de 40 os profissionais acumularam o capital necessário para o controle do político.

Dito isso, é necessário voltarmos para outro momento do trabalho investigativo, a compreensão de outros aspectos ainda não discutidos das fontes periódicas. Para esse entendimento não basta uma simples leitura dos textos jornalísticos, pelo contrário, deve ser uma leitura permeada pelo conhecimento teórico do pesquisador e ele deve utilizar dos melhores referenciais disponíveis. Sendo assim, a historiadora Tânia Regina de Luca (2008, p. 140) aponta que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (LUCA, 2008, p. 140).

Nesse trecho a autora aponta para algumas questões teóricas centrais no trabalho com textos jornalísticos, como a localização dos artigos dentro do periódico, aspecto que é uma das preocupações dessa dissertação. Também buscamos entender os jornais como produto dos interesses de um determinado grupo dentro de um contexto específico, como já citado. Sendo assim, eles estão carregados de intencionalidade que não ficaram de fora do debate histórico. Por conseguinte, antes de fazermos a análise do material levantado, teremos que fazer a “caracterização da fonte” (ZICMAN, 1985, p. 93-94), atentando a outros aspectos apontados por Luca (2008):

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (LUCA, 2008, p. 140).

Seguimos as indicações de Luca neste trabalho de caracterização, mas para isso é também necessário o olhar atento do historiador sobre um tema tão complexo como a reorganização partidária. Destaca-se que, muitas vezes, foram pequenas pistas nas fontes que apontaram para questões que se tornaram importantes nessa dissertação. Tais como: a intencionalidade do jornal, os atores envolvidos, recursos tipográficos utilizados e as suas relações partidárias.

Na análise desta fonte é importante não deixar de “ter presente que nós pesquisadores não somos os leitores-modelo do jornal. Nós somos leitores empíricos de um jornal que teve outros leitores empíricos no momento em que ele circulava” (ELMIR, 1995, p. 22), ou seja, não podemos nos confundir com o leitor original do periódico, pois temos o compromisso, amparado na historiografia, de verificar a validade das informações encontradas. Nesse sentido, a subjetividade da fonte jornalística reforça a necessidade do aporte historiográfico, que – em nosso caso – conta com as obras que estão sendo elencadas entre outras. Também é importante considerar que o próprio periódico poderá apontar para outra fonte que auxilie em sua interpretação. Caso for necessário o historiador poderá buscar o documento original para que possa entender o que ficou de fora e se isso altera na compreensão dos fatos. Essa é uma movimentação que consideramos necessária no trato desse tipo de fonte.

No que diz respeito a produção historiográfica sulina mais recente, o trabalho intitulado “*A História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*” (SOSA, 2005), de Derocina Campos Sosa, busca compreender a história política nacional através das perspectivas regionais/locais construídas pelos jornais em análise. Nesse esforço, a autora percebe que os periódicos ao informarem as notícias nacionais acabam também incorporando aspectos regionais e locais em seu posicionamento. Isso significa que os periódicos passam a ressignificar algumas situações com base na sua realidade. O estudo de Derocina Sosa (2005) se aproxima da nossa proposta na medida em que tenta analisar aspectos da política nacional através da imprensa local e como essas questões são ressignificadas por esses veículos de comunicação. Por outro lado, se afasta ao escolher um recorte temporal muito extenso, uma quantidade de fontes também numerosa e um referencial teórico que, ao nosso entender, pouco auxilia nas questões levantadas.

A respeito disso, podemos citar o caso dos jornais *Diário Popular* de Pelotas, *O Tempo* e *Rio Grande* da cidade de Rio Grande, utilizados nesse trabalho e que também aparecem entre as fontes da autora. Acreditamos que, devido às opções de Sosa, esses periódicos foram pouco apreciados em sua pesquisa, pois – como já mencionado – não era esse o seu objetivo. Procurando dar maior visibilidade historiográfica ao sul rio-grandense, conferindo atenção a esses periódicos que, nesta pesquisa, comparecem enquanto fontes para o estudo do tema. Inclusive, no sentido de buscar compreender as articulações regionais e quais os referenciais empregados por esses veículos na construção dos seus posicionamentos, o que permite perceber as particularidades locais e como elas se misturam às questões nacionais sob o influxo da *cultura política* trabalhista. Sobre isto, é igualmente importante levar em conta que os jornais não são apenas fontes de pesquisa, mas também agentes na disputa política. Ou melhor, os periódicos – vistos como agentes políticos – ocupam a mesma posição dos partidos políticos, sindicatos e outras instituições na hierarquia das disputas pelo espaço social.

Realizada essas considerações, passamos agora à caracterização dos elementos em apreço: as fontes jornalísticas. Esse exercício serve para colocar o leitor a par de algumas informações mais técnicas. Já o posicionamento político desses veículos será definido no desenvolvimento da dissertação. Agora pontuaremos algumas características das fontes utilizadas. Começaremos pelo jornal *O Tempo*, da cidade de Rio Grande:

O Tempo - Órgão fundado em Rio Grande a 1<sup>o</sup> de dezembro de 1906, sob a responsabilidade de Paulo Pacheco, Alípio Cadaval e outros, apresenta-se por vezes de maneira mais independente das orientações do governo federal. Essa independência está obviamente condicionada aqueles momentos em que a censura estava mais arrefecida, nos outros precisou se submeter às ordens impostas. (SOSA, 2005, p. 57).

Acreditamos que a autora priorizou o recorte histórico do seu trabalho (1930 - 1945) ao caracterizar os jornais, logo se trata de uma caracterização bem abrangente. Apesar disso, as colaborações de Sosa (2005) para o trabalho são de grande importância, visto que nenhum outro autor trabalha com essas fontes nesse período, nos dando base para a análise complementar sobre os periódicos do nosso período.

O jornal *O Tempo*, no primeiro trimestre de 1945, se apresenta como um jornal que prioriza as questões da Segunda Guerra Mundial paralelamente aos assuntos da cidade. As questões políticas do país também aparecem, mas de forma mais esporádica, assim como a figura de Vargas. Ele se diferencia do *Diário Popular* em dois aspectos. O primeiro é sua estrutura, com 04 páginas diárias podendo chegar a 06 páginas nos domingos, contendo aproximadamente duas páginas sempre destinadas às propagandas. Outra característica que nos chamou a atenção é que o jornal *O Tempo* traz parte de suas notícias de algumas agências da capital, e do interior do estado. Isso vai diferenciá-lo um pouco do outro jornal, proporcionando ao periódico riograndino um maior enfoque estadual.

Já o jornal *Diário Popular* da cidade de Pelotas é apresentado pela autora da seguinte forma:

Diário Popular - jornal pelotense fundado em 27 de agosto de 1890. Iniciou com o coronel Pedro Osório, do Partido Republicano local. Teve ainda como colaborador, o coronel Massot e como primeiro diretor Theodosio Menezes. **Esse jornal existe até os nossos dias. Destoa um pouco da imprensa rio-grandina da época, pelo cunho mais ousado de suas chamadas e matérias**, como em 18 de outubro de 1936, quando abriu o jornal com a chamada “Censurada a imprensa de Pelotas” ou ainda em julho do mesmo ano quando lançou a seguinte previsão: “Desceram as trevas da noite sobre o cadáver da Democracia brasileira”, referindo-se às constantes prorrogações do estado de sítio que, posteriormente, foi substituído pelo estado de guerra até o golpe do Estado Novo. O período de exceção impôs a censura ao jornal como fez com os demais. A partir de 1943, passou a defender vigorosamente a democracia: “entendemos que Democracia não é Demagogia, como liberdade não é licença, nem anarquia”. (SOSA, 2005, p. 57-58). Grifos nossos.

No início do período analisado por nós o periódico pelotense mantém as principais características mencionadas pela autora. Um jornal que emitia de maneira clara suas opiniões, contando com a colaboração de figuras importantes da sociedade pelotense em várias ocasiões. A ideologia liberal continua presente assim como o discurso em prol da reabertura política – também posta como defesa da democracia – constituindo seu posicionamento político.

Suas páginas se dividem entre notícias da Segunda Guerra Mundial, notícias da cidade, classificados e ações do presidente Getúlio Vargas, que possuem um significativo destaque se compararmos ao jornal riograndino. Além disso, o *Diário Popular* é um jornal com mais páginas do que *O Tempo*, variando entre 08 e 12

páginas, podendo ser comparado aos grandes periódicos do centro do país (LUCA, 2008).

*Rio Grande* – Órgão do Partido Republicano até 1932 quando passou a se apresentar como Órgão do Partido Republicano Liberal, devido ao rompimento do então interventor federal, General Flores da Cunha com o Partido Republicano. Era, portanto, um jornal situacionista que reproduzia muitas informações do centro do país e também da capital do estado. Depois da renúncia do general Flores da Cunha e sua posição contrária ao governo federal, o jornal assumiu a postura de defensor do regime implantado por Vargas em 1937, justificando a necessidade de salvaguardar a lei e a ordem. O órgão foi fundado em 1º de dezembro de 1913. (SOSA, 2005, p. 55-56).

O jornal *Rio Grande*, compõe o último quadro do nosso mosaico jornalístico. Tipograficamente ele é muito semelhante ao *O Tempo*, 04 páginas podendo chegar a 06 páginas nos fins de semana e datas comemorativas. De acordo com Sosa (2005), durante o *Estado Novo* o jornal *Rio Grande* não se posicionava como um órgão partidário, mas como um veículo de comunicação que servia aos interesses da cidade que lhe emprestou o nome. Esse posicionamento parece seguir nos meses da reabertura.

Em nossa investigação notamos que o *Rio Grande*, entre os periódicos pesquisados, é aquele que apresenta o maior número de versões, ou melhor, dá visibilidade a diversos agentes políticos. Enquanto os outros demonstram uma tendência de privilegiar determinado grupo político, mas isso é assunto que será desenvolvido e exemplificado ao longo da dissertação.

A seleção das fontes obedeceu os critérios de coleção mais completa disponível para pesquisa e por se tratarem dos jornais com maior circulação nas cidades investigadas naquele período apontado pela historiografia. Na cidade de Pelotas ainda havia o *Opinião Pública*, vespertino do *Diário Popular* na década de 40, que reproduzia todas as notícias publicadas pelo *Diário* no turno da tarde, num formato tipográfico menor. Por isso, não o adotaremos em nossa pesquisa. Além disso, no contato que tivemos com as fontes, percebemos que, entre os três jornais selecionados, o *Diário Popular* é aquele que possui maior produção própria sobre o contexto político. Enquanto os outros trazem muitas notícias de outros pontos do país e produzem pouco sobre a conjuntura local, o *Diário Popular* mantém um

equilíbrio, trazendo notícias de fora, mas também apresentando sua leitura do processo.

Esse equilíbrio, entre notícias próprias e notícias de fora, fez com que o nosso trabalho mantenha uma maior proximidade com aquilo que foi produzido pelo *Diário Popular*, no momento de construção da narrativa histórica. O *Diário* possuía uma estrutura significativa – tipograficamente e jornalisticamente falando – para um veículo do interior, e isso repercutia no acompanhamento de qualidade dos fatos de sua região e do contexto político. Isso não exclui os outros periódicos, mas os colocam numa situação de colaboradores, no sentido de verificar a validade das informações trazidas pelo *Diário Popular* ou complementá-las.

Por fim, apresentaremos um trabalho que analisa especificamente o pleito de 1945. Intitulado “1945: uma campanha eleitoral”, Hugo José Guedes Moura (2010) investiga o dia-a-dia do processo de redemocratização no estado do Pernambuco. O principal mérito do seu trabalho – fato que o aproxima da nossa pesquisa – é justamente analisar o cotidiano das eleições através dos jornais locais. O autor ainda coloca:

O presente trabalho busca compreender a eleição de 1945 e tenta focar a ideia de como se constrói uma eleição em um período de transição de um regime excludente cuja participação política ativa e direta é baixa, bem como discutir uma abertura dos meios de comunicação com uma redução da censura. (MOURA, 2010, p.9).

Desse modo, além de acompanhar o desenrolar das eleições, Moura (2010) procura compreender as influências do regime varguista no processo, quer dizer, podemos também questionar como um regime ditatorial produz uma reabertura democrática e quais seus resultados no extremo sul brasileiro.

Para sua reflexão, o autor vai analisar o período do *Estado Novo* em Pernambuco e as mudanças provocadas pela Segunda Guerra Mundial na economia e na política do estado. Essa perspectiva de análise é saudável para a compreensão das ações políticas, ou seja, como as *experiências* adquiridas durante o governo Vargas influenciam na tomada de decisão dos agentes políticos. A preocupação do autor em investigar o período do *Estado Novo* é louvável, porque foi nesse período que se intensificou o processo de construção de uma nova *cultura política* trabalhista. Porém, acreditamos que não há a necessidade de retornarmos

no tempo para análise do período Vargas, haja vista o bom número de autores que já realizaram esse debate, nos quais apontam para a influência varguista nos anos posteriores à 1945, até o golpe civil-militar de 1964<sup>11</sup>.

Deste modo, queremos deixar claro que – na nossa concepção – as mudanças politico-culturais foram tão intensas naqueles 15 anos que marcaram os anos que seguiram e até hoje estão presentes na sociedade brasileira. Ainda reforçamos que a compreensão desse fato é fundamental para a leitura que buscamos empreender sobre o período.

Encaminhando-nos para o fechamento desse tópico, gostaríamos de salientar, que praticamente todos os trabalhos apresentados deram preferência a utilização de fontes localizadas nas regiões metropolitanas. Isso significa que, fora Sosa (2005), nenhum dos autores citados utilizaram de fontes interioranas, fato que reforça nossa perspectiva.

Claro que esses historiadores tiveram seus méritos, pois boa parte das temáticas apresentadas eram inéditas e inovadoras. Todavia, não podemos deixar de realizar a crítica, que também pode ser entendida como uma discordância metodológica, porque as fontes do interior poderiam colaborar em muito na construção de um cenário mais rico de informações e discussões.

Não poderíamos deixar de levar em conta, nesse caso, a dificuldade de acesso a alguns arquivos, custos com locomoção e outras taxas. Porém, acreditamos que essas questões devem ser debatidas e pensadas, principalmente quando um autor se propõe a discutir um contexto maior.

Acreditamos que essa incursão pela historiografia tenha sido proveitosa, pois ela oportuniza além do contato com pesquisas próximas, uma exemplificação clara dos nossos objetivos específicos e, entre eles, é importante destacarmos alguns dos que foram levantados.

Para entendermos melhor o processo de redemocratização da região sul gaúcha não nos podemos esquecer do seguinte questionamento ao longo do trabalho: como essas experiências se relacionaram num espaço político em

---

<sup>11</sup> Ver: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Nessa obra é possível encontrar diversos autores que discutem temáticas sobre o período em apreço. Além disso, pode-se ter contato com outras referências.

construção? Isso serve para não perdermos a noção de que a realidade que pretendemos reconstruir era resultante da interação de diversos agentes.

Outro ponto que procuramos deixar claro é nossa relação com as fontes. Ela sempre será construída através do diálogo com a base documental, ou seja, toda teoria e toda concepção de análise só serão empregadas caso as fontes permitam e nos possibilitem essa ação. Isso explica, por exemplo, o porquê de alguns capítulos ou subitens terem maior proximidade a um referencial teórico e outros não. Embora tenhamos trabalhado apenas com fontes jornalísticas, elas se apresentavam sob diversas formas, ora eram entrevistas, ora eram textos descritivos e isso levou a utilização de abordagens específicas.

O trabalho ficou estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Os primeiros passos da reabertura política de 1945”, discutiremos o momento inicial da reabertura política, que inicia ainda no mês de janeiro com a possibilidade em aberto das eleições, passa pela confirmação do governo e encerra com a publicação da Lei Eleitoral, no final do mês de maio.

Com o título “Movimentos e Partidos Políticos no sul gaúcho”, o segundo capítulo trabalha a formação/constituição dos movimento políticos e partidários na região sul do estado. Como eles surgiram, de que forma se organizaram, quais eram suas diretrizes e como se apresentavam à sociedade.

Já o terceiro capítulo, intitulado “Da Campanha às Eleições”, vai tratar da campanha eleitoral em si, discutindo as estratégias dos agentes no *campo político*, processo que se inicia ainda na estruturação, passa pela deposição do presidente, se intensifica, e chega ao dia do pleito.

Em síntese, retomaremos um último ponto importante. Ele diz respeito à *cultura política* produzida no período que precede nossa investigação, os 15 anos de Getúlio Vargas na presidência da república. Durante esses anos – como já evidenciamos durante o texto – houve um processo intenso e profundo de transformações politico-culturais e essas mudanças passariam a balizar a ações políticas nos anos que a sucederam. Desse modo, frisamos novamente, é fundamental termos presente ao longo do trabalho essa constante, pois outras variáveis aparecerão – para utilizar de uma linguagem matemática – mas a

constante da *cultura política trabalhista* permanecerá presente na equação da experiência dos sujeitos.

## 1 – OS PRIMEIROS PASSOS DA REABERTURA POLÍTICA DE 1945

### 1.1 – OS JORNAIS, OS INTELECTUAIS E AS ELEIÇÕES (JANEIRO – MARÇO 1945)

Acreditamos que é difícil para qualquer historiador determinar o começo de um processo histórico. Às vezes, o que conseguimos observar é apenas aquilo que se tornou evidente, como uma planta que nasce, da qual não é possível ver as raízes. Porém, poderemos acompanhar seu crescimento, enquanto suas raízes seguem enterradas no solo. Daí, a não ser que desenterremos a planta, não saberemos, ao certo, como tudo começou.

Pretendemos neste capítulo mostrar quando o processo de redemocratização começa a ser discutido na região sul do estado. Trabalharemos com aquilo que se tornou evidente através da imprensa local, mas temos ciência de que esse processo talvez tenha começado bem antes daquele momento em que se revelou. Todavia, as notícias que serão discutidas servem para compreendermos como e quais agentes se organizaram já no começo do processo. Para isso, iremos intercalar reportagens encontradas na imprensa de Pelotas e Rio Grande, a fim de construir um panorama político inicial da região.

No dia 2 de fevereiro, foi divulgada a seguinte manchete: “Dois milhões de pessoas exigirão o direito conquistado com seu próprio sangue a uma vida mais digna e a um mundo melhor” (*Diário Popular*, p. 06). A notícia chama a atenção para chegada de Oswaldo Aranha a Porto Alegre, vindo de missão diplomática na Europa e, em uma reunião com jornalistas e autoridades, resolveu dividir suas *experiências* sobre a guerra. O artigo contava com a seguinte introdução: “O Dr. Oswaldo Aranha, homem público que é e como um dos mais profundos conhecedores da nossa política, trará certamente informações que viriam a despertar desusado interesse no seio do povo riograndense.” A entrevista do diplomata agregaria um novo elemento para as discussões realizadas pelos jornais. Entre suas páginas e pautas políticas apareceria um novo elemento, a luta pela democracia, reflexo da Segunda Guerra Mundial, mas que provocaria grandes debates no Brasil.

No dia 03 de fevereiro, quem comprou o *Diário Popular* pôde encontrar na página 06, uma notícia trazida direto do *New York Times*<sup>12</sup>, intitulada: “Comentário sobre as eleições no Brasil”, onde Vargas teria declarado que prevê as eleições no país “dentro de pouco tempo”. Acrescenta que os cidadãos estariam aptos a votar apresentando carteira de identidade ou “caderneta de identificação fornecida pelo ministério do trabalho”, o que agilizaria o processo eleitoral. A divulgação desta notícia, um dia após a declaração de Oswaldo Aranha, trouxe para cena um novo debate. Começariam a aparecer matérias preocupadas com as futuras eleições no país e os jornais passariam a dedicar um espaço privilegiado para esta temática.

Talvez não fosse “conveniente falar de eleições” – diz Bruno Lima, entrevistado do *Diário Popular* (07/02/1945, p. 06), “visto que vários brasileiros lutam pela democracia na Europa”, sendo assim estariam aliados do processo eleitoral. Mesmo assim, no caso do Brasil, aconselha a realização do futuro pleito antes do fim da guerra, uma vez que o contexto político exigia uma reformulação. O entrevistado ainda fala sobre uma futura conferência de paz, que marcaria o final da guerra, cuja participação do país seria muito importante. Porém, o Brasil teria que ingressar num regime democrático, para que pudesse enviar representantes para essa conferência. Destaca ainda que: “a democracia é expressão genuína da vontade do povo”. Contudo, nesse período, observa-se o início das manifestações queremistas no centro do país, movimento que denota um interesse, momentaneamente, divergente do que pontua o entrevistado. Podemos dizer desse modo, que não há uma opinião consensual sobre a situação política da nação naquele momento.

Interrogado pelo jornal sobre como deveria ser o futuro pleito, Bruno Lima sugere que deveria ser seguido o exemplo das eleições que ocorreram durante o governo Vargas, em 1933. De acordo com o entrevistado “as únicas eleições decentes que houve no Brasil foram às realizadas no governo dele”. Atenta também para a necessidade de “eleições honestas no país” e pondera colocando que isso exige tempo, para que seja organizado. Ao lembrar o pleito de 1933, o entrevistado o utiliza como ‘baliza’ da sua *experiência* política. Jurista renomado e diretor da faculdade de direito (1931 – 1965) de Pelotas, Bruno Mendonça Lima

---

<sup>12</sup> Título transcrito conforme estava no jornal. Também é importante salientar que todas as matérias transcritas obedecem à norma gramatical da época.

provavelmente conheceu as práticas eleitorais fraudulentas da República Velha, por isso reconhecia essas eleições como as mais “honestas” ocorridas no país desde o início da república. Além disso, o entrevistado havia participado daquela eleição como candidato a deputado na assembleia constituinte (1933 – 1934), pelo Partido Libertador, fato que torna mais clara e compreensível a referência utilizada pelo entrevistado (TORREZAN, 2009).

Quando perguntado sobre a forma de alistamento, o entrevistado deixa claro que “seria justo” se os eleitores registrados para o pleito anterior fossem admitidos para as futuras eleições. Para ele: “Eram êsses eleitores que deveriam ter escolhido os representantes da nação em janeiro de 1938, se não tivesse havido o golpe de estado de dez de novembro”. O entrevistado está se referindo ao golpe que instaurou o *Estado Novo*, que impossibilitou o pleito marcado para janeiro de 1938. Além disso, percebemos que Bruno Lima defende a abertura política no país e, mesmo discordando de algumas questões do governo Vargas, também vê avanços positivos. E declara ao final da entrevista:

[...] mas não esqueçamos que o direito de escolher os governantes é apenas uma das características da democracia; esta se realiza plenamente somente quando, além de poder intervir direta ou indiretamente nos negócios públicos, o cidadão que trabalha tenha assegurado os meios indispensáveis a uma existência digna, e ao pleno desenvolvimento de suas faculdades morais e intelectuais. Essa é a democracia que o Brasil precisa construir. (*Diário Popular*, 07/02/1945, p. 06).

Esse trecho nos diz muito sobre a leitura que Bruno Lima possui do seu próprio tempo e aquilo que ele entende por democracia. Quando articulista se refere às futuras eleições, sua *expectativa* é de que elas tenham como referência a última eleição organizada pelo governo Vargas, presente na sua *experiência*, mas vai além trazendo concepções que ao mesmo tempo projeta-se no presente como, por exemplo, o estado de bem-estar-social que começa a surgir já no entre guerras e parece servir de referência no seu depoimento. Assim, ele projeta o seu *horizonte de expectativa* baseado no seu *espaço de experiências* e no seu presente, o que nos permite entender melhor de onde falam os entrevistados e quais suas principais referências ao tratar do assunto.

Porém, se voltarmos a declaração do início da página, poderemos perceber a existência de outros elementos que fogem a *experiência* varguista do entrevistado,

apontando para uma leitura mais social de sociedade, como aquela que parece remeter ao estado de bem-estar-social europeu. É importante então deixarmos claro, embora pareça óbvio, que o *espaço de experiência* comporta diversas camadas temporais, ou seja, ele oferece subsídios que foram construídos em diversos momentos e espaços da vida do sujeito. Esse dado é relevante para compreendermos um pouco mais o entrevistado, seus posicionamentos e sua formação.

A entrevista realizada com Bruno Lima daria início a uma série de entrevistas versando sobre as futuras eleições. Todas elas produzidas e conduzidas pela editoria do *Diário Popular*, que se posicionava ao demonstrar seu interesse por esse assunto, contando com a colaboração da “alta intelectualidade pelotense”, forma usada pelo jornal para designar seus entrevistados. Esse posicionamento do periódico nos chamou a atenção para as notícias produzidas, em sua linha editorial, que demonstravam um pensamento político independente a respeito do processo eleitoral que se delineava.

“Deverão ser convocados às urnas todos os cidadãos brasileiros no gozo e exercício dos seus direitos civis e políticos” (*Diário Popular*, 09/02/1945, p. 06). Esse é o título da entrevista realizada com o Joaquim Luiz Osório e publicada numa sexta-feira. Já na introdução da matéria o jornal informa que teve que “insistir” com o entrevistado para que ele concedesse a entrevista. Talvez o leitor visse isso como uma reação comum, vinda de um sujeito de destaque da sua cidade, constantemente envolvido com o meio político. No entanto, podemos entender que essa entrevista era importante para o jornal, dentro daquilo que ele estava se propondo, quer dizer, ela não está solta, faz parte da intencionalidade ‘prévia’ – mesmo que pareça redundante – que é valorizar as contribuições do entrevistado em destaque.

Osório, diferente de Lima, aproveitou o espaço para tecer algumas críticas ao governo federal, paralelamente a sua opinião sobre a futura eleição. Para o entrevistado a centralização do governo prejudicou a política, pois não havia necessidade de um controle político tão rigoroso, se o que ele desejava era controlar a economia. Segundo ele, o liberalismo político independe do liberalismo econômico. Sobre isso, Gomes (2005) faz a seguinte colocação:

Tratava-se de um projeto de estado autoritário, que reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial. Neste sentido, o mercado continuava a definir e proteger uma área fundamental de liberdade privada, isto é, que distinguia a sociedade do Estado que se realizava fora da esfera pública. Dessa forma, o perfil do intervencionismo estatal que deveria ser adotado esclarece que tipo de crítica era realizada ao liberalismo. **Em primeiro lugar, fazia-se uma distinção entre liberalismo político e econômico para, em seguida, negar-se o primeiro, mas apenas corrigi-se os exageros do segundo.** O intervencionismo do Estado – assumindo a planificação econômica e até a participação na produção – também não deveria chegar aos excessos totalitários de negação do mercado e do valor econômico de uma liberdade privada do indivíduo. (Gomes, 2005, p. 205). Grifos nossos.

Nesse caso, a crítica de Joaquim Luiz Osório está diretamente direcionada ao projeto autoritário-controlador do *Estado Novo* varguista, onde não era possível conceber a separação entre as liberdades políticas e econômicas, visto que essa era a ideia central. Da mesma forma que a democracia enaltecida por Bruno Lima anteriormente, o discurso de Osório ultrapassa o campo semântico da palavra e remete ao seu *espaço de experiência*. Nessa perspectiva é importante lembrar que a crítica de Osório vai ao encontro do discurso liberal da República Velha e a liberdade apoiada no fato de que todos eram iguais perante a lei. Isso reforça ainda mais o aspecto da crítica, pois o projeto em vigor havia alterado essa lógica, aproximando os cidadãos da nação, estabelecendo um "Estado de bem-estar social" (GOMES, 2005).

Continuando, o entrevistado discorda do interlocutor anterior a respeito do código eleitoral. Para Osório "a lei de 1937 não deveria ser utilizada, visto que ela já possui oito atos adicionais", inclusive ele a chama de "carta mutilada". A saída para o entrevistado seria uma eleição direta seguida de uma constituinte, que pode e deve agir rapidamente, a exemplo daquela instituída em 1889, que durou apenas três meses, atingindo o maior número de eleitores possíveis.

Pode-se observar que os posicionamentos do Joaquim Luiz Osório são, em grande parte, de oposição ao governo do Getúlio Vargas. Não obstante, ao recapitular algumas informações sobre o seu passado, encontramos registros de sua participação no Partido Republicano Riograndense (PRR), onde foi deputado estadual (1905-1912) e federal (1912-1926)<sup>13</sup>. De família tradicional gaúcha, sua ligação às oligarquias do estado era orgânica, o que denota uma *experiência*

---

<sup>13</sup> Ver: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. **OSÓRIO, Joaquim Luiz**. Disponível em: <[http://www.cdpc.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_osorio.html](http://www.cdpc.org.br/dic_bio_bibliografico_osorio.html)> Acesso em: 08/05/2014.

enraizada nesse meio, perceptível através da sua referência a constituinte de 1889<sup>14</sup>.

Numa breve reflexão sobre os dois últimos entrevistados, podemos observar que a *representação* construída a partir dos seus discursos conta com diversos elementos da realidade. E que também pertencem ao seu *espaço de experiência*, como as eleições realizadas em 1933, por Vargas, lembradas por Bruno Lima e a constituinte de 1889, citada por Joaquim Luiz Osório.

Dois dias após a publicação da última entrevista realizada, volta a aparecer nas páginas do jornal duas novas notícias tratando sobre as eleições e o contexto político da época (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11-12). Trataremos inicialmente da entrevista realizada com Delfim Mendes Silveira, cujo título é “O povo anseia por escolher aqueles que o irão governar”, ela começa da seguinte maneira:

Em prosseguimento á série de entrevistas que vimos fazendo com elementos de destaque da intelectualidade pelotense sôbre o futuro pleito eleitoral do Brasil, registramos, hoje, mais uma valiosa opinião em tôrno dêsse palpitante assunto. Desta vez, trata-se da palavra autorizada do bacharelado da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Sr. Delfim Silveira, uma das maiores expressões da cultura moça do Rio Grande. O bacharelado Delfim Silveira, cujo elevado espírito democrático já é bastante conhecido em nosso meio, quer pelos seus artigos divulgados pela imprensa pelotense, e ainda pela brilhante campanha estudantil que acaba de liderar na capital do Estado, da qual saiu vencedor, não se esquivou de manifestar publicamente o seu modo de pensar com referência ás eleições que se projeta realizar em nosso país. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

Na introdução, a notícia nos remete às outras reportagens que já foram divulgadas, procurando construir uma linearidade junto ao leitor e indicando que essa continuidade existe. Para nós, uma clara intenção de direcionar o leitor. Logo após, apresenta o novo interlocutor, conferindo a ele todo *capital político* necessário para arbitrar sobre o assunto. A introdução realizada pelo jornal não é exclusividade da notícia citada, mas um padrão dessa série de matérias, que lhes confere elementos de credibilidade, como a trajetória política ou a formação acadêmica dos entrevistados, elucidando e reforçando o seu *capital político*.

---

<sup>14</sup> A data informada pelo entrevistado, 1889, não confere com as informações que temos sobre a República Velha (1889-1930), uma vez que a constituinte foi realizada em 1891. Contudo, acreditamos que se trata apenas de um equívoco, referente ao ano.

Sobre a declaração de Delfim, ele começa pela questão da democracia, uma expressão muito exaltada pelos entrevistados. Para ele, o retorno do sistema democrático e as eleições são inevitáveis. Primeiro, seria uma resposta àqueles brasileiros que lutam contra os regimes autoritários na Europa. Segundo, aqueles que desejam as eleições estão divididos, entre esperar o fim da guerra ou não. Mas ele vê que esse impasse será resolvido logo, pois os Aliados avançam rapidamente. Sobre o código eleitoral para o futuro pleito, declara:

A nossa última lei eleitoral, a meu ver, servia plenamente para a realização do pleito, com ligeiras adaptações, principalmente no que se refere à morosidade da apuração. Creio que o projeto em elaboração e que se espera breve, deveria ser baseado naquela. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

Ainda coloca:

A liberdade de palavra e a liberdade do medo são as condições elementares, sem as quais todo o processo eletivo é um embuste. Só com elas está criado o clima próprio para que a vontade popular possa manifestar-se sem restrições de espécie alguma. Ao lado disso, urge a anistia política ampla e sem restrições. Depois disto, é que se poderá pensar no resto, isto é, qualificação eleitoral e propaganda das idéias. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

Embora Delfim Mendes Silveira se mostre contrário a algumas posições do governo Vargas, ele não é tão ‘radical’ em seu discurso quanto Joaquim Luiz Osório. Isso é evidente quando ele fala do código eleitoral, que para Silveira, poderá ser utilizado com “ligeiras adaptações”. Também trata de maneira ponderada a censura imposta pelo *Estado Novo*, colocando a necessidade de liberdade de expressão para que as pessoas possam discutir ideias e apreciar a reabertura política democraticamente. O entrevistado aparecerá novamente nessa série de entrevistas que estamos abordando. Assim, será possível tecermos algumas conclusões mais substanciais sobre ele.

A outra notícia vinculada no mesmo dia traz uma enquete sobre qual o nome mais indicado para representar o Brasil na futura conferência de paz. Gostaria de fazer uma rápida reflexão antes de seguirmos. Todas as matérias até aqui enunciadas trabalham com certo grau de certeza sobre aquilo que deverá acontecer. Ele não é absoluto, mas podemos observar que essas notícias lutam para impor

uma *representação* de um futuro provável. Isso nos permite pressupor uma *luta de representações* (CHARTIER, 2002a, p. 73) na qual poderíamos definir como seu adversário o modelo político varguista, ou ainda, como a *cultura política* varguista.

Retornando a segunda notícia do dia 11, vamos à introdução da enquete:

**O período de agitação política por que atravessa o nosso país nos dias do presente, ocasião em que todos os brasileiros, de todas as classes e cores, acompanham com o mais denodado interesse o desenrolar dos acontecimentos que traçarão novos rumos á situação interna da nação** veio determinar um ambiente de intensa expectativa, não só pelo que se processa dentro do território nacional, como também pela marcha do conflito internacional cujo término se irá refletir diretamente, em nossa política interna. Porém, de todos os problemas que nos vêm preocupando, nesta hora decisiva para a humanidade e para os destinos históricos da nossa Pátria, destacasse o que diz respeito á participação do Brasil na Conferência de Paz. [...] Confirmando as nossas brilhantes tradições que nos foram legadas pelos vultos do passado, entre os quais aparecem as figuras eminentes de Rui Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco e tantos outros, o Brasil enviará para esse grande conclave, um homem cujo talento e cultura contribuirão para firmar o nosso elevado conceito no seio das grandes nações, defendendo com o mais pleno conhecimento, os nossos sagrados interesses de povo livre. Foi pensando assim e no desejo de auscultar o pensamento da nossa gente, que resolvemos lançar uma enquete indagando quem deverá presidir a delegação brasileira que nos irá representar na Conferência da Paz. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 12) Grifos nossos.

A passagem destacada acima utiliza de elementos presentes no *espaço de experiência* do leitor para referenciar seu posicionamento – como os “vultos do passado”, por exemplo – dando à *representação* que se desenha contornos mais nítidos. Ao mesmo tempo, tanto os “vultos” quanto a necessidade de o país estar na “Conferência da Paz”, são significantes na busca de impor algo novo, dentro da já citada *luta de representações*.

Além disso, o indivíduo que lê as linhas iniciais do texto – aqui destacadas por nós – pode não conhecer todos os brasileiros, mas o jornal, através do que Anderson (1985, p. 42) chama de “tempo homogêneo e vazio”, consegue ligar esses sujeitos, permitindo ao leitor o entendimento perfeito da notícia e seu contexto. O jornal deixa escapar a existência de uma “agitação política” no país, da qual ele não dá detalhes, conduzindo a discussão de acordo com os seus interesses.

Outra contribuição que o autor nos oferece é a possibilidade de entender o retorno desse assunto – a participação do país na conferência da paz – em meio à discussão sobre as eleições. Na verdade, o tema nunca havia desaparecido. Estava

pulverizado em outras discussões e retorna ao ‘enredo’ trazendo um sujeito que já havia aparecido anteriormente, Oswaldo Aranha. Trata-se – como já havíamos mencionado – de uma enquete, que conta com quatro personagens da “intelectualidade pelotense”, em ordem: Alcides Mendonça Lima, Tancredo Braga, Joaquim Luiz Osório e Ubirajara Índio da Costa. Embora sejam sujeitos diferentes, suas opiniões convergem num só nome: Oswaldo Aranha. Sem nos determos nos seus comentários, o que nos salta aos olhos é o resultado da enquete, porém não nos espanta.

Acompanhamos até agora, nas páginas do *Diário Popular*, a construção de uma crítica ao governo de Getúlio Vargas, em determinados momentos com um aspecto mais brando/velado e em outros momentos mais agressivo. Juntando esses indícios, a escolha por Aranha não parece destoar do quadro geral, pois nessa conjuntura o antigo embaixador poderia ser enquadrado no que Skidmore (1996) chamou “os de fora”, ou seja, os contrários a Vargas. Indivíduos que mais tarde passariam a integrar os grupos que se posicionavam contra o presidente e os partidos que o representavam. Dessa maneira, já contamos com indícios suficientes para aferir o posicionamento contrário do jornal ao governo getulista e seus desdobramentos.

Nos dias 17 e 18 de fevereiro, o jornal *O Tempo*, de Rio Grande, publica duas notícias referentes ao momento em discussão. A primeira<sup>15</sup>, critica a oposição ao governo Vargas, que segundo ela se posiciona de maneira incoerente, pois em outros momentos, quando foi governo, negava o acesso de boa parte da população aos direitos políticos e agora os defende. Já a segunda, traz um posicionamento do Sr. Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, sobre a Segunda Guerra Mundial e a política nacional, disse ele: “o regime vai mudar, adaptando-se a configuração política vitoriosa pelas armas no mundo” (*O Tempo*, 1945, p.02). A configuração vitoriosa a qual o interventor se refere é a democracia e o país estaria se encaminhando ao seu encontro, que significaria o fim do *Estado Novo* e o início de um período democrático.

Enquanto isso, no *Diário Popular*, passou uma semana desde a última notícia publicada, mas o assunto das futuras eleições volta à pauta. Intitulada: “Sistema de

---

<sup>15</sup> Ver: *O Tempo*, 17/02/1945, p. 01.

eleição pelo sufrágio universal direto e representação proporcional”<sup>16</sup>, a entrevista com Joaquim Duval, vai, basicamente, recapitular alguns pontos já levantados por outros entrevistados, se aproximando mais das declarações de Bruno Lima e Delfim Mendes Silveira. Porém, é importante ressaltarmos um aspecto particular dessa matéria. Na introdução da notícia é informado que a entrevista realizada com Joaquim Luiz Osório, havia sido reproduzida pelo jornal porto alegreense *Correio do Povo*. No nosso entender, trata-se novamente de uma imposição dessa *representação* que, trocando em miúdos, o periódico procura legitimar. Ainda sobre a introdução, o jornal coloca que grupos que acompanham as discussões políticas na cidade teriam se manifestado contra alguns posicionamentos trazidos nas matérias, mas considera isso normal. Ou seja, as entrevistas provocaram desconforto em alguns grupos que o *Diário Popular* tratara de silenciar.

No mesmo dia, temos também um artigo escrito por Delfim Mendes Silveira, agora falando do voto da mulher<sup>17</sup>. Trata-se, de um assunto ainda novo para época, embora o voto feminino tenha sido instaurado em 1932. Após trazer vários motivos pelo qual a mulher tem tanto direito ao voto quanto o homem, Delfim encerra da seguinte forma:

Pelo que se vê, pois não resta dúvida a mulher tem direito de votar e ser votada, como qualquer homem. E aqui está um aspecto que a inteligência e a cultura do Sr. Alberto Pasqualini não perceberam, ao dizer que as mulheres e as leis têm um ponto comum: ambas precisam ser violadas para se tonar fecundas... A mulher, para a vida pública, pode ser fecunda, sem contudo, deixar de ser virgem. (*Diário Popular*, 18/02/1945, p. 09).

Na primeira vez que tivemos contato com essa notícia, a referência a Pasqualini nos pareceu uma crítica. Então nos preocupamos em saber o porquê da referencia a Alberto Pasqualini. Após um exame exaustivo das fontes, encontramos outra referência a ele, na entrevista realizada com Delfim no dia 11 de fevereiro, apresentada anteriormente, onde o entrevistado dirigia-se a Pasqualini como homem “brilhante”. Outro fato, no mínimo interessante, diz respeito à última referência citada por Silveira, pois ela remete a um artigo publicado por Pasqualini no *Correio do*

---

<sup>16</sup> Ver: *Diário Popular*, 18/02/1945, p. 09.

<sup>17</sup> Reportagem intitulada: “O voto e as mulheres” (*Diário Popular*, 18/02/1945, p. 09).

*Povo*, do dia 04 de julho de 1943, intitulado “As leis e as mulheres”<sup>18</sup>. São pistas que nos permitem afirmar que Delfim Mendes Silveira, estudante na Faculdade de Direito de Porto Alegre, acompanhava as declarações do líder trabalhista, bem como, seus posicionamentos a favor da reabertura democrática do país e dos movimentos realizados em prol dessa ideia na capital gaúcha<sup>19</sup>.

Passados três dias (*Diário Popular*, 21/02/1945, p. 06) desde a última declaração o jornal apresenta outro nome conhecido da sociedade pelotense para dar a sua opinião. Ele se chama Dário da Silva Tavares e é presidente da associação dos funcionários públicos da cidade, segundo informações do periódico. Nesse caso, o entrevistado não recebe o mesmo destaque que foi conferido aos anteriores, nem textualmente, nem graficamente. Não conseguimos maiores informações sobre o entrevistado, mas acreditamos que ele não possuía nenhuma formação acadêmica, caso contrário o jornal teria informado. Assim podemos concluir que sua presença se dá em função do cargo que ocupa e sua representatividade.

Ao falar sobre as eleições, o *Dário* coloca que “o momento não comporta agitações” (*Diário Popular*, 21/02/1945, p. 06), tratando de maneira bem cautelosa o assunto, chegando a sugerir um modelo de eleições indiretas e “se possível” a suspensão do “estado de beligerância”, para que se possa propagandear e discutir com equilíbrio. É possível perceber através de sua declaração, as palavras que usa e o modo cauteloso como age, que o entrevistado possui uma *experiência* diferenciada dos demais entrevistados, fato que influencia diretamente no seu *horizonte de expectativa*. Nesse caso, é relevante lembrar que as instituições de classe – nesse período – estavam atreladas ao Estado através do Ministério do Trabalho. Talvez essa seja a razão para esse posicionamento, já que o entrevistado é presidente da associação dos funcionários públicos da cidade<sup>20</sup>. Esses subsídios

---

<sup>18</sup> Informação encontrada em: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **O pensamento político de Alberto Pasqualini.** Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ak4nFe8A6gg%3D&tabid=3101&language=pt-BR>> Acesso em: 02/05/14.

<sup>19</sup> Segundo Cruz (2010), Alberto Pasqualini nos últimos anos do *Estado Novo*, era contra ao regime. Inclusive, o advogado trabalhista teria exposto sua posição em manifestações organizadas na capital gaúcha.

<sup>20</sup> É interessante pensarmos que naquele momento da História brasileira o governo estava presente em todos os níveis políticos. Existiam interventorias desde o nível federal até os municípios. Desse modo, a presença do governo também era constante na cidade. Podemos imaginar que Dário via-se

também aproximam Tavares de uma experiência mais popular que, em reconhecimento ao governo, procurava respeitá-lo e não criticá-lo de maneira tão aberta como os outros estratos da sociedade.

No dia 24 de fevereiro o jornal *Rio Grande* publicou a seguinte matéria: “Em homenagem à data de hoje que assinala a promulgação da constituição de 1891 o presidente Vargas assinará o ato adicional apresentado pelo ministério” (1945, p. 01), esse artigo trata de uma reunião de Getúlio Vargas com seus ministros, onde teria sido entregue ao presidente o projeto que prevê o retorno das instituições representativas. No mesmo dia *O Tempo* publica uma notícia semelhante, afirmando que haverá “sufrágio universal, eleições diretas e novo alistamento eleitoral” (1945, p. 01). Fora isso, o jornal também fala da fundação de um “novo partido nacional em Porto Alegre” (1945, p. 01), que de acordo com as informações coletadas trata-se do PSD gaúcho. Outro fato que marca esse dia movimentado na política sulina é o lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes a presidência da república, fato divulgado por todos os jornais<sup>21</sup>.

Frente à candidatura do Brigadeiro, “os de dentro” apresentam “a candidatura do Getúlio Vargas” (*O Tempo*, 25/02/1945, p. 01). Em entrevista o embaixador Batista Luzardo disse que a exemplo de Franklin Delano Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos da América, não haveria problemas de Vargas pleitear sua reeleição. De acordo com a mídia da época, essa seria uma resposta da situação a organização rápida da oposição.

**Confirmada a candidatura do Sr. Getúlio Vargas, para a presidência da república** - Segundo notícias vindas de Gramado, neste Estado, o Sr. Coronel Ernesto Dorneles, ilustre interventor federal discursando após receber vibrantes homenagens da população esperava de todos, o apoio para a candidatura do eminente Dr. Getúlio Vargas para a presidência da república. Assim pois, pode-se dizer, que está confirmada a notícia divulgada há dias, que o atual detentor do poder, será candidato no próximo pleito, fato este que causou grande júbilo entre os seus admiradores e correligionários. (*O Tempo*, 27/02/1945, p. 02) Grifos nossos.

Com essa notícia a situação consegue mais que equilibrar o jogo contra a oposição, ela faz com que a balança pese para o seu lado, dado o significativo

---

pressionado a ter um posicionamento cauteloso não apenas por influência federal, mas pela presença dessa influência em nível municipal.

<sup>21</sup> *Diário Popular*, 24/02/1945, p. 06; *Rio Grande*, 23/02/1945, p. 04; *O Tempo*, 24/02/1945, p. 02.

*capital político* de Vargas. Provavelmente foi um pronunciamento feito na emoção por Ernesto Dorneles, já que Getúlio Vargas não seria candidato à presidência naquele ano. Porém, acreditamos que além de influenciar o embate entre os principais polos políticos do país, esse debate também mobilizou opiniões, pessoas e grupos sociais nas cidades da região, pois esses agentes leram os jornais. Provavelmente, alguns viajaram nesses dias de uma cidade para outra, comentaram sobre o assunto nos cafés, nas sedes dos sindicatos e nas empresas. Desse modo, essas notícias – assim como outras – devem ter circulado pela região.

No dia 01 de março de 1945 (*Diário Popular*, p. 08), é publicada uma nota escrita pelo Joaquim Luiz Osório, com o seguinte título: “A ressurreição dos partidos e o atual momento nacional”, onde o autor manifesta sua intenção de organizar a União Democrática Nacional (UDN) em sua região, assim que a formação dos partidos políticos for liberada. Fecha-se então um círculo e fica clara a real intenção de Osório. Isso também vem ao encontro de um ponto que discutimos no início, que toda matéria publicada possui uma intencionalidade, ou por parte do jornal ou do entrevistado. Esse fato explica o posicionamento mais agudo do entrevistado, elucidando suas razões.

Mesmo com o retorno democrático e as eleições sendo dadas como algo certo no horizonte, não havia ainda nenhum pronunciamento oficial. Foi no dia 28 de fevereiro de 1945 que, oficializada pelo governo, a Lei Constitucional número nove, que adiciona à constituição de 1937 elementos que ativariam o processo dentro de 90 dias e determinariam as eleições para o dia 02 de dezembro daquele ano. Esse ato seria publicado pelo jornal *Rio Grande* no dia 02 de março, fato que muda a perspectiva do debate que estava sendo realizado. “O presidente falará, hoje, a imprensa”, do dia 02 de março (*Diário Popular*, p. 06), traz a expectativa sobre a palavra de Vargas a respeito do futuro pleito, que já se anunciava na Lei Constitucional número nove<sup>22</sup>.

Para encerrar o debate, pondo fim às especulações realizadas sobre as futuras eleições, no dia 03 de março é publicada a declaração de Getúlio Vargas, com o seguinte título: “Será concedido ampla liberdade para discutir e apreciar fatos

---

<sup>22</sup> Ver: Câmara dos Deputados. **Lei constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 02/05/14.

políticos: Entrevista coletiva do Getúlio Vargas aos jornalistas brasileiros” (*Diário Popular*, p. 06). Nessa coletiva Vargas aponta aquilo que a lei do dia 28 já antecedia: a abertura política eleitoral no país. Relembrou os processos eleitorais que conduziu, nos quais ele pensa ter tido êxito e complementa salientando que procederá da mesma maneira, concedendo a todos a “ampla liberdade para discutir e apreciar fatos políticos”.

A partir desse momento, cessam as notícias que trabalhavam na perspectiva das eleições em um horizonte distante, pois elas passam a ser realidade no país. Em nossa região é possível perceber a formação inicial de um novo *campo político*, que surge a partir da possibilidade de futuras eleições no país.

No relato dos entrevistados, podemos visualizar uma disputa entre dois “programas” políticos, o vigente, que seria o sistema autoritário centralizador de Getúlio Vargas e o outro que propõe um sistema democrático menos controlador e liberal, no qual a participação política não seja unilateral. Claro que ao proporem essa segunda via esses sujeitos constroem um *horizonte de expectativa* baseado nos seus interesses, na conjuntura política e no seu *espaço de experiência*, que na nossa compreensão também abarca – inevitavelmente – aspectos da sua *cultura política*. Desse modo, esses projetos não representam apenas o seu passado, mas aquilo que poderão se tornar de acordo com o jogo político, se transformando ao longo do novo processo. Cabe também dizer que a *experiência* recente, proporcionada pelo governo Vargas, foi significativa em todas as projeções futuras, seja de maneira positiva ou negativa.

Outro dado importante que diz respeito, praticamente, a todos os agentes citados, seja no *Diário Popular* ou nos periódicos riograndinos é o seu domínio sobre o “*habitus* do político” (BOURDIEU, 1989, p. 169), isso significa que os envolvidos dominavam “uma certa linguagem e [...] uma certa retórica política”, além de conhecerem outros elementos estruturantes do *campo político*. Isso fazia com que eles estivessem em destaque nas matérias apresentadas, seja ele elemento de destaque da política nacional, como Batista Luzardo, ou com destaque regional e estadual, como Joaquim Luiz Osório.

Não podemos deixar de mencionar o papel dos jornais na organização desse debate. Na maioria das vezes, as notícias ocupavam a capa ou a contracapa dos jornais, uma posição privilegiada, onde a manchete não passaria despercebida. O

intervalo entre uma notícia e outra também diz muito, elas não desapareciam por mais de uma semana, desde que começaram a serem publicadas no dia 9 de fevereiro. Fora esses aspectos comuns a todos, eles se distanciam quanto aos posicionamentos e à abordagem utilizada.

O *Diário Popular* vai utilizar um enfoque mais sofisticado, pois realizou uma série de reportagens próprias, com agentes políticos locais e acompanhou o processo através das notícias que vinham de fora. O *Rio Grande*, que naquele momento ocupava o espaço de veículo oficial da prefeitura, publicando todos os seus atos, não se furtou de falar da oposição ao governo. No dia 10 de fevereiro o jornal vai divulgar uma matéria do *Diário de Notícias* onde o General Flores da Cunha critica o governo. Mais adiante, no dia 18 de março, publica outro artigo sobre a chegada do antigo governador a capital do estado. Isso quer dizer, mesmo com o apoio da situação, o jornal não se priva em dar espaço para a oposição, fato que se repete no *Diário Popular*, que também publicava os editais e as demais publicações da prefeitura de Pelotas.

Em outra situação observamos *O Tempo*, que não possui nenhuma produção própria sobre o assunto e que – de maneira geral – publicou mais matérias a favor do governo. Tanto que chega a anunciar à candidatura de Getúlio Vargas a presidência e no dia 27 de fevereiro, poucos dias antes do presidente divulgar o ato constitucional. Isto mostra que cada jornal possui uma posição particular dentro do novo campo político, cabe acompanharmos no decorrer do processo sua movimentação. Mas fica a pergunta, será que essas posições se manterão?

Sobre o posicionamento dos interlocutores do *Diário Popular* e sua relação com a intencionalidade desse periódico, podemos dizer que foi um casamento perfeito. Porque numa visão global desses discursos observaremos um resultado comum a todos: que a volta ao regime democrático no país seria necessária e inevitável. Nesse aspecto não houve nenhuma divergência entre os entrevistados, que aproveitavam o espaço para tecer críticas, mesmo que leves, ao *Estado Novo*. O único mais destoante entre eles era o Joaquim Luiz Osório, cuja intenção particular foi revelada. De um modo geral, todos entrevistados tinham interesse na reabertura política, mas suas *experiências* os diferenciavam, tornando alguns situacionistas e outros de oposição.

É importante também considerar que, mesmo se tratando de um grupo específico no extremo sul gaúcho, ele é expressivo para entendermos a dinâmica política do estado e do país. Enquanto nessa região, as discussões pareciam apenas correr entre o “alto escalão”, na região metropolitana vários grupos se mobilizavam em torno do assunto. Da mesma forma, isso se repetia com mais intensidade na capital federal e em São Paulo, onde se encontravam os principais grupos opositores ao governo, por exemplo, os movimentos estudantis. Contudo, é possível perceber claramente a influência do *Estado Novo* nesses movimentos, seja no posicionamento dos agentes políticos do sul gaúcho ou nas reivindicações dos *queremistas* de São Paulo.

Retomando a discussão anterior, vemos o posicionamento global, aquele que reflete a intencionalidade dos jornais, como algo novo dentro daquele contexto. Mesmo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tendo afrouxado as rédeas da censura nos últimos anos (CARVALHO, 2002), não podemos desconsiderar que a posição do *Diário Popular* e do *Rio Grande* em debater esse assunto – dando maior visibilidade à oposição – não tenha sido ousada. Percebemos que alguns entrevistados tratam o assunto com bastante cautela, o que evidencia, ao contrário da linha editorial dos jornais, o seu receio de que algo acontecesse. Já *O Tempo* faz aquilo que seria comum dentro de um contexto normal – defender o governo – mas que nesse momento específico pode significar sua simpatia ao varguismo.

Em síntese, entendemos que não será possível encerrar essa discussão no presente capítulo, uma vez que ele é apenas um recorte, o início, de um contexto muito mais amplo e complexo. Por outro lado, encontramos importantes posicionamentos, que certamente influenciaram na maneira como aqueles sujeitos compreendiam a sua sociedade, um padrão que provavelmente se repetiu em outras partes do país. Também fica em aberto a possibilidade de continuarmos acompanhando os entrevistados do *Diário Popular* e a ação dos periódicos riograndinos, como estes se organizaram na disputa dos novos espaços que estavam se abrindo e novos fatos que demonstraram o posicionamento dos jornais como agentes nesse *campo político*. Logo, esperamos – nos capítulos que seguem – encontrar essas respostas.

## 1.2 – “ENTRE AS LEIS”: MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO INTERVALO ENTRE A LEI CONSTITUCIONAL Nº 9 E O DECRETO LEI 7.586 (MARÇO – MAIO 1945)

Passado o primeiro momento, no qual se especulava sobre a possibilidade de eleições, para um segundo momento, onde as eleições passaram a fazer parte concreta da realidade, é possível perceber o aparecimento de uma nova pauta nos periódicos. Deste modo, nesse tópico abordaremos quais foram as pautas levantadas pelos agentes e como esses se organizaram dentro do *campo político* no intervalo entre a divulgação da Lei constitucional nº 9 e o Decreto Lei 7586, que regulamentaria as eleições naquele ano.

A manifestação do senhor Joaquim Luiz Osório revela parte dessa preocupação:

A RESSURREIÇÃO DOS PARTIDOS E O ATUAL MOMENTO NACIONAL. Escreve-nos o dr. Joaquim Luís Osório, antigo membro das Comissões Central e Executiva local do Partido Republicano: Indagam-me devotados, correligionários do Partido Republicano qual a orientação mais conveniente no atual momento político. Em princípio se deveria dar como reerguidos os antigos partidos dissolvidos por ato do atual governo. Mas, sucede premência de tempo e inoportunidade para reorganizá-los e rever seus programas. Por outro lado, há urgência em arregimentar as forças políticas em oposição, afim de que possam concorrer às urnas. Nestas condições, opino, deve-se promover a organização de uma União Democrática no Rio Grande do Sul, que, reunindo todos os elementos liberais, possa em solidariedade com idênticas organizações nos demais Estados, ligados à União Democrática Nacional, lançada no Rio de Janeiro, sufragar os candidatos às anunciadas eleições. O grande objetivo, neste momento histórico, deve ser assegurar a vitória da Democracia adotando candidatos, que pelo seu passado e conduta sejam insuspeitos e dignos de salvaguarda-la. Só este tópico – Democracia – constitue um programa. Desta forma, sufragando candidatos com êsse lema não marcharemos em tórno de pessoas mas iremos fortalecidos por um sublime ideal, do qual fomos privados e temos como primeiro dever reivindicar. Levaremos ainda como princípios básicos – Estado Social, Federação, Liberdade espiritual, pontos capazes de congregiar todas as correntes dos antigos partidos”. (*Diário Popular*, 01/03/1945, p. 08).

Osório fala de orientação política no atual momento. Relata que antigos membros do PRR buscaram nele um posicionamento, o que denota sua valiosa posição dentro do grupo. Porém o tempo seria escasso para readequar o antigo partido a nova realidade e por isso a melhor saída é juntar forças a uma frente política

que defendesse seus ideais, nesse caso a UDN. Ângela de Castro Gomes<sup>23</sup> aponta a criação da UDN para abril de 1945. Porém, podemos observar que os sujeitos começaram a se organizar bem antes. Como vimos no capítulo anterior já se falava na candidatura de Eduardo Gomes, embora o registro partidário oficial<sup>24</sup> date do mês de setembro.

Os grupos políticos do período vão se organizar dentro das legendas partidárias. Opositores a Vargas vão integrar as fileiras da UDN. O presidente irá organizar os seus grupos para as disputas eleitorais, o PSD e o PTB. Contudo, é interessante perceber que esses agentes não aparecem com a criação das legendas partidárias, pelo contrário, não deixaram de transitar no *campo político* nacional em nenhum momento, mesmo com as restrições impostas pelo governo. Embora pareça obvio essa colocação, ela nos convida a observar a organização desses agentes dentro do processo que vai se desenhando com o passar dos meses. A cada notícia divulgada pelas folhas locais poderemos perceber como foram construídos os grupos políticos da região.

Não obstante, Joaquim Luiz Osório se revela como uma referência de seu antigo grupo e parece guiar seus correligionários para o novo momento. O articulista deixa claro que o importante é “assegurar a vitória da Democracia” e “princípios básicos – Estado Social, Federação, Liberdade espiritual”. Não é possível aqui nos aprofundarmos no debate dos conceitos. Porém, podemos questionar qual Democracia os antigos membros da PRR pretende assegurar e defender? Aquela por eles praticada antes de 1930, com o voto a cabresto e o coronelismo? Talvez, publicamente, não. Se aproximar desses valores pode ser uma necessidade do momento. Como o Estado brasileiro mudou muito nos últimos 15 anos, sobretudo no âmbito dos direitos sociais (CARVALHO, 2002), faz-se necessário que os novos grupo políticos se aproximem dessas pautas para conseguirem ganhar algum espaço.

Alguns dias após, o jornal *Rio Grande* (09/03/1945, p. 02), divulga uma nota que fala da visita de Joaquim Luiz Osório a Borges de Medeiros, antigo líder do PRR.

---

<sup>23</sup> Ver: “GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002”.

<sup>24</sup> Registro provisório: “União Democrática Nacional”. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/udn/registroProvisorio.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/udn/registroProvisorio.htm) Acessado em: 23/12/2015.

O objetivo intrínseco de sua visita era buscar o consentimento de Borges para reunir os correligionários do antigo PRR, no qual recebeu sinal positivo do cacique que declarou ainda não ter interesse de retornar a vida política.

Entre os estudantes do ensino superior de Pelotas, também houveram opiniões sobre a “orientação” política. Numa declaração ao *Diário Popular*, Antônio Vilela Amaral Braga, presidente da Federação Acadêmica de Pelotas, fala sobre o posicionamento que tomará a Federação Acadêmica de Pelotas:

- Em princípio, as entidades estudantis como a Federação Acadêmica, dada a sua organização de caráter meramente arregimentador da classe, com estatutos que repelem a ingerência em assuntos de ordem política, em minha opinião, não deve tomar parte ativa nas lutas políticas como as que agora se pronunciam sob pena de tolher a liberdade individual de escolha dos seus membros. Destarte, teríamos pequenas minorias, no caso em aprêço os seus diretórios, resolvendo e assumindo compromissos de ordem política em nome de grandes majorias constituídas pelos seus quadros sociais, para o que, certamente, não contaríamos com uma unanimidade. (*Diário Popular*, 06/03/1945, p. 08).

O líder estudantil opta pela neutralidade da Federação. Sua fala revela que não existe um consenso no grupo, por isso a posição pela neutralidade, caso contrário isso poderia gerar “desunião” dos integrantes. Nisso a “mocidade pelotense” adotava o mesmo posicionamento dos estudantes do Rio de Janeiro, aguardar o desenrolar dos acontecimentos para então tomar partido. Tal estratégia, diga-se de passagem, foi comum a outras mocidades do país. A diferença ficaria por conta dos estudantes paulistas que resolveram apoiar Eduardo Gomes contra os queremistas<sup>25</sup>. Assim é perceptível os pontos de encontro entre as realidades regionais e nacionais. É possível afirmar que, no decorrer do processo, os estudantes poderão ingressar em alguma frente política, o que denota uma possível disputa por esse grupo.

No dia seguinte a matéria ser publicada o jornal traz a repercussão colhida sobre o assunto. Segundo o *Diário*, vários sujeitos procuram a redação para dar sua opinião.

Outros no entanto, apesar de reconhecerem a prudência e a neutralidade da entrevista do presidente da mater dos universitários pelotenses, crêm que as suas entidades devem se manifestar, dando apôio do seu prestígio, do seu

---

<sup>25</sup> Sobre a participação dos estudantes nesse momento político, temos a valiosa obra de Jorge Ferreira (2005), que registra sua disputa com os queremistas em São Paulo.

nome e da sua organização a esta ou aquela corrente política, sob a alegação de que elas devem tomar parte ativa na solução de um tão transcendente problema. (*Diário Popular*, 07/03/1945, p. 06).

Como é possível verificar, a maioria dos sujeitos se posicionaram de acordo com o presidente da Federação Acadêmica de Pelotas. Além disso, podemos detectar outro elemento significativo do jogo político, quando um dos entrevistados declara que as entidades estudantis deveriam conceder “o apôio do seu prestígio, do seu nome e da sua organização a esta ou aquela corrente política”. O “prestígio” no qual o entrevistado se refere é aquilo que Bourdieu (1989) chama de *capital simbólico*, ou seja, a credibilidade que alguns grupos e agentes políticos estabelecem a partir de suas relações sociais, bem como saberes, conhecimentos e formação escolar, que podem ser convertidos numa relação de influência e dominação.

Nesse caso, apoiar esse ou aquele candidato é passar seu *capital*, sua *credibilidade* adiante, o que aumentaria o “prestígio” de quem recebe. Podemos dizer que isso se caracteriza como algo comum dentro do processo de reabertura, onde ocorrerá disputas para o acúmulo de *capital político* de algumas organizações.

Sobre a orientação de algumas agremiações entre se posicionar ou manter sua imparcialidade dentro do processo, pode ser compreendida devido ao grau de influência que os grupos políticos mantinham dentro dessas entidades, ou ainda, através da concepção que agentes tinham de sua sociedade e contexto político, como o desacordo do estudantes paulista a respeito do regime autoritário no qual se encontrava o país.

No dia 23 de março, é divulgada a confirmação da candidatura de Eurico Gaspar Dutra a presidência da República. Segundo o *Rio Grande* (23/03/1945, p. 02), diversos sujeitos da política foram pegos de surpresa com a notícia, inclusive lideranças ligadas ao governo, os *de dentro*. Na realidade a notícia é compreensível, pois com base nos jornais da região havia uma indefinição clara por parte dos *de dentro*. A oposição dava o nome de Eduardo Gomes como confirmado e era perceptível, em algumas notícias, que a movimentação dos *de fora* poderia estar incomodando o governo.

Entre as discussões sobre organização partidária e apoio político surge um ponto nevrálgico para a construção de um ambiente democrático: a Anistia. Sabe-se que em 1937, com o advento do *Estado Novo* intensificasse a prisão por crimes

políticos, os comunistas e os integralistas, entre outros, são presos pois, segundo o governo, ameaçam a segurança do país. Porém, o contexto internacional e o clima de reabertura política não suporta mais esse dispositivo, que foi um braço forte do Estado autoritário varguista. Logo, as especulações sobre a Anistia começam a aparecer nos jornais<sup>26</sup>.

Em Pelotas, as discussões datam do início de abril de 1945 com a organização de um Movimento Pró-Anistia:

MOVIMENTO, EM PELOTAS, PRÓ-ANISTIA, ORGANIZADO SEM CORES PARTIDÁRIAS. Conforme, já é do conhecimento do grande público, realizar-se-á amanhã, às 21 horas, na Praça Coronel Pedro Osório, defronte ao Grande Hotel, um “comício-monstro”, organizado por elementos de várias classes sociais desta cidade. Para êste comício, já forma convidados vários oradores. Deverão falar, pois, diversos políticos pelotenses, como o dr. Bruno de Mendonça Lima, dr. José Pereira Lima, dr. Alcides Mendonça Lima, dr. Vicente Russomano, bacharelado Delfim Mendes Silveira, bacharelado Anselmo F. Amaral e outros, inclusive representantes das classes operárias e do povo em geral. Também falarão o dr. Guilherme Schultz Fº e outros representantes da cidade vizinha de Rio-Grande, cuja visita colaborará para o êxito da reunião e que – pelo que apuramos – sábado vindouro será retribuida por uma caravana de oradores pelotenses que visitará Rio Grande. Vários cartazes estão sendo confeccionados para o comício de amanhã e inúmeros volantes serão distribuídos, convidando o povo paara a reunião. COMITÊ PRÓ-ANISTIA. Nossa reportagem conseguiu apurar, em primeira mão, que será organizado, em Pelotas, o COMITÊ PRÓ-ANISTIA, a exemplodo que foi feito em outros centros de cultura, como em Porto Alegre, e cuja finalidade precípua é estimular o movimento nacional pró-libertação dos prêsos políticos brasileiros, a favor do qual se têm manifestado inúmeros líderes da oposição e da situação. Ontem foi recebido, nesta cidade, um despacho telegráfico do Comitê de Porto Alegre, assinado pelos drs. Luis Goulart e João Alberto Schenkel Filho, respectivamente presidente e secretário daquela entidade. Neste telegrama, sugeria-se a fundação, em Pelotas, de um Comitê Pró-Anistia e a realização de um comício popular dia 4, isto é, amanhã. Pela exiguidade de tempo, não foi possível fundar-se o Comitê antes desta data. Assim sendo, o comício anunciado para amanhã será realizado sob o patrocínio de elementos de várias classes e só mais tarde, quando se reunirem os próceres que fundarão entre nós o aludido Comitê, é que esta entidade agirá oficialmente. Finalmente, segundo estamos informados, realizar-se-á quinta-feira próxima, reunião de representantes de todas as classes sociais para escolha dos dirigentes do Comitê, que tem contado com grande número de adesões e que reuniirá, sem cores partidárias, todos aqueles que julguem necessária, no momento político, a anistia. (*Diário Popular*, 03/04/1945, p. 08).

Algumas figuras já conhecidas do cenário político reaparecem, como: “dr. Bruno de Mendonça Lima, [...], dr. Alcides Mendonça Lima [...]” e “Delfim Mendes

---

<sup>26</sup> Já no fim de março, dia 28, o *Diário Popular* divulgava o seguinte título: “Apta a ser examinada a concessão de anistia”. A notícia vinda da capital falava sobre o aval do governo em estudar o assunto.

Silveira”, mas também novos atores surgem em meio a discussão. Inclusive nessa chamada aparece o primeiro ponto de contato entre os dois maiores colégios eleitorais da região, Rio Grande e Pelotas. Contato que irá se intensificar ao longo da redemocratização. Além disso, a notícia traz informações sobre o comício que ocorrerá na cidade e como surgiu a ideia de um comitê. É possível aferir que a capital do estado já havia se organizado em torno do assunto, inclusive, “sugerindo” procedimentos aos municípios do interior. Enquanto Pelotas acata a sugestão, mesmo não podendo estabelecer uma sede, busca encaminhar o comício, Rio Grande, talvez por problemas de logística, só realizará seu comício no sábado.

O COMÍCIO DE HOJE À NOITE PRÓ-ANISTIA. Segundo noticiamos em nossa edição de ontem, um grande movimento popular se forma em nossa cidade pró-anistia dos presos políticos brasileiros. Tanto assim que, antes do lançamento do Comitê Pró-Anistia (a ser feito dentro em breve), será realizado, hoje, às 21 horas, na praça cel. Pedro Osório, defronte ao Grande Hotel, um comício popular neste sentido. Falarão, neste comício, vários oradores. Entre os que usarão da palavra, podemos citar os seguintes: dr. Bruno de Mendonça Lima, dr. José Pereira Lima, dr. Ápio Cláudio de Lima Antunes, dr. Ladislau Rohnelt, dr. Guilherme Schultz, dr. Vicente Russomano, bacharelados Anselmo F. Amaral e Delfim Mendes Silveira, acadêmicos Nuno Carpena de Menezes e Clóvis Russomano. Consta nos que estão ainda inscritos outros oradores, representantes, sobretudo, das classes operárias, mas cujos nomes não nos foi possível constatar. Reina grande interesse para esta reunião política. (*Diário Popular*, 04/04/1945, p. 06).

Dos oradores citados, todos são da mesma área de conhecimento, o Direito. Alguns formados e trabalhando na área, como Bruno Lima, que era professor na Faculdade de Direito de Pelotas, ou Guilherme Schultz que já exercia a profissão de advogado. E outros, buscando concluir a formação, como os citados Clóvis e Nuno, o que denota que os acadêmicos da cidade estavam engajados nas discussões sobre o político. O que salta aos olhos como um registro que vem se confirmando ao longo dessa investigação é o grande número de sujeitos ligados à área do Direito envolvidos com a política. Como explicamos no capítulo anterior, baseado em Bourdieu (1989), trata-se de um *habitus*, comum dos sujeitos do Direito, pois eles dominam a retórica do *campo político*<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> O número significativo de advogados também está ligado a questão da tradição política brasileira, que, segundo Murilo de Carvalho (2013), data, pelo menos, do segundo reinado, com a grande participação desses profissionais no parlamento. Nesse sentido, Sandra Maria do Amaral (2005), aponta que a partir da redemocratização de 1945 passa a ocorrer uma mudança no perfil político gaúcho, com a inserção de outras categorias profissionais.

Ao fim da reportagem lê-se ainda a seguinte informação: “Consta nos que estão ainda inscritos outros oradores, representantes, sobretudo, das classes operárias, mas cujos nomes não nos foi possível constatar. Reina grande interêse para esta reunião política.” Além do interesse na “reunião política”, essa conclusão desperta um certo estranhamento, porque apenas os nomes dos *profissionais* aparecem citados, enquanto o nome dos “operários” não são apurados, algo que denota as prioridades da folha na leitura do acontecimento.

Mas afinal, para quê dizer que estariam presentes representantes das classes operárias? Antes de 1930, talvez essa chamada não tivesse muito significado. Porém estamos falando de 1945 e, nesse período, a classe operária ganhou força e representatividade. Informar que eles estariam presentes é dizer ao leitor, de outra maneira, que estaria representado no comício uma parcela significativa da sociedade, o que aumenta o *capital político* do grupo pró-anistia. O jornal reconhece a presença dos operários na cena política e, ao mesmo tempo, remete-os para uma posição subalterna em relação as lideranças políticas, antigas e novas, ligadas aos grupos e instituições que, tradicionalmente, organizavam e disputavam o poder político no estado.

Passado o comício o jornal publica:

O COMÍCIO EM PROL DA ANISTIA REALIZADO, ONTEM, NESTA CIDADE. Conforme fora anunciado, realizou-se, ontem, comício pró-anistia, o qual contou, como era de esperar, com uma grande assistência, enchendo a massa popular ali presente, literalmente, a face da para Coronel Pedro Osório fronteira ao Grande Hotel. Momentos antes da hora marcada já se encontrava naquele local, rodeando a tribuna ali colocada, uma verdadeira multidão, **integrada por elementos de todas as classes de Pelotas, ali representadas multidão essa que demonstra assim a sua solidariedade com o motivo do comício, que era o de pugnar por uma anistia ampla para todos os políticos que se encontram no exílio ou nas prisões.** Cartazes com expressivos dísticos pediam a anistia, vendo se também ali as bandeiras das nações aliadas. Altos falantes colocados nas vizinhanças, transmitiam as palavras dos oradores, palavras essas impregnadas de grande entusiasmo, interrompidas amiúde por salvas de palmas. Ainda há pouco teve lugar uma grande manifestação no Rio de Janeiro, que deveria consistir numa homenagem às nossas Forças Expedicionárias, a qual, no entanto, de acordo com o que divulgou a imprensa de todo o país, perdeu completamente as suas finalidades primitivas para transformar-se num comício eminentemente político. **Na grande manifestação de ontem, apesar das constantes incursões de muitos oradores pelo terreno político, acreditamos poder afirmar que prevaleceram os seus objetivos primeiros, que eram os de pugnar pela mais completa e ampla anistia.** ENTUSIASMO. Uma outra grande característica do comício de ontem foi o entusiasmo que nele reinou, sobretudo patente, como assinalamos, nas vozes dos oradores, não raro aparteados com salvas de palmas.

Dêseestusiasmo, aliás, participaram não só os oradores como grande parte dos presentes. TRANSCORREU EM MEIO DE PERFEITA ORDEM. **Apesar de alguns intempestivos apartes que em certo momento deram lugar a um falso alarme, a manifestação de ontem transcorreu em meio da ordem, não havendo sequer um orador que não terminasse o seu discurso. Terminada a manifestação, dissolveu-se a multidão em perfeita ordem.** TREZE ORADORES. Falaram no comício de ontem, com palavras cheias de grande entusiasmo, nada menos de treze oradores, na ordem seguinte, segundo podemos constatar: Ten. Ewerton Torres, dr. Bruno de Mendonça Lima, dr. José Pereira Lima, sr. Joaquim Assumpção, dr. Guilherme Schultz, sra. Walkyria Goulart, dr. Pedro Luiz Osório, acadêmicos Anselmo Amaral, Delsim Mendes da Silveira, Clóvis Russomano e Nuno Carpena, sr. Celso Selas e dr. Vicente Russomano. (*Diário Popular*, 05/04/1945, p. 8) Grifos nossos.

Todas eram as classes representadas no comício, em torno de um só objetivo, a anistia. O destaque para representatividade, como algo em disputa nesse momento político, mais uma vez é recorrente nas matérias. Contudo, dentro do limite de confiança que podemos ter na fonte, é possível considerar um boa participação do público, que segundo a reportagem foi bem participativo, inclusive interrompendo as falas. A preocupação com a “ordem” é um fato em destaque também. Afinal, é um momento de abertura do *Estado Novo*, então é compreensível a cautela, por isso o reforço na questão da ordem, que aqui vai além desse sentido e se liga, também, em manter o foco do comício. Por essa razão mencionar o ocorrido no Rio, as breves incursões dos oradores no terreno da política, onde provavelmente houveram críticas ao governo Vargas, como um espaço dos *de fora*, mas com foco no objetivo ao final de tudo.

Em Rio Grande é divulgado o seguinte comunicado:

O Momento Político: Comício Pró-Anistia. Do comitê Pró-Anistia recebemos o seguinte comunicação: Foi fundado em data de 5 do corrente, nesta cidade, o exemplo do que se vem fazendo em outros pontos do país, o comitê Pró-Anistia que desenvolverá intensa propaganda, quer pela imprensa, quer em comícios públicos, em prol da liberdade de todos os presos políticos, com exclusão apenas dos espões do EIXO. [...] Por aclamação feito pelos presentes (na sede do Centro Português de Rio Grande) foi eleito e empossado a seguinte comitê: Dr. Guilherme Schultz Filho, presidente; Aulio de Oliveira Cardoso, secretário; J. P. Caetano, tesoureiro. [...] Já foram convidados para usar a palavra no grande comício de domingo próximo, os srs. Osmar Ladeira, dr. Luiz Emilio Léo, Angelo Cibela, sra. Christina Amaro de Medeiros, encerrando o meeting o sr. Guilherme Schultz Filho. [...] Comparecerá ao comício uma luzida caravana da vizinha de Pelotas, composto entre aos srs.drs. Bruno Mendonça Lima, José Pereira Lima, Vicente Russomano e acadêmico Anselmo Amaral. (*Rio Grande*, 07/04/1945, p. 02).

Então, como é possível perceber, o comitê riograndino é criado no dia em Pelotas estava realizando seu primeiro comício. O pequeno trecho mostra que o movimento regional é consequência de um contexto mais amplo, o que coloca a região sul do estado praticamente a par do que está ocorrendo em outros centros. A matéria nos remete a outro contexto ainda mais amplo, o da Segunda Guerra Mundial, conectando a anistia a uma espiral de acontecimentos muito maior, ou seja, não só a anistia, mas o processo de redemocratização como um todo, é um evento que transpassa diversas realidades.

Entre Pelotas e Rio Grande, os comícios ocorreram de maneira semelhante: convidados realizaram “orações”, eram constantemente interrompidos pelo público, houveram incursões pela política e convidados de fora, que visitavam a cidade vizinha para “prestigiar” o evento. No entanto, em Rio Grande, os jornais divulgaram o que ocorreu nessas incursões:

O povo estacionando a frente da sede do Esporte Clube Rio Grande, empenhava cartazes com os seguintes dizeres: “Barateamento da vida, a Lindolfo Collor, autor da legislação social”; Anistia ampla e irrestrita, União Democrática contra a ditadura fascista”. (*Rio Grande*, 09/04/1945, p. 02).

A partir do trecho apresentado, podemos dizer que o povo presente nesse comício era bem crítico ao governo. Os dois enunciados remetem a críticas pesadas ao Estado varguista. A primeira fala de Lindolfo Collor, acreditamos que a expressão “barateamento da vida” signifique algo equivalente a banalização da vida, pois mesmo doente ele foi encarcerado nos porões do Estado Novo, por ter realizado críticas ao governo. Collor, foi responsável pela regulamentação de diversos aspectos do trabalho durante o início do governo provisório em 1930, por isso a menção ao “autor da legislação social”. Segunda crítica é sobre o sistema político do *Estado Novo*, um Estado autoritário que personificava a figura de seu líder máximo. Não obstante, a oposição não se furtava em comparar Vargas e seu regime aos regimes e líderes totalitários da Europa e da América, por isso a expressão “fascista”, porque ela opera em um nível, como falávamos anteriormente, transpassa a conjuntura nacional do cerceamento de direitos, por exemplo.

Em Pelotas, o comitê Pró Anistia foi instalado no dia 13 de abril, tendo a seguinte repercussão:

INSTALADO NESTA CIDADE O COMITÊ PRÓ-ANISTIA. Confirmando a notícia que divulgamos em primeira mão, já há vários dias, teve lugar na tarde de ontem, na residência do dr. Alcides de Mendonça Lima, a reunião de instalação do Comitê Pelotense Pró-Anistia. Na reunião em apreço foram expostas em detalhes as finalidades do Comitê e discutida a maneira pela qual deverá o mesmo iniciar as suas atividades no sentido de cumprir á altura os seus elevados propósitos. **Entre os assuntos resolvidos, ficou assentado a criação de diversas secções cuja atuação ficará ligada diretamente à comissão central que se compõe dos seguintes membros: dr. Alcides de Mendonça Lima, advogado; Anselmo Francisco Amaral, bacharelado de direito; Ápio Antunes, advogado; Ary Miranda, bancário; Artur Bachini, acadêmico de direito; dr. Antônio Martins, advogado; Delfim Silveira, bacharelado de direito; Cláudio Candiota, jornalista; Joaquim Alves da Fonseca, professor; João Machado Mendonça, professor; Maria Luiza Pereira Lima, professora e Nuno Carpena de Menezes.** Foi também convidado para integrar a referida comissão central, um membro da classe trabalhista de Pelotas, cujo nome deixamos de divulgar pelo fato de ainda não ter sido apresentado pelo seu órgão de classe. Ainda na reunião de ontem ficou deliberado que seria redigida uma moção em prol da anistia aos nossos patricios, presos por crimes políticos. Essa moção será apresentada aos componentes do Comitê na próxima reunião, que terá lugar na tarde de sábado próximo. (*Diário Popular*, 13/04/1945, p. 06) Grifos nossos.

O título da matéria, a experiência do presente, nos remete a ideia de um espaço físico. Por outro lado, ao ler o artigo, percebemos que se trata da formação de um grupo em torno de um objetivo central<sup>28</sup>. Se retomarmos a trajetória da Anistia em Pelotas, veremos que seu idealizadores chamavam a iniciativa de “Movimento” e de fato era, porque não possuía uma organização centralizada. Com a reunião dia 13, o movimento do início do mês de abril passa a ter uma “comissão central”, mais eclética no que se refere a questão de representatividade, se comparado aos nomes que se destacavam no início.

Numa análise comparada entre os citados na notícia do dia 03 e os citados no dia 13 de abril, é perceptível uma mudança no perfil dos sujeitos. Os primeiros citados foram: Bruno de Mendonça Lima; José Pereira Lima; Alcides Mendonça Lima; Vicente Russomano; Delfim Mendes Silveira; Anselmo F. Amaral, de acordo com que conseguimos apurar os três primeiros são professores da Faculdade de Direito de Pelotas e os três últimos acadêmicos, sendo Delfim da Faculdade de Direito de Porto Alegre e os outros dois da Faculdade de Pelotas. Já na formação do comitê temos doze nomes, na maioria profissionais da área do Direito, com a adesão de dois

---

<sup>28</sup> **“Significado de Comitê:** s.m. Comissão de uma assembléia ou sociedade para exame de determinado assunto. Representação de trabalhadores. Grupo de pessoas incumbidas de determinados encargos”. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/comite/> Acessado em: 09/02/16.

professores, um bancário, um jornalista e algo inédito, a participação feminina. Claro, que não podemos esquecer a participação de Walkiria Goulart no comício, mas dentro da organização, quem está participando é Maria Luiza.

Alguns dos advogados citados são professores da Faculdade de Direito de Pelotas, como já mencionamos, mas dentro da arena política são designados pela sua formação acadêmica de origem, cujo o *capital político* é mais significativo. Novamente a questão da representatividade e do *capital simbólico* estão juntas. É interessante observar como na prática a representatividade pode somar ou subtrair o *capital político*.

Do ponto de vista do *espaço de experiência*, temos o encontro de duas gerações diferentes. Uma que vivenciou a República Velha e o período varguista. E outra, que pode até ter nascido anterior a 1930, mas que não vivenciou esse período. Ainda sobre o perfil do grupo, notamos um perfil ideológico heterogêneo, porque comporta os *de dentro*, como Antônio Martins, comunista do PCB, Anselmo Francisco Amaral, que vai se vincular a PTB e os *de fora*, como Bruno Mendonça Lima, que vai se alinhar as Esquerda Democrática (ED), ala da UDN assim como Nuno Carpena de Menezes.

No dia 18 de abril Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei Nº 7.474, que concede “anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data” de sua publicação. Porém a notícia chega aos jornais apenas no dia seguinte. Como resposta a publicação do decreto, no mesmo dia se reuniram membros do comitê de Pelotas, em manifestação no centro da cidade.

MANIFEESTAÇÃO DE REGOSIJO PELA ANISTIA DECRETADA EM FAVOR DOS PRESOS POLÍTICOS. As primeiras horas da tarde de ontem, um expressivo acontecimento veio empolgar a nossa população. A assinatura do decreto do decreto concedendo anistia aos nossos patrícios, presos por crimes políticos. Momentos após a divulgação na cidade, dessa sensacional notícia o Comitê Pelotense Pró-Anistia reuniu-se em sessão deliberando, em seguida, efetuar um comício em regosijo à libertação de valorosos brasileiros que há anos se achavam encarcerados. A grande manifestação popular foi marcada para às 20 horas no local situado em frente ao Clube Caixerai. Ao se aproximar a hora anunciada, uma considerável massa popular compareceu áquele largo da praça Coronel Pedro Osório. O primeiro orador a ocupar a tribuna foi o dr. Alcides de Mendonça Lima, presidente do Comitê Pelotense Pró-Anistia que em eloquente improvisado disse das finalidades daquela manifestação pública e da satisfação que o havia dominado ao receber a referida notícia. Ao presidente do Comitê Pelotense Pró-Anistia, sucederam na tribuna os seguintes oradores que, sem distinção, receberam os mais entusiásticos aplausos da multidão que ali se achava: Srs. Lhulier

Pinto, Murilo Machado, Ari Miranda, Euclides Vieira Soares, Guilherme Schultz Filho, Anselmo Amaral e tenente Everton Torres. Todos os que usaram da palavra, manifestaram o seu regosijo, ressaltando o grande significado da medida posta em prática. **A anistia aos presos por crimes políticos, segundo as próprias palavras dos oradores do comício de ontem, foi um dos maiores acontecimentos verificados nestes últimos tempos em nosso país, uma vez que a sua concretização constituirá uma ambição de todo o Brasil.** O comício se prolongou até às 21:30 horas, encerrando-se com a palavra do dr. Alcides de Mendonça Lima. (*Diário Popular*, 19/04/1945, p. 08) Grifos nossos.

Com vida curta, os movimentos pró-anistia na região cumpriram com seu papel: propondo o debate, reunindo e mobilizando indivíduos e sem sombra de dúvida, foi um momento importante na reorganização política e na formação de quadros políticos/partidários regionais. Porém, na composição do calendário político de 1945, a anistia é uma etapa, dentro de um processo maior. No dia seguinte à divulgação do Decreto-lei 7.474, o *Diário Popular* (20/04/1945, p. 06) já noticiava, que provavelmente, até o fim do mês seria promulgada a Lei Eleitoral. De outra forma o periódico mostra que o calendário político apontava para outros compromissos.

No entanto, em Rio Grande, talvez os reflexos do movimento Pró-Anistia ainda não haviam passado. Dias antes da anistia federal, um grupo de operários da cidade, resolveu organizar um desfile em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, alusivo ao seu aniversário, que coincidentemente é no mesmo dia da promulgação do Decreto-lei 7.474. Com a publicação da Anistia, o evento marcado para o dia 19 de abril teve que ser transferido, ocorrendo no dia 23.

Segundo a reportagem, o desfile percorreu diversas ruas do centro da cidade, encerrando em frente ao prédio da prefeitura, onde trabalhadores e membros da administração municipal como secretários e o prefeito realizaram discurso em homenagem ao presidente. Ainda de acordo com o jornal *Rio Grande* (23/04/1945, p. 01), os manifestantes carregavam cartazes, a exemplo do que aconteceu no movimento Pró-Anistia, com o “V” de vitória e de Vargas, a fotografia de Getúlio e outros cartazes com palavras de ordem como:

Palavras do presidente: Tenho recebido muitas ingratidões, mas elas nunca partiram dos trabalhadores; Não há governo que se possa manter, fazendo política de rico contra pobre; Com o Presidente Vargas os trabalhadores sempre tiveram liberdade e direitos; Com Getúlio Vargas estão os trabalhadores de Rio Grande.

Para o leitor mais atento, o desfile não foi apenas uma homenagem ao presidente, mas uma reação as duras críticas realizadas pelo Movimento Pró Anistia da cidade. Essa reação repete o *modus operandi* dos trabalhadores em outras regiões do país e, provavelmente, algo parecido tenha ocorrido em outras cidades da região, ou até mesmo em Pelotas, de onde sabemos de um grande receio quanto à ordem dos comícios Pró-Anistia, que também tiveram “incursões” pela política.

Mais de um mês após ser promulgada a anistia, é publicado “a Lei que regulamenta o alistamento eleitoral e as eleições” (*Diário Popular*, 29/05/1945, p. 08). O *Diário Popular*, por sua vez, publica alguns pontos considerados “importantes” da Lei, como: o voto obrigatório e secreto; a documentação necessária para confecção do título; o tempo máximo de afastamento para ministros, governadores e presidente da república precisa ter para se candidatar a algum novo cargo; as penas previstas para crimes eleitorais; criação de partidos de âmbito nacional exclusivamente; o número de deputados federais por estado e a data estipulada (06/05/1946) para as eleições de governadores e câmaras legislativas estaduais. Com essa publicação a eleição passa a ter contornos nítidos, isto é, regras claras e definitivas, como por exemplo as condições necessárias para o registro de novos partidos ou candidaturas.

Contudo, mesmo antes da Lei Eleitoral ser publicada, é possível perceber uma campanha em andamento, com notícias de Eduardo Gomes se posicionando como candidato<sup>29</sup>, assim como Eurico Gaspar Dutra, e de partidos se organizando, como o PSD e a UDN<sup>30</sup>. Além disso, como resultado da anistia, vemos o surgimento da figura de Luiz Carlos Prestes<sup>31</sup>, como um elemento importante no cenário político nacional.

De outro lado, não podemos nos esquecer dos “queremistas”, que também estavam se organizando dentro desse processo, como relata Ferreira:

Se em fins de fevereiro e em março a população apenas revidava as agressões nos comícios da oposição, indignada com as ofensas a Vargas, em abril o conflito começou a assumir contornos mais nítidos, sobretudo no campo das idéias, e um novo personagem surgiu no cenário político brasileiro: os trabalhadores. A partir de abril, a transição democrática não

---

<sup>29</sup>O exemplo se refere ao artigo intitulado: “Eduardo Gomes falará à Nação” (*Diário Popular*, 24/03/1945, p. 06).

<sup>30</sup>O exemplo se refere ao artigo intitulado: “Reuniram-se os procederes do Partido Social Democrático” (*Diário Popular*, 22/04/1945, p. 08).

<sup>31</sup>O exemplo se refere aos artigos intitulados: “Declarações de Luiz Carlos Prestes à imprensa” (*Diário Popular*, 27/04/1945, p. 06) e “A entrevista de Prestes” (*Diário Popular*, 28/04/1945, p. 06).

ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição, mas a presença e a intervenção dos trabalhadores teriam que ser consideradas – ainda que, nesse momento, eles tivessem que aprender, mesmo que às pressas, a participar do jogo político. (FERREIRA, 2005, p. 31).

Através de seu estudo sobre o queremismo, o autor consegue estabelecer diferentes momentos dentro do movimento de trabalhadores, onde cada etapa possui características próprias. A passagem acima mostra justamente o início de uma nova etapa, quando os trabalhadores deixam de apenas defender o presidente e passam para a ação, ingressando na arena política.

Na região, a primeira notícia sobre esse grupo data do dia 29 de maio de 1945, mesmo dia que foi publicado a Lei Eleitoral. Ela relata a criação do “Comitê pró candidatura Getúlio Vargas” (*Diário Popular*, 1945, p. 08) em Porto Alegre. Mas voltando ao âmbito regional, é possível perceber, que entre o início do mês março e o fim do mês maio, se constituiu uma nova etapa do processo de redemocratização, marcada pela articulação dos futuros grupos partidários, em torno de movimentos aparentemente “sem bandeiras”.

Como apontou Jorge Ferreira (2005), os queremistas tiveram que apreender a fazer política ao longo do processo, da maneira como ele se apresentava. Nós iremos um pouco mais além na ideia do autor. Acreditamos que não só os queremistas tiveram que apreender. Na verdade se tratava de uma ambiente novo para todos. Nem mesmo aqueles que haviam experienciado a democracia anterior a trinta eram capazes de prever qual seria o próximo passo. Talvez, apenas os *de dentro* e sua estrutura burocrática, tinham uma noção do que poderia acontecer, ou, de como melhor se mover nesse novo terreno.

Nessa aproximação, foi possível visualizar o início da formação partidária na região, com a afirmação do nome de Eduardo Gomes pela oposição e o anúncio um pouco tardio de Eurico Gaspar Dutra pelos governistas, que nesse momento não ocupavam o mesmo espaço dos seus adversários na mídia.

No entanto, a pauta que provocou uma movimentação significativa dos agentes foi a Anistia, mobilizando grupos em torno de discussões e comícios. Em contra partida, o movimento despertou a reação de outro grupo importante, os trabalhadores. Estes reagiram em defesa do varguismo, atacado pela oposição que participava do

movimento Pró-Anistia. Ademais, observamos o protagonismo de sujeitos que mais tarde integrariam as frentes de movimento políticos, como queremismo, e partidários.

Por fim, o código eleitoral, o instrumento que estipula as regras do jogo fora oficializado, levando esses sujeitos a outro momento da reabertura política, onde eles terão que se adequar as novas regras, para que possam prosseguir na disputa.

## 2 – MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS NO SUL GAÚCHO

### 2.1 – FORMAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICO PARTIDÁRIA NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (JUNHO – OUTUBRO 1945)

Com a edição do Decreto-lei 7.374, que estabeleceu os parâmetros para as eleições de 1945, passamos a observar o início de uma organização partidária na região sul que data da segunda quinzena do mês de junho.

Essa organização passa pela formação de comitês municipais, aglutinamento de lideranças locais e organização de atividades político-partidárias. Nesse movimento é perceptível a formação e a disputa entre as principais legendas do cenário nacional: PSD, UDN, PCB e PTB. Entre as fontes analisadas, uma se destacou por acompanhar de perto a estruturação de um partido em particular: o Partido Social Democrático, PSD, que recebeu ampla cobertura do jornal pelotense *Diário Popular*.

Nesse capítulo, tendo em vista a centralidade do PSD na disputa político-eleitoral e a disponibilidade documental, acompanharemos a formação dessa agremiação partidária na região sul. Nesse sentido, cumpre realizar algumas indagações: Que relações viabilizaram o PSD no sul do Rio Grande? Houve intercâmbio político entre os municípios? Se houve, foi possível visualizar uma região político-social organizada ao sul do Rio Grande do Sul?

Contudo, não nos furtaremos, guardadas as limitações já mencionadas, em apresentar a realidade de outras agremiações políticas que tomaram parte neste processo. Através do exame da historiografia e do cruzamento com as fontes, buscaremos nos aproximar dos acontecimentos políticos que ocorreram entre os meses de junho e outubro de 1945. Além disso, a análise da trajetória do PSD contribuirá para a compreensão do *campo político* em formação no interior do estado e fornecerá subsídios para o desenvolvimento do trabalho.

Deste modo, iniciaremos pela notícia da instalação do núcleo pelotense do Partido Social Democrático:

No momento em que a nação inteira se prepara para o grande pleito presidencial, os partidos arregimentadores da opinião pública multiplicam os seus núcleos por todo o Brasil, em torno destas células cerrando fileiras de seus eleitores. Aguardada desde há muito, em meio de grande expectativa, a notícia da fundação do núcleo do Partido Social Democrático da nossa cidade foi recebida em meio de grande interesse. Interesse este que se estendeu a todas as classes sociais, despertando um eco simpático no seio da gente pelotense. Conforme adiantamos em nossa edição de ontem e hoje podemos confirmar nomes de grande projeção política do Rio Grande do Sul já expressaram a sua adesão ao Partido Social Democrático que sufragará para a presidência da República o nome do general Eurico Gaspar Dutra. [...] Segundo conseguiu colher a nossa reportagem, a instalação do P.S.D. em Pelotas deverá ter lugar nos primeiros dias da próxima semana, possivelmente, segunda ou terça-feira, devendo, nessa ocasião, ser eleita a comissão executiva em Pelotas, como já adiantamos. (*Diário Popular*, 22/06/1945, p. 06).

Na chamada para instalação do PSD na cidade, o jornal constrói uma *representação* em torno do evento. Nela o fato local não é algo isolado, mas conectado a acontecimentos em todo país. O periódico busca criar certa expectativa ao redor do evento, utilizando de uma suposta “simpatia do povo pelotense” pela legenda e evocando o nome de Vargas para legitimar a candidatura de Dutra. Além disso, as matérias publicadas pelo *Diário Popular* sobre política passam a ocupar um espaço próprio dentro do jornal, denominado “Nos domínios da Política”. Ali serão publicadas todas notícias relacionadas, sempre de forma positiva, a um partido: o PSD. A oposição, na maior parte das vezes, será objeto de críticas, ou, quando muito, receberá pequenos comentários.

No dia 26 de junho, a folha reitera seu comprometimento com a propaganda pessedista:

O Partido Social Democrático, cujo programa de ação política e social foi inserto nas colunas deste vespertino, na edição de ante-onde esclarece amplamente os objetivos de sua ação no cenário nacional. O partido que está arregimentando todas as forças políticas do país tem, em todas as unidades da federação, expendido um trabalho interno no sentido de prestigiar a candidatura do eminente patrício general Gaspar Dutra à Presidência da República. (*Diário Popular*, 26/06/1945, p. 08).

A matéria refere-se a uma coluna, diariamente publicada, durante uma semana, com o conteúdo programático do partido. Ali foram expostas as principais propostas da legenda em relação a temas importantes como: emprego, educação e economia. Tratava-se de um espaço privilegiado do jornal, na contracapa ocupando praticamente

1/3 da página, além daquela coluna já destinado a política. Em meio a divulgação da fundação do PSD pelotense, a cidade de Arroio Grande sai na frente, sendo a primeira cidade na região sul a lançar o núcleo do pessedista:

Conforme divulgou já o DIÁRIO POPULAR, foi fundado há pouco, neste município, o Comitê do Partido Social Democrático, em cuja diretoria aparecem nomes de grande projeção na vida de Arroio Grande, **contando a solenidade em apreço com a comparência do Sr. Francisco Macalão, especialmente vindo de Porto Alegre.** Escolhido o diretório do referido Comitê, **foi o mesmo empossado no último dia da semana finda no salão nobre da Prefeitura Municipal,** revestindo-se a sessão de posse de raro brilho. **Inicialmente fez uso da palavra o dr. Mário Luiz Corrêa, prefeito de Arroio Grande e figura de grande prestígio neste próspero município onde a sua palavra é sempre ouvida com respeito e simpatia.** Falando sobre as finalidades de reunião, o dr. Mário Luiz Corrêa depois de ler os nomes que integram o Comitê do Partido Social Democrático de Arroio Grande, disse textualmente: "Achamo-nos reunidos neste instante, senhores, para empossar o diretório do Comitê local do P.S.D., ala a que presido com real satisfação, porquê vejo em todos os seus membros cidadãos distintos e correligionários ardorosos, capazes de tudo fazerem pelo maior engrandecimento novel organização política, que já conta em Arroio Grande com tão valiosas adesões. E se minha satisfação, certamente compartilhada por todos, é grande com relação a felicidade na escolha dos integrantes do Comitê do P.S.D. de Arroio Grande, maior ainda ela se torna ao ver na sua presidência a figura do dr. Dionisio Magalhães, em quem não sabemos o que mais devemos admirar, si o seu grande talento ou si suas qualidades humaníssimas, tão evidenciadas na sua dedicação ao sacerdócio da medicina. **No dia 2 de julho, senhores inicia-se o alistamento eleitoral e o Arroio Grande,** que nunca desmentiu as suas gloriosas tradições de patriotismo e disciplina partidária, cerrará fileiras em tórno dos candidatos que forem apontados pelo Partido Social Democrático." **Na mesma ocasião falou também o dr. Dionisio Magalhães, médico que desfruta de uma estima excepcionalíssima em Arroio Grande instantes antes empossado na presidência do Comitê do Partido Social Democrático,** tendo em sua oração brilhantes e oportunos conceitos. O DIRETÓRIO. O diretório do Comitê Municipal de Arroio Grande do Partido Social Democrático ficou assim constituído: Presidente Honorário, dr. Mário Luiz Corrêa; presidente, dr. Dionisio Magalhães; vice-presidente, dr. Aimoré Carriconde; 1º secretário, prof. Oclides P. das Neves; 2º dito; Marcelo Hermes das Neves Silveira; 1º tesoureiro, Alfredo Nunes Ferreira; 2º dito, Dirceu Cardoso de Aguiar. (--): Nestor Garcia, Adalberto Siedler Júnior, David Pereira da Costa, Astrogildo Silveira Machado Filho e Maximiano Lopes. (*Diário Popular*, 27/06/1945, p. 06) Grifos nossos.

Sobre a criação do núcleo pessedista arroio-grandense podemos aferir algumas observações importantes. A cobertura especial do jornal na cidade: entre os jornais selecionados para a pesquisa, o *Diário Popular* é aquele que apresenta melhor estrutura tipográfica e organização de suas edições, que podem chegar a ter até 12 páginas no fim de semana, 6 a mais que na edição semanal. Porém, a existência de

correspondentes na região denota que o jornal possui mais que uma boa estrutura física, capaz de confeccionar um jornal relativamente grande para os padrões do interior. Ele também possuía estrutura financeira, que cobria os gastos de uma cobertura fora do município.

A reportagem cita a presença de “Francisco Macalão” da capital do estado. Não conseguimos averiguar quem é Francisco, mas pela continuidade do processo, é possível afirmar, que ele provavelmente tenha sido alguém do governo estadual. O local onde foi empossado o núcleo municipal, no salão nobre da prefeitura - fato que não seria admissível no momento atual – revela a mistura e a instrumentalização do público para fins político-partidários. Os atores envolvidos ocupam posições de poder e usam delas para assegurar vantagens sobre os concorrentes.

Quem realiza o discurso sobre as finalidades do partido no município? Mário Luiz Corrêa, o prefeito da cidade, que contribui com o seu *capital político* para o sucesso do evento, ou seja, o envolvimento do executivo municipal vai além do empréstimo do salão nobre para o partido, ele participa também do evento e passa a ser referência do partido na cidade, tendo o prefeito como presidente honorário da entidade.

Em contra partida, a legenda lança como presidente um nome conhecido na cidade, o médico Dionisio Magalhães. A escolha de um médico conceituado aponta o trânsito do PSD entre as elites locais e, indiretamente, revela uma estratégia de penetração entre os populares, que, não deixa de ser sintomática da visão que o partido tem da sociedade. Assim como o médico, o PSD deveria estar próximo e, ao mesmo tempo, acima, guiando, o povo. Nesse caso, a estratégia parece ter tido efeito, pois, dois anos depois, Dionisio se tornaria prefeito da cidade pelo PSD<sup>32</sup>.

Alguns dias após o evento em Arroio Grande, chega ao aeroporto de Pelotas uma comitiva do governo do Estado:

Conforme vinha sendo anunciado, a cidade recebeu, ontem, altas personalidades da administração do Estado e figuras de remarcado relevo no cenário político para a instalação do Núcleo Municipal do Partido Social Democrático. **Com este objetivo pelo avião da Varig, procedentes de**

---

<sup>32</sup> A reportagem também faz menção ao “alistamento eleitoral”. A cidade estaria pronta para o alistamento eleitoral, que inicia no dia 02 de julho. Para esclarecer, o credenciamento eleitoral era realizado pelas entidades de cunho político, que realizavam a solicitação do título de eleitor junto a justiça eleitoral. Logo, os partidos estavam habilitados a realizar esse trabalho.

**Porto Alegre, chegaram ontem os drs. Oscar Carneiro da Fontoura, secretário da Fazenda do Estado; Herófilo Azambuja, presidente do Instituto de Previdência do Estado,** e outros elementos destacados da vida política do Rio Grande do Sul. **Em companhia dos ilustres visitantes veio também o sr. dr. Silvio Echenique, prefeito da cidade que foi especialmente a Porto Alegre para integrar a ilustre comitiva hóspede do município.** No aeroporto presentes ao desembarque, encontravam-se os mais destacados de nossa elite social representantes do comércio, indústria, funcionários, jornalistas, autoridades e, afinal, numeroso e seletivo grupo de amigos. **A ilustre caravana, do aeroporto seguiu viagem para a vizinha cidade de Rio Grande, rumando hoje para Cangussu, presumindo-se, o retorno a Pelotas, ainda hoje à noite.** Em ambas as cidades, como em Pelotas, a ilustre comitiva presidirá a instalação dos núcleos municipais do Partido Social Democrático. O interesse que vem despertando a presença de elementos destacados que agora nos visitam, faz prever uma expressiva concorrência aos trabalhos iniciais do Núcleo Municipal. O Estado do Rio Grande do Sul se mobiliza politicamente para a campanha eleitoral que se avizinha. (*Diário Popular*, 29/06/1945, p. 06) Grifos nossos.

A referida comitiva tem como objetivo principal auxiliar na instalação do PSD no sul do Estado. Entre os visitantes, Oscar Carneiro da Fontoura será o que terá o nome mais citado, talvez pelo espaço que ocupa dentro do governo. Sua missão é conferir *capital político* aos núcleos regionais, para que seus correligionários tenham sucesso na empreitada.

Assim como no evento de Arroio Grande, a estrutura administrativa é utilizada a favor da campanha. Muito provavelmente o avião que trouxe a comitiva tenha sido financiado pelo Governo do Estado, algo que não está muito distante daquilo que acontece na atualidade, a utilização da máquina pública em benefício de um partido ou de uma gestão. Outro ponto é a ligação entre o público e o privado, que se manifesta na presença da “elite social” da cidade, citada na reportagem. Na verdade esse desembarque demonstra um jogo de interesses de ambos os lados, por parte dos visitantes e dos visitados.

FIGURA 01: Desembarque das autoridades do Governo Estadual Gaúcho no aeroporto de Pelotas.



Fonte: *Diário Popular*, 29/06/1945, p. 06.

Na imagem<sup>33</sup> extraída é perceptível o destaque dado a Oscar Fontoura pelo jornal e o grande número de sujeitos que se faziam presentes na ocasião. Também, é possível observar o destaque que o jornal dá a autoridade visitante, porque além dele aparecer mais que os outros na foto, o periódico pouco utilizava imagens nas notícias. O que denota a prioridade dada a algumas ocasiões ou fatos.

No dia seguinte, é divulgada chamada para instalação do PSD em Pelotas, “às 20:00, no auditório da Rádio Cultura” (*Diário Popular*, 30/06/1945, p. 08). Chama a atenção o espaço, utilizado pelo partido para sua reunião. No entanto, até esse momento, não tínhamos nenhuma informação de uma colaboração mais estreita entre as duas entidades.

Conforme divulgado, ocorre a instalação do núcleo municipal, com a presença da comitiva que desembarcou alguns dias atrás na cidade.

<sup>33</sup> Legenda da Imagem: “Flagrantes colhidos, ontem, no aeroporto local, por ocasião da chegada a esta cidade dos drs Oscar Fontoura e Herófilo Azambuja. À esquerda; no alto, grupo formado pelas destacadas personalidades que foram receber os ilustres viajantes; em baixo, o dr. Oscar Fontoura em palestra com o representante do DIÁRIO POPULAR. Ao lado o sr. dr. , quando desembarcava do avião”.

FIGURA 02: Cerimônia de instalação do núcleo pessedista em Pelotas.



Fonte: *Diário Popular*, 01/07/1945, p. 08.

Como podemos observar na imagem<sup>34</sup>, o jornal se esforça em capturar o maior número de detalhes do evento. No recorte acima o detalhe da mesa diretora, com a presença do prefeito de Pelotas e o presidente do PSD Pelotas Antero Moreira Leivas, professor da faculdade de direito de Pelotas, à esquerda, e os representantes do governo estadual, que endossam a instalação do partido na cidade.

A dinâmica de formação de quadros políticos também acontece em Pelotas, onde a presidência não é concedida ao prefeito, mas a um integrante da vida acadêmica da cidade. Além disso, Antero Moreira Leivas se apresenta como uma referência para o partido na faculdade de direito, local já ocupado pela oposição, como Joaquim Luiz Osório e Bruno Mendonça Lima, integrantes locais da UDN.

Em Rio Grande, a comitiva estadual realizou um trabalho de “organização” de base, para uma futura instalação do partido.

<sup>34</sup> Legenda da imagem: “O clichê acima reproduz, no alto, a mesa que dirigia os trabalhos de Instalação do Nucleo do P.S.D., vendo-se, de pé, quando se dirigia a assistência, o dr. Oscar Fontoura, que tem à sua esquerda os drs. Silvio Echenique e Antero M. Leivas e à direita o dr. Herófilo Azambuja. Em baixo, um aspecto parcial da assistência que escala literalmente o auditório da Rádio Cultura, onde se efetuou a solenidade”.

ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DE RIO GRANDE DO PARTIDO S. DEMOCRÁTICO. RIO GRANDE, 2. (Da sucursal) – Procedente de Pelotas e de outros pontos da zona sul do Estado, esteve nesta cidade o dr. Oscar Carneiro da Fontoura, secretário da Fazenda é uma das mais destacadas figuras do atual governo do Rio Grande do Sul. S s. que se fez acompanhar do dr. Herófilo Azambuja, presidente do Instituto de Previdência do Estado, trouxe a incumbência de auscultar o processamento e pensamento político da nossa terra, coordenar as correntes de opinião e assentar na démarches iniciais para a breve instalação do núcleo local do P. S. D. **Nêste sentido, o dr. Oscar Carneiro da Fontoura se avistou com destacados elementos de todas as classes sociais e de todos os antigos grupos partidários, trocando com os mesmos ideais e pontos de vista políticos em torno da grande campanha da sucessão presidencial que empolga o povo brasileiro. Os trabalhos de coordenação e consulta prosseguem animados sendo incontestes o entusiasmo e a vibração cívica com que foi aqui recebida a missão política do ilustre homem público dr. Oscar Carneiro da Fontoura.** Os dignos visitantes durante sua rápida permanência nesta cidade, foram alvo das mais expressivas demonstrações de apreço, por parte de elementos representativos de todas as camadas sociais. Dentro de poucos dias, concluídas as convocações preliminares, será definitivamente instalado o Comitê Diretor das atividades locais do P. S. D. e dada à publicidade a nominata dos seus componentes. Após esta instalação, será oficial e (--) instalação, em pública sessão, o núcleo local da poderosa agremiação partidária que levará às urnas, e o próximo pleito, o nome do ilustre candidato das forças majoritárias, general Eurico Gaspar Dutra. (*Diário Popular*, 03/07/1945, p. 08) Grifos nossos.

Com as notícias de Rio Grande, é possível observar uma dinâmica diferente do que ocorreu nas cidades já citadas, porque nelas o núcleo partidário foi instalado rapidamente, a partir da visita de Oscar da Fontoura. Enquanto em Rio Grande estão se organizando as bases necessárias para formação da legenda. Provavelmente essa organização tardia diga respeito ao contexto político da cidade, que possui uma identidade operária mais consolidada, por se tratar de um local portuário e que, por essa e outras razões próximas, não expressa a mesma penetração que as elites tradicionais, ligadas ao PSD e a UDN, tem em outros municípios.

No entanto, o encontro do secretário do estado com lideranças da cidade parece ter surtido efeito, resultando na instalação do núcleo riograndino do PSD,

[...] formado por elementos de prestígio das antigas correntes políticas e de pessoas de projeção em os nossos meios sociais, o Diretório Municipal do Rio Grande do Partido Social Democrático que irá sufragar nas urnas o nome do insigne Ministro Gaspar Dutra à suprema Magistratura da Nação. Compõe-se o diretório dos seguintes membros: Presidentes de Honra: Dr. Roque Aita Junior, Prefeito Municipal, Jesus Baptista Vieira, comerciante, Presidente dr. Miguel de Castro Moreira, industrialista e engenheiro civil 1º Vice Presidente, Engenheiro Francisco Bastos, industrialista, Secretário Geral dr. Astrogildo Noronha, fazendeiro, 2º Secretário Dr. Fernando Eduardo Freire, advogado,

Tesoureiro Bolivar Frazão, industrialista, 2º Otto Brodt, guarda livros, Vogais: coronel Bello Brum, fazendeiro, major Izidio Fonseca, fazendeiro, Fioravanti Miglietti, operário, Henrique Pires, ferroviário, capitão Heitor Corrêa, funcionário público, Alberto Gregorio de Miranda, proprietário, dr. Newton de Azevedo, médico e Alfredo de Oliveira Junior, comerciante. Dentro de poucos dias será publicada a extensa relação do Grande Conselho do Diretório local no qual figurarão elementos de destaque das profissões liberais, do alto comércio, da indústria, do operariado, dos empregados no comércio, agricultores, enfim representantes de todos os setores das atividades humanas, que espontaneamente e ardorosamente formarão a vanguarda do P. S. D. A instalação solene do Partido dar-se-á no próximo dia 21 do corrente às 20 horas. (*Rio Grande*, 04/07/1945, p. 02).

Em Rio Grande, não sabemos se por característica do jornal, ou por perfil político partidário, conseguimos observar uma diferença nas informações que chegam através das fontes. Ao invés de apenas colocar o nome de cada um que compõe o diretório, a notícia também apresenta a condição profissional de cada um. Através disso, é possível aferir que realmente existe uma representatividade popular, mesmo que pequena, dentro do partido. Diferente daquilo que é colocado de outras localidades, por meio do *Diário Popular*, que por vezes só menciona que existe uma presença popular. Na cidade de Rio Grande se fazia necessário incorporar ao partido uma representatividade operária, os trabalhadores estavam organizados através de suas entidades e possuíam uma identidade de classe, de modo que não iriam a reboque de outras lideranças que não aquelas reconhecidas em seu meio social<sup>35</sup>.

Com alguns dias de atraso, ou como tática do jornal em manter o assunto em pauta, pois a visita foi realizada no dia 30 de junho, o *Diário Popular* divulga a instalação do núcleo da cidade de Canguçu:

INSTALADO EM CANGUSSÚ O NÚCLEO DO P. S. DEMOCRÁTICO. [...] Como delegados do PSD no Estado, vieram até aqui na tarde de ontem, procedentes de Pelotas os drs. Oscar Carneiro da Fontoura secretário da Fazenda, dr. Herófilo Azambuja, presidente do Instituto de Previdência do Estado, dr. Silvio da Cunha Echenique, prefeito de Pelotas e Ciede Nunes de Faria, médico conterrâneo. A luzida caravana política foi aguardada, entre manifestações de civismo, na Coxilha dos Campos, por uma numerosa e seleta delegação da qual faziam parte destacadas figuras das forças vitais da economia cangussuense tendo à frente o dr. Jaime de Furla, prestigioso prefeito do município. Após os cumprimentos de boas vindas formou-se, então, extenso cortejo de automóveis, em número de doze, rumando à sede.

---

<sup>35</sup> De acordo com Beatriz Ana Loner (2001), no período estudado, Rio Grande se caracterizava por ser uma cidade industrial e Pelotas por ser uma cidade de serviços. Daí essa tradição operária da cidade que se confunde muitas vezes com a questão portuária. Outros estudos como de Edgar Ávila Gandra (1999) e Mário Augusto Correa San Segundo (2009) também apontam nessa direção.

No salão de honra da Prefeitura, onde se achava elevado número de pessoas gradas que, à entrada dos ilustres visitantes, prorrompeu em vibrante salva de palmas [...]. (Diário Popular, 04/07/1945, p. 08).

O *modus operandi* segue o mesmo das outras ocasiões: a cerimônia partidária sendo organizada num espaço público, o salão nobre da prefeitura, com a presença de lideranças partidárias estaduais, essas lideranças foram recebidas por “figuras” locais, ligadas a setores produtivos e o prefeito conduzindo a cerimônia. Por outro lado, aparece um elemento novo na equação, a presença de uma referência regional, o prefeito de Pelotas Silvio da Cunha Echenique.

Passados três dias, é divulgada a notícia da instalação do núcleo de Piratini (Diário Popular, 07/07/1945, p. 08). Na ocasião esteve representados três municípios: Pelotas, Canguçu e Pinheiro Machado. De Pelotas, o prefeito da cidade junto ao prefeito de Piratini, José Maria Silveira, coordenaram a mesa de cerimônia. Representando Canguçu esteve presente Jaime Faria, prefeito da cidade, e Valter de Oliveira Prestes, advogado no foro do município. Com a ausência dos representantes do governo estadual, a demonstração de unidade pessedista passou a depender do apoio mútuo entre lideranças e autoridades locais, por exemplo, mediante o comparecimento de políticos de cidades vizinhas em atos, cerimônias e comícios do partido.

A partir disso, é possível dimensionar a estruturação de uma rede de contatos entre as cidades da região sul, onde os prefeitos das cidades e membros do partido se mobilizam para apoiar a formação dos núcleos políticos em outras cidades. Claro que, devido a estrutura econômica e social das cidades de Rio Grande e Pelotas, os prefeitos dessas cidades apareceram mais na constituição dessa solidariedade política, mas esse fato não ofusca a relevância de outras interações.

A organização do PSD segue na região, agora com a instalação do núcleo lourenciano:

Às 20horas o salão regorgitou de correligionários e simpatizantes, Da cidade de Pelotas, do distrito local, compareceu uma comissão composta dos drs Silvio da Cunha Echenique, Antero Moreira Leivas e Hipólito Amaral Ribeiro. Foi constituído o diretório Municipal do Partido Social Democrático, por aclamação, com os seguintes nomes: Presidente Honorário dr. Nestor Jost, presidente Américo Soares Ferreira; 1º vice-presidente. Euclides Vargas; 2º vice-presidente, dr. Walter Theferm, 1º secretário, dr. Idalino Campos da Luz Filho; 2º secretário Júlio Weymar; 1º tesoureiro, Alberto Kath; 2º tesoureiro,

Guilherme Gehrke; e para conselho diretor, os srs. Guilherme Carlos Franke, dr. José da Silva Crespo, Dario Ferreira, Otacílio Fiorame, Epaminondas Almeida, Antônio Candido Ferreira, dr. Josué Crizanto Soares da Silva, Augusto Macarthy, Rodolfo Nickern, Alfredo Kroll, Otávio Russo, Jaime Rodrigues Vignoli, Frederico Gerling, João Cassiano Crespo, Albino Ziebell, Francisco Vieira, Edgar Landgraff, Mario Freitas, Eurico Raupp de Souza, Manoel Gabriel Ferreira e Gutardo José Ferreira. Na mesma ocasião, pelo Presidente Honorário foi escolhido o dr. Sílvio da Cunha Echenique para dirigir os trabalhos que, com palavras repassadas de entusiasmo quanto às finalidades daquela reunião pública, cedeu a palavra ao dr. Antero Moreira Leivas que num belíssimo improviso discorrea sobre a personalidade do presidente Getúlio Vargas, cujo programa de governo veio despertar a nacionalidade para os seus mais altos destinos e finalizando, concitou aos lourencianos a cerrar fileiras em torno da candidatura do eminente brasileiro Gal. Gaspar Dutra fiel continuador da política do presidente Getúlio Vargas. (Diário Popular, 08/07/1945, p. 12).

Em São Lourenço do Sul se repetiu o que estava ocorrendo em outros municípios. Na ocasião, foi escolhido pelo presidente de honra e prefeito da cidade, a figura de Silvio Echenique para presidir os trabalhos de instalação do comitê. Na foto abaixo, é destacada a imagem da mesa diretora e da plateia presente. Nela, é possível observar ao fundo, um retrato de Getúlio Vargas bem centralizado com a bandeira do Brasil acima, enquanto Antero Moreira Leivas proferia uma palestra aos presentes, que costurava as obras de Vargas ao continuísmo na candidatura de Dutra.

FIGURA 03: Cerimônia de instalação do PSD de São Lourenço do Sul



Fonte: *Diário Popular*, 08/07/1945, p. 12.

O retrato de Getúlio ao fundo, e a palestra conciliatória de Antero, não são coincidências do evento<sup>36</sup>. Na verdade, é um reflexo de um problema de coesão partidária pelo qual o PSD passava no Rio Grande do Sul. Segundo a autora Lisandre Medianeira de Oliveira<sup>37</sup>, o partido possuía dois grupos no qual se dividia as forças políticas do estado, um mais “favoráveis candidatura Eurico Gaspar Dutra à presidente da República e outros que ainda apoiavam Getúlio Vargas”. Ao longo das primeiras instalações dos núcleos regionais, percebemos, que alternadamente, esse discurso pela candidatura de Dutra como continuador da obra varguista era recorrente. No entanto, a falta de coesão do PSD gaúcho explica mais que isso, como por exemplo, a visita das autoridades do governo a região sul e o aparente atraso do partido em entrar na disputa, algo que parece se resolver com o lançamento do nome de Eurico Gaspar Dutra.

Enquanto isso, as trincheiras pessedistas se reforçam em Pelotas, com a entrega de dois telegramas ao prefeito da cidade (*Diário Popular*, 10/07/1945, p. 08), que confirmam o apoio do Ministro da Fazenda, Artur Souza Costa e o comerciante Aires Noronha Adures ao núcleo pelotense do PSD, sendo que o primeiro ocupará a vaga de presidente honorário. Isso concede uma credibilidade singular ao partido no município, pois não se trata apenas de emprestar o nome a legenda, uma vez que o ministro era natural da cidade pelotense. Não obstante, todo apoio, estadual ou nacional, concedido a Pelotas e a Rio Grande possui uma intenção clara: garantir a maioria de votos nos dois maiores colégios eleitorais da região.

---

<sup>36</sup> Legenda da imagem: “O clichê acima reproduz ao alto a mesa que dirigiu os trabalhos, vendo-se, de pé, o dr. Antero M. Leivas quando pronunciava sua brilhante oração. Em baixo, um aspecto parcial da assistência”.

<sup>37</sup> “No mês de julho, depois de organizados esses núcleos, o partido encontrou muitas dificuldades para mantê-los coesos, devido a uma divisão entre governistas que eram favoráveis a candidatura Eurico Gaspar Dutra à presidente da República e outros que ainda apoiavam Getúlio Vargas. Inúmeros fatos concorreram para a construção desse cenário político no Rio Grande do Sul, visto que, desde o início do mês de maio, havia se tornado público, principalmente pela divulgação na imprensa, o descontentamento de um grupo getulista presente na direção provisória do PSD gaúcho. Até a retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro de 1945, teve-se no país, uma intensa agitação política em torno de temas como as eleições presidenciais, o queremismo e a constituinte, que dividiram as bases do PSD em todo o Brasil. Além disso, o lançamento de Eduardo Gomes pela UDN para concorrer a presidência do país obrigara Getúlio Vargas a aceitar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra pelo PSD no mês de março. Mas somente em julho o pessedista teria sua candidatura formalizada na convenção nacional do seu partido. Muito embora, o Partido Social Democrático tivesse sido estruturado desde fins de 1944, como governista, portanto, contando com o apoio de getulistas.” (OLIVEIRA, 2008, p. 41-42)

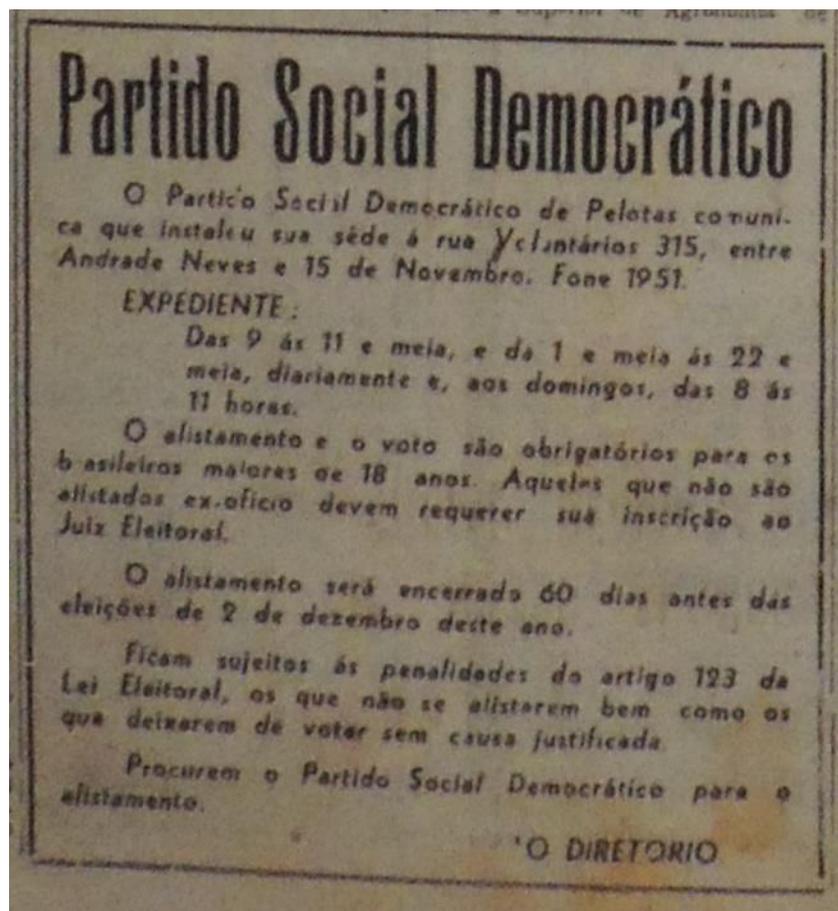
Ademais, as duas cidades apresentavam particularidades que poderiam preocupar os *de dentro*. Na “Noiva do Mar”, era significativo o alto contingente operário, tradicionalmente com inclinações ideológicas mais à esquerda – muito por influência das entidades de classe, como, por exemplo, a prestigiosa Sociedade União Operária – o que poderia levar votos para o PCB e, no futuro próximo, para o PTB.

No município vizinho, havia a ameaça de uma oposição qualificada, formado no seio da Faculdade de Direito da cidade, com Joaquim Luiz Osório, Bruno Mendonça Lima, Delfim Mendes da Silveira, outros membros e acadêmicos. Além das particularidades apresentadas, esses municípios eram referências sociais, culturais, econômicas e políticas na região, o que torna significativo a preocupação em conquistar maioria de votos e ter uma boa representatividade nessas localidades.

Dando continuidade ao processo de formação partidária regional, temos a inauguração da sede do PSD Pelotas, localizada no centro da cidade, na “rua Voluntários (da Pátria), n. 315, entre às ruas 15 de Novembro e Andrade Neves” (*Diário Popular*, 13/07/1945, p.08). Ainda sobre, o espaço teria sido apresentado ao jornal pelo Vice-Prefeito da cidade, Joaquim Duval, que a qualificação eleitoral iniciaria a partir da presente data. Entretanto, oficialmente o alistamento eleitoral já estava liberado desde o dia 02 de julho, um atraso de 11 dias, sendo que o período de alistamento por lei, é de 90 dias.

Em compensação o jornal passa a divulgar o seguinte convite:

FIGURA 04: Convite do PSD para o alistamento eleitoral em Pelotas.



Fonte: *Diário Popular*, 18/07/1945, p. 08.

Como é possível observar, a chamada reproduzida acima traz as informações básicas, de maneira clara em letras grande e bem espaçadas, com um título bem destacado, justamente para atrair a atenção do leitor.



seja, uma das partes mais privilegiadas e, provavelmente mais cara, estava ocupada, em torno de 1/3 da página, a partir de junho, com notícias de um partido. O que aponta para a grande influência da legenda na mídia. Talvez o aparelhamento do estado por parte do PSD também tenha ocorrido mediante a compra de espaços de promoção/propaganda, tanto na imprensa, quanto nas rádios. Essa relação fica sugerida em diferentes momentos da narrativa, por exemplo, a reunião do PSD no auditório da Rádio Cultura e os espaços ocupados pelo partido no *Diário Popular*.

Contudo, mesmo com todos esforços do PSD isso não lhe garantia a maioria naquele ano. Embora houvesse o esforço para coesão partidária, a sociedade estava dividida. O quemista de um lado, de onde não se definiriam até setembro. Os opositoristas de outro, que formavam uma frente anti-getulista reunindo sujeitos da direita conservadora e da esquerda dissidente do PCB. E o PTB, que não estava presente no Estado, mas que em âmbito nacional ainda não empolgava, assim como seu coirmão o PSD. É nesse contexto que chega a notícia da:

[...] ESCOLHA DE GETÚLIO VARGAS PARA PRESIDENTE DO P.S.D. NO RIO GRANDE DO SUL. Continua alcançando uma repercussão cada vez maior nas fileiras do Partido Social Democrático a escolha do eminente brasileiro dr. Getúlio Dorneles Vargas para presidente do P.S.D. no Rio Grande do Sul. Em contacto com diversos elementos das classes trabalhistas de Pelotas, hoje cerrando fileiras, em todo o Estado, em torno do P.S.D., pudemos verificar, mais uma vez, a alegria com que o proletariado gaúcho vê a escolha do nome do seu maior amigo, presidente Getúlio Vargas para o posto máximo do P.S.D. no Rio Grande do Sul. O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO NO RIO GRANDE. De acordo com o que temos colhido, também em Rio Grande tem sido grande a atividade do Partido Social Democrático, registrando-se numerosas e expressivas adesões. Rio Grande principalmente pela sua importância como cidade industrial que condensa uma grande população, surge no cenário político do Rio Grande do Sul como um dos seus mais importantes centros. (*Diário Popular*, 15/07/1945, p. 12).

A já citada ausência do PTB em solo gaúcho, num primeiro momento, faz com que a dinâmica política do estado se torne um pouco diferente daquilo que ocorrerá em âmbito nacional. Isso faz com que a figura de Getúlio Vargas seja aglutinadora entre os trabalhadores urbanos no estado. Daí a relevância de sua posição como presidente de honra regional do PSD e seu irmão Protásio Vargas como presidente. É oportuno frisar, que essa dinâmica de indicações de um nome expressivo para presidência de honra, também ocorreram nos municípios do interior do estado, como

presenciamos nos processos de instalação de núcleos municipais estudados anteriormente.

A atividade do PSD no sul do estado era intensa. No dia 26 de julho de 1945, o *Diário Popular* (p. 08) divulga uma coluna com o seguinte título: “O Partido Social Democrático na região sul do Estado”, nela ele trazia notícias de atividades políticas em diferentes municípios. De Canguçu, ele relatava a adesão de elementos da região rural do município ao partido. Sobre Jaguarão, apontava para intensa atividade e a posição estratégica da cidade, como “importante município da fronteira”. O “furo de reportagem” sobre Pinheiro Machado e Santa Vitória, era a adesão do PRR as frentes locais do PSD. De São José do Norte, chega a notícia que outro partido regional também se somou ao PSD, o Partido Libertador, fato relevante na balança eleitoral e na movimentação do *capital político*. Por fim, de Rio Grande, chega o convite para o prefeito de Pelotas comparecer a inauguração da sede. Toda essa movimentação, e o reconhecimento por parte do jornal de uma regionalidade vem ao encontro do nosso discurso de solidariedade política, que havíamos lançado anteriormente, demonstrando que os sujeitos inseridos no processo também partilhavam dessa visão.

No dia 28 em Rio Grande é lançada a seguinte nota do

Partido Comunista do Brasil. Do Comité Municipal do Partido Comunista do Brasil, recebemos a seguinte Circular: Ilmo, Sr. Redator do RIO GRANDE. Saudações. O Partido Comunista do Brasil, partido do proletariado, até então, mal interpretado por grande parte dos trabalhadores, interpretação esta, devida a desleal campanha dos reacionários e fascistas indígenas; reiniciando suas atividades em sua nova fase de justa legalidade tem a grata satisfação de comunicar á V. S. que seguindo a orientação de seu máximo líder, o camarada Luiz Carlos Prestes, defenderá com intransigência a política de União Nacional e consequente soerguimento da economia brasileira, proporcionando aos trabalhadores melhor nível de vida. Aproveitamos o ensejo para fazermos a apresentação do Comité Municipal, eleito a 15 do corrente e que tem a seguinte constituição: Omar Lima, Secretario Político; Antonio Teixeira e Silva, Adalberto Machado de Oliveira, Luiz Almeida, Lourival Albuquerque, secretários; João Manoel Vieira dos Santos, suplente; Albino Olegario Pereira Nunes, suplente. Toda a correspondência, até que seja inaugurada a séde do Partido, deverá ser endereçada á rua Francisco Marques n. 215. Pelo Comité Municipal Loutival Albuquerque, Secretario de Divulgação. (*Rio Grande*, 28/07/1945, p. 02).

A nota vem apresentar o PCB, que surge para legalidade, procurando explicar eventuais problemas do passado, quando coloca que foi “mal interpretado” pelos

“trabalhadores” devido a uma oposição “desleal”. Na atualidade se apresenta como alternativa do *campo político*, disposto a defender com “intransigência a política de União Nacional e consequente soerguimento da economia brasileira, proporcionando aos trabalhadores melhor nível de vida”. Chama a atenção para citação anterior as letras em caixa alta das palavras “União Nacional”, transcritas fielmente da fonte de origem. Isso nos leva a pensar na política de inimigo interno único, a oposição na figura da UDN. Não se pode esquecer, que nesse momento, o partido apoia Vargas no processo de redemocratização.

Outro ponto de reflexão diz respeito a organização do partido na ‘Noiva do Mar’, pois, como já havíamos comentado, o PCB é uma legenda que por natureza aglutina os trabalhadores, cuja a presença é significativa na cidade, daí a relevância desse evento no processo. Isso explica também outra questão, porque em Pelotas, o Partido Comunista surgiu apenas no mês de setembro. Talvez aí reside – algo que já colocávamos anteriormente – uma das principais diferenças entre os dois municípios vizinhos e que poderá influenciar no processo. A criação do PCB – mesmo que em uma cidade – revela além de tudo que havia uma movimentação da legenda, quem sabe não só em Rio Grande, mas na região.

Ainda em Rio Grande é

COROADA DO MAIS ABSOLUTO ÊXITO A SOLENE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DO P. S. D. EM RIO GRANDE. RIO GRANDE, 30 (Da Sucursal) – Revestiu-se de muito brilho e intensa vibração cívica a instalação, sábado último, no Teatro Sete de Setembro, do núcleo local do Partido Social Democrático. O velho edifício da rua General Bacelar ficou repleto de elementos representativos de todas as classes sociais, inclusive senhoras e senhorinhas, que emprestavam ao recinto a graça de sua presença. No palco, caprichosamente ornamentado, via-se o retrato do Presidente Getúlio Vargas encimando um grupo de Bandeiras Brasileiras e, além dos membros do Diretório Municipal, todas as representações políticas deste Estado e de outros municípios do Estado. A sessão foi aberta pelo sr. Jesus Batista Vieira, presidente de Honra do Diretório Municipal, que convidou para presidi-la o dr. Miguel de Castro Moreira, presidente efetivo do órgão diretor do P.S.D. nesta cidade que, por sua vez, passou a presidência dos trabalhos ao dr. Roque Aita Júnior, prefeito municipal e, também, presidente de Honra do Diretório local do Partido Social Democrático, o que foi feito sob palmas demoradas de toda a assembléia. A seguir, o dr. Fernando F. Freire, 1º secretário do P.S.D. nesta cidade procedeu a leitura do volumoso expediente que se encontrava sobre a mesa, do qual conseguimos destacar os seguintes telegramas do dr. Cilon Rosa, secretário do Interior e membro da Comissão Diretora do P.S.D., delegando poderes ao dr. Roque Aita Júnior para representá-lo naquela solenidade, do dr. Protásio Vargas, presidente da Comissão Executiva do P.S.D. ; do coronel Brochado da Rocha, membro diretor da Comissão Executiva do dr. Mário Luiz Corrêa, prefeito de Arroio Grande; do dr. Marques Filho, prefeito de Jaguarão; do dr. Sílvio da Cunha Echenique, Prefeito de Pelotas; do dr. Antero Leivas, membro do Diretório Municipal do P.S.D. de

Pelotas; do dr. Aquiles Abreu, prefeito do Herval; dos srs. José Rodrigues Pinto Primo, presidente e secretário, respectivamente, do Grêmio Agrário Democrático da Ilha dos Marinheiros; do sr. Henrique Pires, do Diretório Municipal do P.S.D. ; congratulando-se todos com os membros diretores do Partido Social Democrático de Rio Grande, pela instalação oficial de seus trabalhos. O P.S.D. de São Lourenço do Sul se fez representar pelo dr. Nestor Iost, prefeito municipal e membro destacado de seu Diretório e o P.S.D. de Camaquã enviou como seu delegado, o dr. João Nunes de Campos. Encerrada a leitura do expediente foi dada a palavra ao dr. Miguel de Castro Moreira que pronunciou o discurso de instalação dos trabalhos do P.S.D. nesta cidade. Seguiram-se com a palavra os srs. Dr. Fernando Fernandes Pantajo, que falou sobre a política social de P.S.D.; Apeles Marques da Silva Filho, em nome dos operários da indústria; Domingos Pelecoti em nome da Ala Estudantil do Grêmio Social Democrático General Gaspar Dutra; dr. José Barros de Vasconcelos, sobre o programa do P.S.D.; João Batista de Paula Ramos, em nome dos estivadores; dr. Mario Werneck, saudando o Presidente Getúlio Vargas; do município de São Lourenço do Sul, e dr. Roque Aita Junior, encerrando os trabalhos. (*Diário Popular*, 31/07/1945, p. 08).

Entre as cerimônias de instalação de núcleos municipais, é possível afirmar, que a de Rio Grande foi a que obteve maior representatividade partidária. Representantes de quatro municípios enviaram telegramas que foram lidos na abertura – Arroio Grande, Jaguarão, Pelotas, Herval – junto a outros enviados por representantes do governo do estado como: Protásio Vargas, Coronel Brochado da Rocha e Cilon Rosa, este responsável pela campanha no interior do estado, que confere a Roque Aita Junior sua representação na reunião. Fora isso a reunião contou com representantes das proximidades de Rio Grande e das cidades São Lourenço do Sul e Camaquã.

O campo da regionalidade parece se dilatar na medida que o processo vai avançando. A presença de um representante de Camaquã na reunião em Rio Grande prova isso. É importante lembrar que o transporte na época era muito difícil e escasso. Em função do contexto internacional, não havia apenas escassez de alimentos – noticiadas diariamente nos jornais – mas havia também falta de gasolina e poucas pessoas possuíam automóveis. Isso quer dizer que qualquer representação física de pessoas que se deslocavam de São Lourenço, ou de Camaquã para Rio Grande, era significativa. Essa mobilização de lideranças regionais, que marca o processo de criação do PSD no sul do Rio Grande, não encontra paralelo nas demais agremiações políticas, o que reforça sua singularidade. Acreditamos que esse diferencial se deve ao uso de recursos públicos na organização do partido e, como veremos adiante, na campanha pessedista.

Na imprensa riograndina a repercussão do evento foi muita positiva e o nome mais citado foi o do estivador João Batista de Paula Ramos que teve a oportunidade de discursar durante o evento. O jornal *O Tempo* destacou em suas edições, durante alguns dias, as frases utilizadas pelo operário: “Os trabalhadores só conheceram democracia depois de 1930, antes conheciam pata de cavalo e espada.” (*O Tempo*, 31/07/1945, p. 01); “Antes de 1930, falar com um governante era privilegio de uma casta, hoje qualquer trabalhador fala com o presidente da República, pois eu sou trabalhador e já estive no Catete falando com o dr. Getúlio”. (*O Tempo*, 31/07/1945, p. 01). Os dois posicionamentos são um diagnóstico da política nacional antes e depois dos governos Vargas e conseqüentemente da formação da *cultura política* trabalhista, ao mesmo tempo que confere ao PSD, indiretamente, a credibilidade do partido que se diz continuador da obra de Getúlio Vargas, num futuro próximo.

Os contatos políticos se ramificam na região sul do estado alcançando a fronteira na direção oeste, na cidade de Bagé. Segundo informações, o núcleo do PSD na cidade, teria convidado Antero Leivas – de Pelotas – como “orador oficial” de uma solenidade de “propaganda eleitoral” (*Diário Popular*, 01/08/1945, p.06).

Passado o início do mês de agosto, as instalações de núcleos centrais cessaram, dando lugar apenas a instalação de núcleos distritais, como, por exemplo, os criados em Cerrito Alegre<sup>38</sup> e no Sétimo distrito<sup>39</sup> de Pelotas, que contaram com a presença do prefeito da cidade, Silvio da Cunha Echenique e outros membros do diretório municipal e no caso de Rio Grande, onde houve a instalação dos núcleos do Quinto distrito<sup>40</sup>, da Vila Siqueira<sup>41</sup>, do Povo Novo<sup>42</sup> e do Tahym<sup>43</sup>, todos, também, com a presença do prefeito Roque Aita Junior e membros do diretório. A formação dessas células distritais revela o interesse dos partidos não apenas na expansão regional, mas também no fortalecimento das bases municipais.

---

<sup>38</sup> *Diário Popular*, 14/08/1945, p. 08.

<sup>39</sup> *Diário Popular*, 07/08/1945, p. 06.

<sup>40</sup> No Quinto distrito municipal, quem compareceu foi o presidente do diretório de Rio Grande Jesus Batista Vieira (*Rio Grande*, 20/08/1945, p. 02).

<sup>41</sup> *Rio Grande*, 04/09/1945, p. 02.

<sup>42</sup> *Diário Popular*, 15/08/1945, p. 06.

<sup>43</sup> *Rio Grande*, 18/09/1945, p. 01.

Encerrando o ciclo de estruturação partidária do PSD na região, temos no dia 09 de outubro de 1945 a instituição da sede do partido em Rio Grande, que contou com a simultânea inauguração de um retrato de Eurico Gaspar Dutra, prática recorrente na época. Nesse sentido, a cidade apresenta outra característica diferente das demais na dinâmica apresentada pelos outros núcleos, que é a demora significativa em fixar uma sede. Mas porque questionar isso? Simples, porque eram nas sedes que ocorriam a qualificação eleitoral, promovida por todos partidos e movimentos políticos. Esse momento, provavelmente, era utilizado para propaganda eleitoral e filiação de novos indivíduos. No entanto, no caso do PSD de Rio Grande não ocorreu isso. Por outro lado, no município havia um “Posto de qualificação Eleitoral” (*Rio Grande*, 06/07/1945, p. 01), que iniciou os trabalhos logo no começo do período de registros. Gostaríamos ainda de frisar que a janela para qualificação eleitoral se encerrara no dia 02 de outubro, obedecendo ao espaço de 90 dias estipulado pela lei, alguns dias antes da inauguração da sede do PSD riograndino.

Do lado dos partidos de oposição, temos no mês de julho a reunião dos antigos partidos regionais – Partido Republicano Riograndense, Partido Liberal e Partido Libertador – para a formação no estado, sobretudo na região sul, da União Democrática Nacional (UDN). Em Rio Grande, encontramos os registros municipais dessa articulação<sup>44</sup>, o que nos leva a acreditar que ela ocorreu em outras cidades, como Pelotas, segundo o que também aponta a historiografia<sup>45</sup>. Além disso, com base nessa informação, percebemos que o *Diário Popular* – como agente político participante – silenciou a respeito da movimentação da oposição e de movimentos independentes. Geralmente, o jornal não cita os “de fora” e, quando cita, trata-se de buscar desqualificar a oposição, como nos casos, já apresentados, sobre as adesões do PRR de Pinheiro Machado e Santa Vitória ao PSD. A UDN, diferentemente do PSD, foi organizada a partir dos grupos e comitês políticos dos antigos partidos regionais, Partido Liberal, Partido Republicano, Partido Libertador. Sem contar com os recursos públicos, a UDN buscava apoio financeiro dos filiados e simpatizantes.

---

<sup>44</sup> “Partido Libertador: Convite” (*Rio Grande*, 25/07/1945. p. 02); “União Democrática Nacional” e “Partido Libertador” (*Rio Grande*, 31/07/1945. p. 01).

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. “**O preço da liberdade é a eterna vigilância**”: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 2001.

A análise do processo de formação da estrutura político partidária colocou em evidência algumas questões relevantes para reflexão sobre a redemocratização na região. Primeiro, o uso da máquina pública pelo PSD, caracterizado não apenas pelo eventual apoio financeiro, mas pelo uso de bens físicos da administração na fundação dos seus núcleos municipais. Isso refletia diretamente no apoio a propaganda, por exemplo, perceptível através das fontes consultadas, onde os jornais que tinham vínculo com a administração – publicando editais da prefeitura local – tendiam a disponibilizar um espaço maior para o PSD, como no caso do *Diário Popular* e do jornal *Rio Grande*. Claro que no caso do periódico pelotense havia mais do que a relação financeira com a prefeitura, já que a família do prefeito fazia parte da sua coordenação. Logo, podemos afirmar que o uso da máquina pública para fins político-partidários foi a principal via que possibilitou a formação do PSD na região sul do Rio Grande do Sul.

Segundo, ainda sobre os jornais, é possível determinar qual o seu grau de envolvimento até o presente momento, considerando que essas entidades são agentes que participam de maneira ativa do processo. Entre os periódicos, o que parece ter maior comprometimento nesse momento é o *Diário Popular*. Contrariando a frase que vem abaixo do seu nome nas folhas de capa e contracapa – “Órgão dos Interesses Gerais” – ele não apenas informa o leitor, mas direciona seus esforços e recursos para uma legenda. Enquanto isso, percebemos nas páginas do jornal *Rio Grande*, uma certo distanciamento, de um jornal que divulga as notícias do PSD, mas não deixa de divulgar as notícias de outros grupos políticos. Embora, às vezes, pareça tender para o lado da UDN. Já o periódico *O Tempo*, aparece nesse momento preferencialmente concedendo maior visibilidade ao PSD, assim como o *Rio Grande*, mas sem tendências udenistas.

A terceira questão, diz respeito a formação de alianças e movimentação de *capital político* durante a instalação dos partidos na região. Mesmo não tendo informações detalhadas, como as que tivemos do PSD, podemos presumir que algo semelhante tenha acontecido com os outros partidos, só que sem o apoio da estrutura pública. A mesma estrutura, que garantiu a movimentação perspicaz de um vasto *capital político*, com nomes do alto escalão do estado se dirigindo até a região para contribuir na tomada de decisão de algumas parcelas da sociedade sulina. Trata-

se de um período onde os sujeitos foram chamados a se posicionar politicamente, com um tempo relativamente curto para organização.

Quarto e último, a construção de uma região política, que não se dá apenas por questões geográficas, mas que se formou da solidariedade política que prevaleceu entre os sujeitos do momento, calcada na movimentação de *capital simbólico* na região. Onde as lideranças locais – dos municípios mais significativos – transitaram pela região construindo redes de contato que possibilitam delimitar um espaço de ação desses agentes, denominado em nosso trabalho como região sul do Rio Grande do Sul ou extremo sul do país.

Concluindo, as questões levantadas nos permitem, acima de tudo, entender a dinâmica da reestruturação partidária naquele momento e a ressignificação da *cultura política*, que – apesar do distanciamento do ano de 1945 – muito se assemelha a elementos sociais da atualidade.

## 2.2 – OS MOVIMENTOS POLÍTICOS “APARTIDÁRIOS” (MDP, QUEREMISTAS E CATÓLICOS) (JUNHO – AGOSTO 1945)

Mesmo antes do processo de instalação dos núcleos partidários no extremo sul do Brasil, surgiram movimentos que se definiam como "não partidários" e cujo exame da natureza e de seus principais objetivos constituem o objeto desse tópico. Optamos por apresentar esses movimentos na medida que eles vão aparecendo no sul do Rio Grande, apontando suas origens e seus objetivos e, assim, preparando o entendimento da sua participação no processo de redemocratização.

Nesse contexto, o primeiro grupo político a se organizar foi o Movimento Democrático Progressista (MDP). Segundo Oliveira (2001), o MDP surgiu na capital do estado, com auxílio de mocidades secundaristas e universitárias. Seu objetivo enquanto grupo político era:

[...] atingir a esfera federal, e não se posicionou a favor de nenhum dos dois candidatos à presidência da República, ficando à espera do programa de Eduardo Gomes. No mês de maio, Flores da Cunha, em reunião com vários líderes do Movimento Democrático Popular, fez tentativas de trazê-los para a frente única, objetivando apoio ao Brigadeiro. O grupo mostrou-se favorável ao convite mas, no início de setembro, dissolveu-se e seus principais fundadores, como Moisés Vellinho, Guilherme Schultz e Bruno de Mendonça Lima, entraram na Esquerda Democrática (ED). (OLIVEIRA, 2001, p. 75).

Os dois últimos fundadores mencionados, Guilherme Schultz e Bruno de Mendonça Lima, foram protagonistas do Movimento Pró-Anistia no sul do estado, respectivamente em Rio Grande e Pelotas. Ambos, com o decreto oficial da anistia, buscaram transformar o Movimento Pró-Anistia em Movimento Democrático Progressista, tendo sucesso na cooptação de alguns membros.

Embora esteja claro, de acordo com Oliveira (2001), que trata-se de um grupo com inclinações udenistas, em sua inserção no sul do Estado, ele apresentou o seguinte discurso:

[...] Daí a iniciativa popular surgida em Porto Alegre, já hoje com robustas ramificações em todo o Estado e ligada a movimentos congêneres no resto do País, de congregar o povo em comitês democráticos, organizá-lo num amplo movimento de idéias, que colocando os interesses nacionais acima

das competições de grupos, procure, unificado e pacificamente, numa colaboração de todas as classes e de todas as correntes verdadeiramente democráticas, enfrentar os problemas políticos e econômicos da atualidade nacional. Compreendemos que toda divisão, que todas as disputas seriam, nesta hora, fortalecer o adversário comum: - os resíduos do fascismo, do integralismo, dos reacionários de toda ordem, dos oportunistas, dos exploradores, que procuram tirar proveito das nossas competições. A mesma união nacional do povo que conseguimos estabelecer no período da guerra para vencer o inimigo comum, precisamos conserva-la no presente, para estruturar a paz, para extirpar pela raiz a praga do fascismo, e para implantar a democracia no País. (*O Tempo*, 05/07/1945, p. 04).

A proposta de unidade do MDP, em defesa de questões sociais como a democracia, contra as doutrinas autoritárias se aproxima do que foi protagonizado pelo Movimento Pró-Anistia e de algumas correntes da oposição ao governo Vargas, o que torna compreensível a ação de seus líderes no sentido de tornar o MDP uma extensão do Pró-Anistia<sup>46</sup>.

Na continuação da notícia, que é uma apresentação do MDP a sociedade/leitor, torna-se clara a leitura contextualizada do movimento a respeito do cenário político nacional:

[...] Não somos um partido, somos um movimento de conagraçamento de união democrática, de unidade nacional. Presentemente lutamos juntos, queremos estar juntos por que há necessidade da nossa união. Temos objetivos comuns imediatos, como sejam: democratizar o País, estruturar o seu novo regime, promulgar a sua nova Constituição, remodelar os nossos arcaicos métodos políticos, atender as necessidades mais urgentes do povo, adaptarmo-nos, enfim, às novas condições que surgiram com a vitória das democracias, com os nossos compromissos na guerra e com o papel que nós cabe desempenhar na paz. (*O Tempo*, 06/07/1945, p. 01).

---

<sup>46</sup> Edgard Carone apresenta uma versão próxima daquilo que encontramos nos jornais: "No Rio Grande do Sul é lançado o Movimento Democrático Progressista, de Alberto Pasqualini, com apoio de elementos da oposição e governistas, entre eles Moyses Velinho, Cyro Martins e outros. Querem "paz democrática" "para que se possa construir uma pátria próspera e feliz"; são favoráveis à "unidade mundial", pois não se pode separar os problemas brasileiros do resto do mundo. Para isto, propõem "liberdade de palavra escrita e falada", o "respeito inviolável da pessoa humana", o direito do voto, a "reestruturação 'da economia nacional dentro de uma expansão planificada de suas forças produtivas", desenvolvimento da indústria pesada, incremento da produção agrícola, taxaço dos lucros excessivos. Na Ordem Internacional, "política de cooperação à unidade continental e mundial dos povos", "manutenção das relações pacíficas, intercâmbio econômico e cultural com todos os povos". (CARONE, 1988, p. 182-183).

Nesse segundo trecho, chama nossa atenção quando o autor cita “remodelar os nossos arcaicos métodos políticos”, para assim suprir “às novas condições que surgiram com a vitória das democracias”. A associação realizada na matéria tem o objetivo de desqualificar o governo varguista, indiretamente apontado, como arcaico e fascista. É perceptível que a citação utiliza como pano de fundo o contexto internacional e o combate contra os governos totalitários, mas que isso é realizado de maneira sutil em alguns momentos da narrativa. Isso, aparentemente, deixa mais evidente o caráter oposicionista do movimento, mesmo quando se declara apartidário.

Ainda que o objetivo do MDP fosse alcançar o âmbito nacional, ele acabou se limitando ao regional, atingindo apenas dez cidades do estado, entre elas Pelotas e Rio Grande. Em Pelotas, a primeira notícia do movimento é do dia 27 de maio, convidando o público para uma reunião popular no dia 1º de junho de 1945<sup>47</sup>. Já na cidade vizinha, o primeiro chamado é do dia 5 de julho<sup>48</sup>, quando é publicado o texto apresentando o MPD, utilizado nas citações anteriores.

Em Rio Grande e Pelotas, o Movimento Democrático Progressista realizou, dentro de pouco tempo atos de promoção dos seus objetivos. Em Rio Grande, o comício foi realizado no dia 30 de julho no Teatro Avenida. Abaixo o convite publicado pelo jornal Rio Grande:

Movimento Democrático Progressista: CONVITE. O Comité do Movimento Democrático Progressista desta cidade, por seu Diretório, convida às digníssimas Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, às Congregações Religiosas, às Associações Esportivas, às Diretorias e Diretórios de todos os Partidos Políticos e ao Povo em geral deste Município, para assistirem na próxima segunda-feira, dia 30 do corrente, às 20:30 horas, no Cine Teatro Avenida, muito gentilmente cedido, a apresentação dos representantes dos Sub Comités já instalados, bem como a leitura dos principais pontos básicos do MANIFESTO PROGRAMA do Movimento Democrático Progressista. Rio Grande, 27 de Julho de 1945. 772 27-28-30 O DIRETORIO. (*Rio Grande*, 27/07/1945, p. 02).

O convite conclama a presença de toda e qualquer associação ou entidade política, o que reforça sua postura como movimento que se propõe ao pluralismo. Ao fim do “convite”, podemos observar três informações interessantes: a data de

---

<sup>47</sup> *Diário Popular*, 27/05/1945, p. 08.

<sup>48</sup> *O Tempo*, 05/07/1945, p. 04; *Rio Grande*, 06/06/1945, p. 02.

formulação, 27 de julho de 1945, o número de convites publicados pelo jornal, 772, e os dias de publicação dele no jornal, 27-28-30. Além disso, o convite permite compreender a existência de ramificações do MPD, quando se refere “a apresentação dos representantes dos Sub Comitês já instalados”, sob os quais não conseguimos maiores informações.

Alguns dias após é noticiado, na mesma folha, os resultados da reunião:

MOMENTO POLITICO: MOVIMENTO DEMOCRATICO PROGRESSISTA [...] O Comício, que fôra anunciado para ás 20 horas e 30 minutos, já estava plenamente assegurado o seu êxito, pois ás 19 horas já encontrava-se o Cine Avenida literalmente lotado na plateia, galerias, corredores, sala de espera e terrenos aos lados, por pessoas de todas as classes sociais, operários, ferroviários, empregados no comercio, médicos, advogados, comerciantes, industriais, autoridades civis e militares, representantes de diversos Sindicatos, da Frente Popular, do Partido Comunista, da União Democrática Nacional e grande numero de senhoras e senhorinhas que estavam representando diversos Comitês Femininos já instalados pela cidade, numa verdadeira assembléia popular democrática. Exatamente a hora marcada para o início o Comício, ás 20,30 horas, foi levantado o pano do palco, vendo-se sentados em volta de uma grande mesa o Diretório Executivo do Comitê do Movimento Democrático Progressista nesta cidade, ladeado por representantes do Diretório do Movimento Democrático Progressista de Pelotas, da Frente Popular local, do Partido Comunista local, da União Democrática Nacional, de Sindicatos diversos de autoridades e pessoas outras. [...]. (*Rio Grande*, 03/08/1945, p. 02).

O comício do “Cine Avenida”, segundo o jornal, contou com a presença de diversas agremiações políticas e sindicais, verificando-se inclusive a presença da UDN, PCB e a ausência do PSD. Certamente, a ausência do PSD, representa o desacordo entre os grupos e a proposta apresentada, o que reforça a ideia que apresentamos, com base em Oliveira (2001), sobre a inclinação udenista do MDP, portanto alinhados entre os *de fora*.

Em Pelotas, o evento para apresentação do MDP iniciou suas atividades políticas em fins de maio e início de junho:

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA. O Movimento Democrático Progressista, conforme temos noticiado, efetuará no dia 8 do corrente, uma reunião, no Teatro Guarani, afim de expôr ao povo de Pelotas, os seus propósitos políticos e sociais, na campanha democrática que se desenvolve pelo país, visando mobilizar o povo para pleitear, os princípios de seu programa. Por essa ocasião será lido e comentado o Manifesto-Programa

do M. D. P. Fazendo uso da palavra somente os oradores indicados pelo Comitê Provisório do M. D. P. Que serão os seguintes: drs. José Francisco Dias da Costa, Bruno de Mendonça Lima e srs. Francisco Ramalho de Almeida pela classe operária local. (*Diário Popular*, 05/06/1945, p. 08).

A análise da matéria veiculada pelo *Diário Popular* revela ou sugere uma diferença substancial entre Pelotas e Rio Grande. No caso, o convite encaminhado pelo MDP pelotense não apresenta os mesmos elementos que constam na matéria publicada no periódico riograndino, como por exemplo: o “convida às digníssimas Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, às Congregações Religiosas, às Associações Esportivas, às Diretorias e Diretórios de todos os Partidos Políticos e ao Povo em geral deste”, ou seja, a abertura para toda agremiação política e a sociedade em geral.

MOVIMENTO DEMOCRATA PROGRESSISTA. Conforme vinha sendo anunciado, a comissão do Movimento Democrático Progressista realizou ontem no Teatro Guarani, a instalação de seus trabalhos no tocante a definição de seu programa de ação social e política. O tradicional teatro esteve repleto de elementos de todas as classes sociais da cidade. De início ouviu-se o dr. J. F. Dias da Costa que explicou o motivo da reunião, cedendo depois a palavra ao dr. Bruno Lima que definiu o programa interpretando-o a luz das conquistas atuais da ciência e, afinal, o dr. Francisco Ramalho de Almeida, leu (?) comentário. Os oradores falaram todos os discursos em linguagem simples e sempre, sendo constantemente interrompidos pelos aplausos da assistência. (*Diário Popular*, 06/06/1945, p. 06).

Note-se que, embora registrando a presença de diversos segmentos sociais no comício, o periódico refere-se de modo genérico a esses segmentos populares e, nesse ponto, difere da abordagem dada pelos jornais riograndinos. Não é incomum a representação de diversos segmentos da sociedade no evento, pois esse era um dos objetivos do movimento, mas é estranho o destaque conferido pelo jornal, que coloca esses sujeitos a reboque dos acontecimentos. Com efeito, assim como o convite, a repercussão do evento também não apresenta a mesma repercussão social da cidade vizinha.

Por outro lado, esse seria o último artigo de expressão sobre o MDP no *Diário Popular*. Nos meses seguintes houveram apenas duas pequenas notas sobre a ação do movimento uma do dia 07 de agosto, informando que o MDP estaria realizando em

sua sede, no centro da cidade, o trabalho de qualificação eleitoral<sup>49</sup> e outra do dia 9 do mesmo mês, noticiando que o movimento iria organizar uma ala estudantil<sup>50</sup>. Depois disso, o MDP desaparece das páginas políticas do jornal o que sugere o silenciamento do periódico referente ao movimento, tendo em vista que em rio grande os periódicos seguem noticiando as ações do MDP.

Como mencionado, na cidade vizinha o MDP não desaparece das páginas dos jornais e segue participando ativamente das disputas políticas em torno da abertura. Talvez, em Pelotas tenha ocorrido o mesmo, explicando-se a ausência do MDP no noticiário político do *Diário Popular* devido ao engajamento do periódico na campanha do PSD. Isso quer dizer que, o MDP foi um movimento político atuante na região contribuindo de modo significativo para o processo que se desenrolava.

Outro grupo que despontou no período foram os *queremistas*, formado por uma parcela significativa de trabalhadores e populares, predominantemente da zona urbana, que ao longo do ano de 1945, concomitantemente as eleições, defenderam a permanência do Presidente Getúlio Vargas no poder. Trata-se de grupo encarado com estranhamento tanto por liberais, quanto pela esquerda e que, durante um longo período, recebeu as mais diferentes interpretações históricas. Nos limites dessa pesquisa, adotamos a abordagem construída por Jorge Ferreira (2001), que - rompendo com visões historiográficas que descrevem os trabalhadores como simples espectadores ou enquanto "massa" de manobra de líderes e governos populistas - concebe os trabalhadores enquanto agentes políticos participativos capazes de entender e usar a seu favor a linguagem da política.

No Rio Grande do Sul, Cássio Alan Abreu Albernaz (2006), dissertou sobre a temática quememista no estado, encontrando informações sobre a ação desse grupo na região sul do Rio Grande. Além disso, também encontramos nas fontes consultadas informações sobre o movimento quememista nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Na cidade de Pelotas, os quememistas aparecem com a fundação, em 07 de junho de 1945, de um Comitê Pró-candidatura de Vargas:

---

<sup>49</sup> 07/08/1945, p. 08

<sup>50</sup> 11/08/1945, p. 06

Conforme a convocação que publicamos em nossas últimas edições, foi fundado na noite de 7 do corrente o Comitê Pró Candidatura Getúlio Vargas. Ao ato compareceu elevado número de integrantes desse movimento, o que permitiu que fosse realizada uma assembléia geral, presidida pelo sr. Geraldo da Silva, sendo aclamada a direção do Comitê, que ficou assim constituída: presidente, Gentil de Oliveira; vice-presidente Antonio Geraldo da Silva; 2º vice-presidente, José Aires; 1º secretário, Ernani Costa; tesoureiro, Canby Larré. A referida direção se reservou o direito de eleger mais 8 diretores. Entre outros oradores, fez uso da palavra na ocasião o cap. Alcino dos Santos Cruz. O Comitê é filiado ao Comitê Pró Candidatura Getúlio Vargas de Pôrto Alegre dele fazendo parte elementos de todas as classes sociais. Ao presidente Getúlio Vargas foi enviado o seguinte telegrama: Exmo Sr. Dr. Getulio Dorneles Vargas. Palácio do Catete. Rio. Comunicamos a Vossa Excelência a fundação do Comitê Pró-Candidatura do dr. Getulio Vargas. Interpretando o sentimento popular pedimos vênha lançar a candidatura de vossa excelência no próximo pleito eleitoral. Mantemos a mesma orientação do Comitê central de Porto Alegre. Acreditamos na vossa aquiescência para a maior grandeza da Pátria. Respeitosas saudações. Gentil de Oliveira, presidente; Antonio Geraldo da Silva, vice-presidente; Ernani Guilherme da Costa, secretário. (*Diário Popular* 10/06/1945, p. 8).

Conforme sua fundação, o comitê *queremista* de Pelotas mostra sua vinculação a um comando estadual centralizado na capital do estado. O movimento pelotense surge para política justamente no período de organização dos *queremistas* no cenário nacional. Como era de praxe na organização de outros comitês, ao final da notícia, o *Diário Popular* divulga a carta enviada a Vargas pedindo sua candidatura.

Na “Noiva do Mar”, os *queremistas* aparecem na mídia no mês de agosto de 1945<sup>51</sup>. No entanto, não podemos esquecer das manifestações do mês de abril na cidade, após o decreto de anistia, onde um número considerável de trabalhadores saíram as ruas a favor de Getúlio Vargas, respondendo aos últimos comícios Pró-Anistia. Talvez fosse esse movimento, o embrião do *queremismo* organizado de Rio Grande, em um momento que nacionalmente os trabalhadores ainda não haviam se organizado em comitês, fato que vem ao encontro da nossa leitura.

---

<sup>51</sup> “Comitê Municipal Pró Candidatura Dr. Getulio Vargas: Sua brilhante instalação, ontem. Confirmando o que anunciaram os diversos “placards” (**anúncios/cartazes**) afixados em vários pontos da cidade realizou-se em a noite de ontem, na séde do sindicato dos Trabalhadores na Industria de Carnes e Derivados, uma concorridíssima sessão para a fundação do Comitê Municipal Pró-Candidatura do Dr. Getúlio Vargas e presidência da República. [...] Após a realização da grandiosa reunião política [...], esteve na redação deste matutino uma comissão de prestigiosos elementos iniciadores da organização do Comitê Municipal Pró-Candidatura do dr. Getúlio Vargas á presidência da República, os quais nos vieram comunicar a fundação do mesmo e o pleno êxito de que se revestiu a sessão. (*O Tempo*, 09/08/1945, p. 01) Grifos nossos.”

De maneira geral, essa breve análise sobre o movimento queremista servirá de base para compreendermos a inserção desses agentes em outros momentos do processo.

Por fim, entre os grupos não partidários que participaram do processo de abertura temos a Liga Eleitoral Católica

[...] mais conhecida como LEC, foi uma associação civil de âmbito nacional criada em 1932 por Dom Sebastião Leme, no Rio de Janeiro, junto à 2 estrutura do Centro Dom Vital, do qual se tratará mais adiante. Seu objetivo era mobilizar os eleitores católicos para que votassem em candidatos de todos os partidos que se comprometessem com a política social da Igreja e na defesa de seus interesses nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e assembleias constituintes estaduais. Foi dissolvida pela instauração do Estado Novo, em 1937, mas voltou a organizar-se depois da redemocratização do país, após a II Grande Guerra. (CARNEIRO JUNIOR, 2000, p. 01-02).

Na verdade, a LEC foi organizada durante a redemocratização, exercendo a missão de “aconselhar” os seus devotos sobre quais partidos poderiam receber ou não o seu voto. Não encontramos nenhum estudo sobre a ação da LEC no Rio Grande do Sul. No entanto os jornais vão deixando claro que o papel dos católicos é de patrulhamento ideológico dos devotos operando nos níveis mais baixos, procurando atingir a consciência do indivíduo.

Os registros que temos da LEC na região é dos jornais do município de Rio Grande, embora acreditemos que sua ação não tenha se limitado a esse município.

Domingo próximo, às 20 horas, na Praça Xavier Ferreira, terá lugar uma grande concentração popular, promovida pela Liga Eleitoral Católica desta cidade, **com o fim de definir a posição dos católicos em face do momento político nacional.** De **Porto Alegre** e de **Pelotas** virão representações especiais, devendo, entre outros, fazerem uso da palavra os srs. Adroaldo Mesquita da Costa, antigo parlamentar gaúcho e líder católico no Rio Grande do Sul; professor dr. Armando Camara, vigorosa expressão da cultura e do pensamento católico brasileiro, ambos representando a Liga Eleitoral Católica Estadual, de Porto Alegre. Desta cidade falarão os srs. Professor Rubio Brasileiro e o jornalista Carlos Santos. Possivelmente estará presente a esta concentração, o vigoroso tribuno gaúcho, Capitão Padre Pascoal Libreloto, secretário do Bispado de **Santa Maria** e recentemente chegado dos campos europeus onde serviu junto às gloriosas Forças Expedicionárias Brasileiras. Sem nenhum compromisso político com as forças partidárias em ação, a Liga Eleitoral Católica só tem uma finalidade e um programa – a salvaguarda dos princípios fundamentais da doutrina cristã. **Não se trata,**

**pois, de um comício de política partidária desta ou daquela facção e, simplesmente, uma concentração popular onde a Liga Eleitoral Católica fixará, pela palavra de seus oradores, a exata posição da Igreja na hora histórica que o Brasil atravessa. (Rio Grande, 14/08/1945,p. 01) Grifos nossos.**

Dissemos que não acreditávamos que a LEC tenha se limitado a Rio Grande, e a notícia acima é uma das provas disso. Na quinta linha, o autor do convite para concentração popular aponta que estarão presentes representantes de outros municípios, inclusive de Pelotas, onde deveria haver uma representação da Liga. A notícia reafirma a missão doutrinária dessa organização, sustentando não se tratar de “um comício de política partidária”. Tal afirmação esbarrava no fato de que, a LEC foi uma das principais perseguidoras do Partido Comunista Brasileiro no momento, fato que será abordado mais adiante.

Nossa intenção, nesse espaço, foi apenas apresentar os movimentos “apartidários”, que, como vimos, não eram tão apartidários assim, que se estruturam a partir da lei eleitoral. Esses grupos estarão presentes nas etapas que seguem do processo político-eleitoral. Por isso, optamos por apresentá-los de forma crítica para que - no decorrer do trabalho - possamos problematizar outras questões.

### 3 – DA CAMPANHA ÀS ELEIÇÕES

#### 3.1 – A CAMPANHA POLÍTICA NO EXTREMO SUL BRASILEIRO E AS REESTRUTURAÇÕES PARTIDÁRIAS (JULHO – OUTUBRO 1945)

A campanha política é o espaço de ação de todos os grupos envolvidos no processo de redemocratização. Na região conseguimos identificar seis grupos políticos, três partidários – PSD, UDN, PCB – e três movimentos – MDP, LEC e Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas (*queremistas*) – sem contar os jornais da época que, a sua maneira, também participavam do processo.

Esse subitem foi reservado a discussão de como ocorreu a campanha política, ressaltando as estratégias utilizadas pelos atores para ganhar espaço político e derrotar seus adversários. Além disso, entendemos que durante a campanha ocorreram reestruturações e rearranjos políticos/partidários dentro dos próprios grupos participantes, como por exemplo a criação de alas partidárias, fato que será explorado no decorrer desse texto.

O rearranjo partidário inicial ocorreu no fim do mês de julho<sup>52</sup>, com a fundação em Piratini, da primeira Ala Moça do PSD da região, seguido pela Ala Moça de Jaguarão no início do mês de agosto<sup>53</sup>. Esses eventos eram os passos iniciais de uma nova estrutura partidária, que se somaria ao núcleo base.

A ala moça partidária, foi uma estratégia dos partidos, em todo país, para arregimentar uma parcela significativa do eleitorado, notadamente os jovens de diferentes meios sociais, como por exemplo estudantes, profissionais liberais, comerciários e mesmo operários. Esse segmento, que despontou na política em 1945, aparece - junto com os trabalhadores- como importantes protagonistas do período democrático.

Em Pelotas, uma notícia do dia 11 de agosto, relata que o Movimento Democrático Progressista – aquele formado por opositores a partir do movimento Pró-

---

<sup>52</sup> *Diário Popular*, 20/07/1945, p. 08.

<sup>53</sup> *Diário Popular*, 01/08/1945, p. 06.

Anistia – iria criar uma ala estudantil. Coincidentemente, no dia seguinte, o jornal divulga a organização em Pelotas da:

[...] ALA MOÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Satisfazendo uma aspiração manifestada em mais de uma ocasião, será agora criada a Ala Moça do Partido Social Democrático de Pelotas. A esse respeito, recebemos a seguinte nota oficial do diretório municipal do P.S.D.: “Integrados perfeitamente no atual momento que vive o Brasil e orientados por sadios princípios de patriotismo um grupo de jovens, constituídos em comissão provisória, chamou a si a tarefa da organização da Ala Moça do Partido Social Democrático de Pelotas a ser **integrado por jovens estudantes, comerciários, operários, etc., sem distinção de classe, cor ou religião**. Congratulando-nos com o fato, apelamos para os nossos correligionários para que emprestem o mais decidido apôio e solidariedade a essa iniciativa”. “Fugindo ao uso de quaisquer ataques – declarou um dos membros da comissão provisória aos representantes da Imprensa e estações de Rádio de Pelotas – respeitando todas as opiniões e orientando-nos numa campanha em que predomine a serenidade, **trabalharemos decidida e entusiasticamente na propaganda do nosso Partido**, que acreditamos ser o que melhor satisfará as necessidades de nossa Pátria, como continuador da política do presidente Getúlio Vargas”. (*Diário Popular*, 12/08/1945, p. 12).

A criação da ala moça pelo PSD de Pelotas parece uma antecipação ao movimento do MDP e o lançamento de sua ala estudantil. Isso porque, nenhuma fonte, ou bibliografia consultada, aponta para uma indicação do diretório estadual para Pelotas com essa sugestão. Desse modo, o PSD do município e sua ala moça, visava ganhar espaço entre a mocidade e, sobretudo, adentrar num terreno conhecido pela oposição. Haja visto que, durante a anistia, vários eram os jovens acadêmicos que participavam do movimento ao lado de professores e opositores do governo. Sobre o caráter da repartição partidária, a notícia divulgada caracteriza o seu público alvo: “jovens estudantes, comerciários, operários, etc., sem distinção de classe, cor ou religião”. O enunciado sugere um perfil conservador do partido à medida que coloca em primeiro lugar o público acadêmico, seguido dos comerciários e, depois, os operários. Talvez, existisse uma preocupação no sentido de arregimentar correligionários de acordo com a sequência apresentada. Podemos observar também a ausência de mulheres nesta e, frequentemente, em outras chamadas, bem como a quase ausência de quadros femininos no partido também denota seu perfil conservador.

No dia 16 de agosto, estudantes de Pelotas falaram para reportagem do *Diário Popular* “sobre o grande êxito da ala moça do Partido Social Democrático” (p. 08). Os

três entrevistados são, provavelmente, figuras reconhecidas na sociedade pelotense, pois o jornal não faz nenhuma introdução para apresentá-los, o que pressupõe seu reconhecimento pelos leitores. Tanto Acy Bertoni como Amilcar Gigante são alunos do Colégio Gonzaga, sendo que Gigante não era eleitor, mas participava da comissão de propaganda da ala moça. Gigante, que integrava a entidade estudantil da sua escola, deixa claro na declaração que se trata de uma posição pessoal. O terceiro estudante era aluno do Colégio Pelotense, José Bachieri Duarte, que, como os entrevistados anteriores, enaltece a iniciativa e declara que “estamos vivendo uma nova página da nossa História, cujas características se fazem sentir, principalmente, no cenário político-nacional”. Embora os entrevistados não estivessem representando suas agremiações, eram vistos como referências do meio estudantil e, portanto, projetavam o PSD entre os secundaristas.

No dia seguinte<sup>54</sup>, o jornal traz declarações do vice-presidente do Grêmio do Colégio Gonzaga, Luiz Carlos Corrêa da Silva e do economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Ede Carneiro. As declarações são próximas as anteriores. Os entrevistados falam do relevante momento político e o quanto é importante dar prosseguimento a obra de Vargas e do interventor Ernesto Dornelles. Nesse aspecto, é possível afirmar a continuidade do projeto varguista é aquilo que esses sujeitos e o grupo pessidista colocam como seu *horizonte de expectativa*, que é baseado na sua herança política, presente na vida e no *espaço de experiência* do seu eleitorado. O que chama atenção nesse momento é a inserção de um jovem recém egresso do ensino superior, fato que denota a busca do PSD por inserção junto a jovens com formação universitária.

Ainda sobre as entrevistas publicadas no jornal, surge no dia 18 de agosto, mais dois entrevistados, ambos líderes acadêmicos em seus respectivos cursos<sup>55</sup>. Trata-se de João Corrêa da Silva, presidente do diretório da Faculdade de Ciências Econômicas e Alberto Correa de Almeida, presidente do Grêmio Jurídico da Faculdade de Direito. Certamente, o jornal e o PSD divulgam apenas figuras de destaque no meio estudantil pelotense, com intuito de qualificar a ala moça do partido.

---

<sup>54</sup> “A criação da ala moça do PSD de Pelotas valeu por um verdadeiro toque de reunir” (*Diário Popular*, 17/08/1945, p. 06).

<sup>55</sup> “Ainda o lançamento vitorioso da ala moça do partido social democrático” (*Diário Popular*, 18/08/1945, p. 06).

Podemos dizer, que os entrevistados eram escolhidos “a dedo”, como no dito popular, pois a ala moça, dias atrás, chamava atenção para o número expressivo de adeptos alcançados, contabilizando 100 filiados e, mesmo com tantos membros oriundos de diferentes lugares sociais, apenas aqueles ligados ao meio estudantil, segmento dotado de maior status, concederam entrevistas. Fora isso, o partido ainda buscava recrutar membros em espaços ocupados tradicionalmente pela oposição, como no caso da faculdade de direito, com o objetivo de combater os *de fora* no seu território.

De fato, a Ala Moça pessedista, de acordo com aquilo que podemos considerar a partir de sua divulgação pelo *Diário Popular*, parece com o passar dos dias ganhar mais força na região. Durante a instalação de um diretório do PSD no Fragata (*Diário Popular*, 19/08/1945, p. 06), bairro de Pelotas, a mocidade esteve presente instalando um dos seus diretórios.. Essa aproximação entre os moços e a direção do partido passaria a ser corriqueira, fruto, talvez, do apoio que os jovens prestariam a propaganda, como citado na reportagem da fundação da Ala Moça pessedista.

Mesmo passado alguns dias do início das atividades, o jornal volta a divulgar as “[...] valiosas adesões a ala moça do Partido S. Democrático” (*Diário Popular*, 25/08/1945, p. 06). O periódico busca destacar a trajetória de sucesso dos jovens que aderiram a mocidade, que, como vimos, aparecem identificados a entidades estudantis de escolas prestigiosas ou exercendo profissões socialmente valorizadas. A realidade é que existe uma campanha clara do jornal buscando construir uma *representação* positiva da ala moça do PSD, quer dizer, capitalizar capital simbólico para o grupo.

Mesmo quando os trabalhadores são citados, não se trata de qualquer profissional, mas daqueles que exercem as chamadas “boas” profissões. Tais situações corroboram a sugestão em relação a percepção conservadora do PSD local, assentada numa visão hierárquica da sociedade que sobreleva as diferenças de status na definição dos grupos.

Ainda na segunda quinzena de agosto, a LEC riograndina realiza o primeiro ato político, fora a instalação de núcleos partidários ou movimentos políticos, que caracterizamos como início da campanha política na região sul do Rio Grande do Sul. Claro que essa linha é tênue, mas se observarmos com atenção, as instalações de núcleos/comitês, embora fossem um ato político relevante, não era exatamente a

campanha. Tratava-se de um espaço especificamente direcionado aos agentes partidários, enquanto a concepção de campanha remete a um ato mais amplo, onde se abre o convite, quase sempre sem restrições, para toda sociedade<sup>56</sup>.

Nesse sentido, a LEC lançou o convite para a:

Concentração da Liga Eleitoral CATÓLICA. Convidamos ás autoridades civis, militares e eclesiásticas, aos católicos e ao povo em geral para assistir a grande Concentração que será realizada no próximo domingo, 19 do corrente, ás 20,30 horas, na Praça Xavier Ferreira. **A finalidade dessa reunião será definir a posição dos católicos em face do momento político nacional.** Far-se-ão ouvir vários oradores desta cidade, de **Pelotas e de Porto Alegre**, entre os quais o dr. Adroaldo Mesquita da Costa, antigo parlamentar gaúcho e consagrado tribuno brasileiro, o dr. Armando Camara, catedrático da Faculdade de Porto Alegre e **o Tenente Coronel Monsenhor Pascoal Libreloto, Capelão-Chefe da Força Expedicionária Brasileira, recentemente chegado do campo de batalha.** Nessa oportunidade será instalada oficialmente a Liga Eleitoral Católica nesta cidade, **órgão que orientará, fora e acima das competições partidárias, o exercício do dever político dos católicos.** RIO GRANDE, AGOSTO DE 1945. A COMISSÃO. (*O Tempo*, 17/08/1945, p. 01).

Esse tipo de evento, com a proposta de formar a opinião dos católicos, era uma das principais ações políticas promovidas pela LEC, outra ação relevante dos católicos diz respeito ao combate ao comunismo. Não encontramos, durante a pesquisa, tantos registros de ação da LEC em outras cidade da região, quanto em Rio Grande. A explicação para esse fato – a forte presença desse movimento riograndino – remete a existência de um grande contingente operário, permeável dos ideais do PCB. Pode-se dizer que, a LEC concentra seus esforço em Rio Grande para conter o avanço do comunismo.

Outrossim, chama a atenção, os personagens envolvidos no evento. A presença de militares remete a aproximação que a igreja mantinha com o exército. Tais instituições, muitas vezes, radicalizavam seu discurso contra os subversivos que ameaçavam a ordem social. A época existia um atributo simbólico em torno do militar, patrono da república, mas também, tendo em vista de que se tratava de um

---

<sup>56</sup> Contudo, na medida que as entidades vão sendo instaladas, se cria as condições básicas para o início das atividades políticas, ou seja, enquanto umas cidades estão passando pela estruturação política, outras já estão em campanha e vice-versa. Por isso, de maneira didática, separamos este capítulo do anterior, mas deixando claro que os processos acontecem concomitantemente.

comandante das forças expedicionárias que lutaram na Europa, defensor da democracia frente ao nazifascismo.

A Grande Concentração Popular da Liga Eleitoral Católica. Alcançou êxito, o mais retumbante, e revestiu-se de magna imponência, a grande concentração popular promovida, domingo último, na Praça Xavier Ferreira pela Liga Eleitoral Católica desta cidade, para instalação oficial e solene das duas Juntas paroquiais desta cidade e pública definição da posição da Igreja, em face do atual momento político nacional. O comício da LEC reuniu naquele logradouro público uma das maiores assistências verificadas nestes últimos tempos em manifestações populares. No coreto armado no largo fronteiro á rua Marquez de Caxias, se encontravam autoridades civis e eclesiásticas, tendo á frente os exmos. srs. Antônio Zatera, Bispo de Pelotas e dr. Roque Aita Junior, Prefeito municipal e Presidente de Honra do Partido Social Democrático; destacadas figuras de partidos políticos desta cidade, entre as quais os srs.dr. Miguel de Castro Moreira, Jesus Batista Vieira, Capitão Heitor Corrêa e Otto Brotd, do Partido Social Democrático; dr.Olegario Maia, dr. Paulino de Mello Dutra e dr. I. M. Gerundo, da Junta Municipal da União Democrática Nacional; numerosas representações dos vários setores da Ação Católica desta cidade, com as suas respectivas bandeiras, representações da LEC de Porto Alegre, Pelotas e outros pontos do Estado, exmas. Famílias e outras pessoas gradas. (*Rio Grande*, 22/08/1945, p. 01).

A cobertura sobre o “comício” da LEC revelou um movimento bem articulado na cidade, que assim como outros ocupou um lugar de destaque no centro do município, tendo a presença de autoridades importantes do cenário riograndino, como o prefeito, representantes do diretório do PSD e representantes da principal oposição, a UDN. Esse partidos marcaram sua presença, dando a ele um pano de fundo partidário interessante, pano esse que a Liga nega existir, mas que não se pode isentar. Além disso, temos a presença de autoridades religiosas de outras cidades, como o bispo de Pelotas. Esse contato da cidade vizinha, mostra a preocupação dos católicos pelotense, no mínimo, com a “orientação” dos seus “irmãos” riograndinos, além de revelar outro ponto de contato entre as duas cidades.

Mas o mês de agosto não foi apenas dos católicos, foi também dos trabalhadores. Os *queremistas* estiveram em atividade, no compasso do movimento nacional que havia marcado atos para esse mês. Em Pelotas, o *Diário Popular* publicou chamadas e reportagens, que colaboravam com a expectativa de que o

evento pelotense fosse tão expressivo, quanto foram os eventos que ocorreram pelo país<sup>57</sup>.

O comício ocorreu no centro da cidade, com a participação de diversos trabalhadores, órgãos de classe e representações distritais. Houve vários oradores, constantemente interrompidos pelos manifestantes que davam salva de palmas ou gritavam palavras de ordem, enquanto carregavam cartazes e retratos do Presidente Vargas<sup>58</sup>.

No município de Rio Grande, os *queremistas* também se mobilizaram, realizando uma visita na Ilha dos Marinheiros para instalação de um “Grêmio Agrário” pró candidatura de Getúlio Vargas. A reportagem relata o clima de “entusiasmo” vivenciado na ocasião e os discursos de “linguajar simples” proferido pelos oradores/trabalhadores, já que não se tratava de acadêmicos ou profissionais da política, mas sim de sujeitos que estavam aprendendo com sua caminhada<sup>59</sup>.

Descompassados do cenário nacional, os *queremistas* riograndinos não realizaram um grande comício no mês de agosto. No entanto, não podemos deixar de relativizar a situação a partir de dois pontos de vista: primeiro, esse foi o mês de fundação do movimento na cidade, o que talvez dificultasse a organização de um comício e segundo, o mês de agosto em Rio Grande foi um período de atividades significativas da LEC, outro fator que justifica esse descompasso.

Em setembro, novas atividades políticas surgem num artigo sobre a instalação do Partido Comunista em Pelotas (*Diário Popular*, 13/09/1945, p. 08). Na ocasião, três foram os nomes destacados por estarem a frente dessa empreitada: Fernando da Costa Melo, que fez a apresentação do comitê municipal; Antônio Martins, que leu o programa do partido e Euclides Vieira, que fez uma análise da conjuntura política nacional. Os dois últimos já eram conhecidos do processo de redemocratização, por participarem do comitê pró-anistia da cidade.

---

<sup>57</sup> *Diário Popular*, 24/08/1945, p. 02; *Diário Popular*, 25/08/1945, p. 06; *Diário Popular*, 26/08/1945, p. 08.

<sup>58</sup> As informações que temos do comício encontramos no *Diário Popular* do 27 de agosto de 1945 (p. 8) e na dissertação de Cássio Alan Abreu Albernaz (2006, p. 218).

<sup>59</sup> *O Tempo*, 18/08/1945, p. 01.

No mesmo dia e na mesma página, é divulgado a chegada do Ministro Artur Souza Costa a cidade, responsável pela pasta da Fazenda e presidente de honra do PSD no município. Embora a criação do PCB fosse algo muito significativo para política local e regional, o destaque atribuído pelo jornal é bem distinto. Em uma página, dividida em oito partes, seis delas eram ocupadas pela estada do Ministro na cidade e apenas uma parte destinada a fundação do Partido Comunista, sendo que, sobre Souza Costa, havia fotos em destaque na página, como essa da visita dele a sede do PSD<sup>60</sup>:

FIGURA 06 – Visita do Ministro Arthur de Souza Costa a sede do PSD Pelotas.



Fonte: *Diário Popular*, 13/09/1945, p. 08.

Quanto a visita de Artur Souza Costa, é publicado um texto que descreve seu itinerário durante a passagem pela cidade. Logo após a chegada, que contou com

---

<sup>60</sup> A imagem é uma montagem publicada pelo *Diário Popular*, para mostrar um aspecto geral da visita de Souza Costa a sede o PSD Pelotas. Na parte superior podemos observar o ministro ao centro, do seu lado direito o prefeito de Pelotas e na ponta esquerda o vice-prefeito da cidade. Na parte inferior uma visão geral daqueles que estavam presentes.

elementos partidários, a mocidade<sup>61</sup>, sujeitos do comércio e da indústria local, o ministro teve um encontro com Silvio da Cunha Echenique, prefeito da cidade, com quem teve longa reunião; a tarde se dirigiu a alfandega, onde realizou uma visita demorada; em seguida foi conhecer as novas instalações da associação rural da cidade, ainda preservadas na atualidade; esteve também na associação comercial e curiosamente visitou a redação do *Diário Popular*.

É comum autoridades realizarem esse tipo de visita, nada anormal visitarem órgãos de comunicação. No entanto, a presença do estado dentro da política naquele momento é muito grande, de modo a colocar a máquina administrativa a favor de serviços eleitoreiros. O que queremos dizer é que a visita do ministro da fazenda ao *Diário Popular* denota claramente a ligação política partidária que o jornal mantinha com o PSD. Inclusive se colocando como jornal da situação. Ao contrário do que sustenta Derocina Alves Campos Sosa (2005), o *Diário* não pode ser identificado como um jornal independente, pois, a partir do início oficial das eleições, essa folha adota uma posição situacionista e pró pessedista.

Passada a visita de Artur Souza Costa pela cidade, torna-se publica a notícia intitulada: “Resolvido o problema da dívida externa de Pelotas: uma grande vitória alcançada pelo atual prefeito de Pelotas” (*Diário Popular*, 15/09/1945, p.00). Ela versa sobre um plano idealizado por Silvio Cunha Echenique, Oscar Fontoura, Souza Costa e Ernesto Dornelles, a alta cúpula do PSD, para sanar com a dívida externa do município. Entretanto, não é revelado ao leitor quais os detalhes do plano que busca resolver o problema.

Ainda para o *Diário Popular*, Joaquim Duval, vice-prefeito em exercício declara que a resolução da dívida externa é “um atestado de clarividência do governo”. O entrevistado busca demonstrar a capacidade econômica do município e o quanto isso será positivo, o que, sem sombra de dúvida, estamos de acordo. Porém, vamos um pouco além, pois houve realmente “clarividência do governo”, mas no sentido de fortalecer sua legenda em plena campanha presidencial, ao nosso ver, novamente, houve uma clara utilização da máquina pública nas disputas político-partidárias.

---

<sup>61</sup> Importante destacar o engajamento da Ala Moça nas atividades oficiais do partido, mesmo com pouco tempo de existência.

Enquanto isso, em Rio Grande, a construção do *campo político* se revela de outra forma, com a ação já consolidada do PCB, assim como de outros agentes, que realizavam comícios em praça pública e puxavam pautas como a da constituinte, que só seriam levantadas mais adiante por outros movimentos como o MDP e LEC<sup>62</sup>.

No dia 22 de setembro, o *Diário Popular* (p. 08) divulga, em uma nota modesta, que Luiz Carlos Prestes virá a cidade de Pelotas. Na cidade vizinha, é formada uma comissão para auxiliar na vinda do líder comunista.

MOMENTO POLITICO. Recebemos da Secretaria Geral da Comissão de Organização da Recepção à Luiz Carlos Prestes, a seguinte nota: Devendo chegar dentro de breves dias a esta cidade o grande líder Luiz Carlos Prestes, foi aqui constituída, em caráter genuinamente popular, uma Comissão Central de Recepção a esse ilustre Brasileiro, Comissão essa que ficou constituída das seguintes pessoas: Auildo de Oliveira Cardoso, Omar Lima, Lourival Albuquerque, Gervazio Dias pelo jornal "Rio Grande", Saul Porto pelo jornal "O Tempo", Dario Torres Martins pela "Gazeta da Tarde", Ernani Lages pelo "Diario Popular" de Pelotas, Luiz de Mello Sampaio, Arlindo Lima, Pedro Pinho, Felipe Antonio Tarta, Arnold Coimbra, José Pinho, Darcy Carvalho, Tte. Primo Nunes Machado, Silvio Corrêa, Walter Feijó e Americo de Carvalho Lima. Foram também criadas, para desdobramento e controle de atividades necessárias aos fins visados, as quatro Sub Comissões seguintes: "Divulgação", "Movimentação", "Finanças" e "Secretaria, Organização e Relatório Geral", sob a orientação, respectivamente dos srs. Arnold Coimbra, Primo Nunes Machado, Luiz de Mello Sampaio e Americo de Carvalho Lima. Para presidir a Comissão Central foi designado o sr. Auildo de Oliveira Cardoso, ficando o sr. Americo de Carvalho Lima como Secretário Geral. Todas as noites das 19:30 às 22 horas, no salão de festas da Sociedade União Operaria, cedida muito gentilmente para tal fim, as referidas Comissões e Sub Comissões receberão, de todas as pessoas que desejarem auxilia-las na consecução dos fins em vista, e com a máxima urgência em face da exiguidade do tempo disponível, as adesões e conseqüente colaboração. O dia e hora exata da chegada a esta cidade do grande brasileiro Luiz Carlos Prestes, será devidamente anunciada, devendo as pessoas e Entidades ligadas à Sub Comissão de Movimentação estarem alertas, afim de veicularem, pela cidade, com a desejada rapidez, a notícia do auspicioso acontecimento riograndino. (Ass) A Comissão Central. (*Rio Grande*, 25/09/1945, p. 02)

Como é possível observar, em Rio Grande o tema sobre a passagem de Prestes pela cidade gerou uma mobilização que não se verificou em Pelotas. A iniciativa, segundo a descrição do matutino riograndino, gerou uma significativa

---

<sup>62</sup> "O Partido Comunista Brasileiro realizará sábado à noite um comícios a Praça Xavier Ferreira". (*Rio Grande*, 07/09/1945, p. 02); "Momento Político. Amanhã às 20:30 horas, na praça Xavier Ferreira, o comitê municipal do Partido Comunista do Brasil realizará o último comício pró-constituente, falando vários oradores. Na próxima semana o P. C. iniciará comícios preparatórios para instalação solene do comitê municipal". (*Rio Grande*, 21/09/1945, p. 02).

organização, com a participação de diversos sujeitos, inclusive do meio jornalístico, tendo a representação dos três jornais utilizados nessa pesquisa<sup>63</sup>. No entanto, mesmo com a participação do *Diário Popular* na “Comissão de Organização da Recepção à Luiz Carlos Prestes” não resultou numa maior publicidade do evento por parte do jornal, que durante o mês de setembro se deteve a publicar apenas pequenas notas sobre esse fato.

Ao contrário do que ocorreu no *Diário Popular*, a imprensa riograndina concedeu ampla divulgação a passagem de Prestes pela cidade. Apenas no dia 29 de setembro (*Rio Grande*, p. 02) foram divulgadas oito convites para a recepção do líder comunista, realizados por: Comissão Central de Recepção a Luiz Carlos Prestes, (Ass) A Comissão Central; Comitê Democrático Progressista de Rio Grande, (Ass) A Comissão Executiva; Sociedade União Operaria, (Ass) Arlindo Lima – Presidente; Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil, (Ass) J. P. Caetano – Membro da Divulgação; Frente Popular de Rio Grande, (Ass) Benamar Batista – Secretário Geral; Ala Feminina do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil, (Ass) Clelia Esperon – Secretaria de Propaganda; Liga Riograndina das Donas de Casa, (Ass) Judith Othero Pinheiro – Presidente; Sindicato dos Oficiais Gráficos, (Ass) João Batista Schmitt – Presidente. Os convites mostram o envolvimento de diversas entidades de classe e de representação popular, não revelando apenas a abertura da imprensa para o tema, mas a relevância de um personagem político como Luiz Carlos Prestes dentro da trama social.

Além disso, os primeiros convites foram divulgados sem local, horário ou data, informado alguns dias antes do evento pelo “comitê municipal do Partido Comunista do Brasil”, que o comício ocorreria “no Estádio do G. F. General Osório um comício no qual falará o líder comunista, Sr. Luiz Carlos Prestes”, no dia 02 de outubro “às 20:30 horas” (*Rio Grande*, 01/10/1945, p. 02).

Após a passagem de Prestes pela região os jornais cumpriram o papel que vinham desempenhando sobre o assunto. As folhas riograndinas deram considerável destaque ao evento realizado que praticamente mobilizou a cidade, levando as lojas

---

<sup>63</sup>De acordo com as informações que colhemos, essa “Comissão de Organização da Recepção à Luiz Carlos Prestes”, não era constituída apenas por membros do Partido Comunista, ou seja, não era algo exclusivo do PCB, pois haviam simpatizantes de Prestes e se tratava de uma comissão aberta, como mencionado na nota publicada.

e indústrias a encerrarem seus trabalhos mais cedo. Em Pelotas, o *Diário Popular* se deteve apenas a lançar uma nota, comentando que a manifestação pela chegada do líder comunista ocorreu de maneira pacífica e ordeira.

Podemos imaginar, que talvez em Pelotas a passagem de Prestes não tenha mobilizado como em outras cidades devido o contexto político conservador do município, mais ligado as elites tradicionais e pouco industrializado, que no período se caracterizava como um polo de serviços<sup>64</sup>.

O Partido Social Democrático na cidade, lança uma aliança, no mínimo, singular dentro do cenário político, “Unem-se os trabalhadores e a mocidade: acaba de ser lançada a aliança dos trabalhadores e da mocidade social democrática “Getúlio Vargas” (*Diário Popular*, 16/09/1945, p. 06):

Com o entrosamento da Ala Moça Social Democrática e dos trabalhadores que querem a continuação da política do presidente Getúlio Vargas, através um programa de equilíbrio social, como o do Partido Social Democrático, acaba de surgir a ALIANÇA DOS TRABALHADORES E DA MOCIDADE SOCIAL DEMOCRÁTICA “GETÚLIO VARGAS”, já poderosamente ramificada por toda a cidade, com numerosos núcleos instalados. A notícia surgiu ontem, como a nota sensacional nos domínios da política, principalmente quando foi conhecida a poderosa ramificação da ALIANÇA que tem como patrono o chefe da Nação. De acordo com as declarações feitas aos representantes da imprensa também em Rio Grande está sendo lançada a campanha da ALIANÇA DOS TRABALHADORES E DA MOCIDADE SOCIAL DEMOCRÁTICA. Para aquela cidade seguirá hoje o secretário municipal de propaganda, José Bacchieri Duarte. SECRETARIADOS REGIONAL E MUNICIPAL. Conforme as informações que temos em mão, do secretariado regional da ALIANÇA fazem parte Fernando C. Couto, como secretário geral regional, e Orlando Rêgo Magalhães Filho, como secretário de propaganda regional. Do secretariado municipal, do qual não possuímos uma nominata, fazem parte os seguintes nomes: secretário geral: Fernando C. Couto, jornalista; secretário de organização Alberto Córrea de Almeida, estudante superior; secretário de Educação e Instrução: João Alfredo de Souza Lobo, trabalhador; secretário de comunicações: José Giani, comerciário; secretário de propaganda: José Bacchieri; secretário de assistência social: Joaquim Avendano, trabalhador; secretário de coordenação: Adolfo Bender, estudante superior; secretário de relações sociais: Hugo Pons, trabalhador. (*Diário Popular*, 14/09/1945, p. 06).

---

<sup>64</sup> A passagem de Luiz Carlos Prestes pela cidade se deu entre o turno da manhã e da tarde e obteve uma presença significativa de populares. Contudo, não houve a mesma mobilização que ocorreu em Rio Grande, se caracterizando por um evento rápido. No mesmo dia ele partiu para a cidade vizinha.

A aliança entre os trabalhadores e a mocidade surge como um elemento novo na equação política do rio grande do sul e da região sul do estado. A chegada tardia do PTB no estado abriu margem para alianças talvez não concebíveis em outras localidades do país. A Aliança dos trabalhadores e a Mocidade do PSD Pelotas é prova disso. Claro que não podemos desconsiderar o PCB e sua capacidade política de arregimentar trabalhadores, mas o contexto da época não era favorável a esse partido tanto quanto era ao PTB, devido ao apadrinhamento varguista. Na ausência da legenda trabalhista, o PSD, que lograva a herança do presidente Vargas, acaba por ganhar força entre os operários e torna-se um caminho possível no extremo sul do país.

Semelhante ao início da Ala Moça, agora incorporada a Aliança, o movimento organizava-se rapidamente. Logo após sua criação, é empossado “os membros da comissão de propaganda do PSD”, entre eles é possível verificar o nome do diretor chefe do *Diário Popular*, Salvador Hitta Porres, que denota o envolvimento pessoal do periódico com a campanha partidária.

Além de ter ao lado o maior jornal da região, a Aliança e o partido como um todo, contavam com o apoio da Rádio Cultura e Pelotense, onde possuíam um programas de rádio diários, com exceção dos domingos. Desse modo, o PSD possuía o apoio dos principais canais de comunicação no momento, influenciando diretamente a opinião pública.

Em um dos programas, foi lido para os ouvintes uma nota de apoio Aliança dos Trabalhadores e da Mocidade Social Democrática Getúlio Vargas, cujo o título era: “Getúlio Vargas, na presidência e fora dela terá o nosso apoio”. Em um dos trechos, as lideranças do movimento relatam que:

Moços e trabalhadores constituíram sempre no passado os dois grandes núcleos eleitorais cuja boa fé era sempre explorada mormente nas vésperas de eleições. Promessas róseas se faziam a uns e a outros, caindo todas no esquecimento depois de eleito o novo govêrno. Getulio Vargas foi o que menos prometeu e o que mais realizou, atingindo as suas realizações não só aos trabalhadores como aos moços. (*Diário Popular*, 23/09/1945, p. 08).

O manifesto possui um discurso conciliatório, procurando aproximar aspectos da trajetória dos dois grupos, que, segundo o autor, eram deixados à margem do

processo político. Ademais, a Aliança incorpora em seu manifesto uma máxima dos quemistas, que é a já citada “Getúlio Vargas, na presidência e fora dela terá o nosso apoio”, ou seja, a intenção é usar de estruturas e *experiências* próximas aos trabalhadores para, mais facilmente, conquistar seu apoio.

Efetivamente, o grupo mais significativo cooptado pela Aliança foram os “Ferroviários de Ivo Ribeiro”, atual Pedro Osório, que era um público cativo pessedista devido a liderança de Brochado da Rocha, encarregado da viação férrea estadual, sem contar outros trabalhadores e estudantes da cidade<sup>65</sup>. Pelotas possuía 26 secretariados da Aliança, dentro de escolas, faculdades, empresas e cada uma possuía sete subsecretarias, eram elas: Geral, Organização, Propaganda, Educação e Instrução, Finanças, Assistência Social e Comunicação, cada qual, com um subsecretario a sua frente, 182 sujeitos envolvidos apenas nas funções administrativas dos secretariados.

Assim como ocorreu com a legenda do PSD na região, a Aliança dos Trabalhadores e da Mocidade também ganha repercussão em outros municípios, como Bagé e Camaquã. No entanto, apesar de sua ampla articulação, a Aliança parece ter se limitado apenas a cidade de Pelotas e seus distritos, não tendo adesão em outros municípios, pois nenhuma informação além dessa foi encontrada em jornais ou na bibliografia consultada. Uma das razões possíveis, para a Aliança não ter se ramificado para outros municípios além das citadas, seja a existência de alas trabalhistas pessedistas<sup>66</sup>, como no caso da cidade de Rio Grande, onde verificamos essa corrente partidária na região.

Com o início do mês de outubro, se aproxima o fim do primeiro ciclo de campanhas e reconfigurações políticas. Nesse momento, frente a configuração política do país, a UDN gaúcha, lança a seguinte circular:

---

<sup>65</sup> Desde o aparecimento do movimento o jornal vem noticiando a criação de secretariados da Aliança em empresas e escolas, o que denota sua inserção no meio. No dia 25 de outubro (Diário Popular, p. 00), é publicado uma reportagem sobre a conquista de abono familiar para os extranumerários da Secretária de Obras do Estado, por intermédio da Aliança. Isso quer dizer que se tratava de um grupo que transcendeu o espaço político e buscou melhorias efetivas para os seus correligionários. Além disso, não se trata de uma ação isolada, pois em outros momentos encontramos registros nesse mesmo sentido.

<sup>66</sup> A Ala Trabalhista do PSD foi a corrente partidária que abrigou os trabalhistas da legenda até a criação do PTB no estado. Algo muito semelhante aconteceu com a Esquerda Democrática, dentro da UDN, que mais tarde vai dar origem ao PSB.

MOMENTO POLITICO. Os drs. A. A. Borges de Medeiros, J. A. Flores da Cunha e Raul Pilla acabam de dirigir a todos os Diretórios municipais uma circular na qual declaram que obedecendo á necessidade imposta pela Lei Eleitoral de se constituírem em partidos Nacionais, o Partido Republicano Riograndense e o Partido Republicano Liberal tomaram a resolução de formar, sob a legenda União Democrática Nacional, para juntos empenharem-se na grande campanha cívica, cujo objetivo imediato é a redemocratização do Brasil. Após aduzir outras considerações, a referida nota assim conclui: “é mister, que se opere, com urgência, a fusão dos Diretórios do P.R.L. e P.R.R. numa direção única, que de acordo com os Estatutos da União Democrática Nacional, terá a designação de Comitê Executivo Municipal da U.D.N. e do qual participarão um representante da Esquerda Democrática, onde ela já estiver organizada, e um dos elementos não filiados aos dois Partidos. Tendo o Partido Libertador obtido registro provisório, como partido nacional, não poderá, naturalmente, integrar os Comitês da União Democrática Nacional, a serem organizados. Como, entretanto, existe o mais perfeito entendimento entre os nossos Partidos e o Libertador em torno dos objetivos políticos que orientam esta campanha, deverão os atuais Comitês da U. D. N. transformar-se em Comitês Pró-Candidatura Major Eduardo Gomes, organizando-se, onde não existirem, na forma de Coligação dos três Partidos, como os anteriormente constituídos. (*Rio Grande*, 13/10/1945, p. 01).

A circular transmitida pela liderança dos três partidos é resultado de um impedimento legal do Partido Libertador de unir-se a UDN, pois esse já havia realizado seu registro oficial. Por outro lado, os partidos já haviam iniciado o curso de uma aliança em torno da candidatura de Eduardo Gomes. Comitês municipais desse partidos tinham se convertido em comitês da UDN e a alternativa encontrada para esse impasse foi transforma-los em “Pró-Candidatura do Major Eduardo Gomes”, sem perder a frente unificada da oposição.

Em Rio Grande, é organizado um Comício Monstro Pró-Constituinte, proposto por diversas agremiações, menos o PSD. Os convites editados pelos principais jornais da cidade, revelam um distanciamento político ideológico existente entre as duas folhas.

O jornal *Rio Grande* divulgou a seguinte convite:

Comício Monstro Pró-Constituinte: CONVITE. A FRENTE POPULAR DO RIO GRANDE, o COMITÉ DEMOCRATICO PROGRESSISTA DO RIO GRANDE e o COMITÉ MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, convidam o Povo Democrático e Anti-Fascista da cidade mais industrial do Estado, a cidade do Rio Grande, para o COMICIO MONSTRO pela eleição de uma ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, antes da realização das Eleições Presidenciais, como a única solução justa e acertada para Democratização efetiva do Brasil, para solução dos problemas nacionais e para satisfação das reivindicações do Povo. Este Comício não será de propaganda de Partidos

mas sim de defesa de interesses do Povo, porque somente a ASSEMBLEIA CONSTITUINTE defenderá os interesses do Povo. O Comício será realizado no dia 23 do corrente, às 20.30 horas, no Largo da Praça Tamandaré.1151 A COMISSÃO CENTRAL2-1. (Rio Grande, 22/10/1945, p. 02).

Já o jornal *O Tempo*, divulgou o seguinte:

O POVO QUER A CONSTITUINTE. A medida que se aproxima o dia das eleições; cresce extraordinariamente entre a opinião pública do país, a corrente “PRÓ-CONSTITUINTE” – hoje amparada pela maioria dos partidos políticos – quer, os da esquerda, quer os moderados, e mesmo entre as forças políticas da DIREITA também existe grande número de elementos favoráveis a ideia. A cidade já se movimentou em torno da Convocação da CONSTITUINTE. Ontem teve lugar o primeiro comício e outros – segundo sabemos – vão também realizar-se dentro de poucos dias. Assim pois, o grande presidente GETULIO VARGAS amparado pela maioria esmagadora da NAÇÃO, é certo, que virá de encontro aos anseios do seu povo, e decretará a medida, como solução única ao problema da DEMOCRATIZAÇÃO do País. (*O Tempo*, 24/10/1945, p. 01).

Numa comparação rápida, a diferença entre os dois discursos sobre um mesmo tema é muito clara. O publicado pelo jornal *Rio Grande* traz como principal adjetivo uma palavra muito utilizada pela oposição contra Vargas, fascista, ou no caso, “anti-fascista”. Dando a entender que o verdadeiro sentido da frase, que: ‘o povo democrático não está com Vargas’. Já o segundo texto, do jornal *O Tempo* é mais conciliatório, detecta um panorama mais participativo, onde todos os grupos políticos estariam envolvidos e que o Presidente, igualmente conciliador, atenderia os “anseios de seu povo”.

Outro fato que chamou a atenção, foi a convocação de uma constituinte para antes das eleições. Talvez esse movimento pela constituinte tenha sido motivado pela Resolução nº 215, enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, que pede a instituição de uma constituinte a partir dos eleitos para o legislativo, com base no pedido realizado pela OBA e pelo PSD, pois isso abre precedente legal para o pedido de antecipação da constituinte, mas isso levaria a um atraso no processo de eleição presidencial. Outro aspecto do pedido de constituinte antecipada, está ligado a uma pauta comum do PCB e dos *queremistas*, que cogitavam a “constituinte com Vargas”.

Também a ideia de uma constituinte pós eleições não agradava a oposição local, que se posicionou contrária, em algumas ocasiões, a alteração da “polaca” de

1937, para sustentação do processo. Contudo, apesar do descontentamento oposicionista e suas mobilizações<sup>67</sup>, o projeto de uma constituinte antes do pleito presidencial não avançou no plano prático.

Na penúltima semana de outubro chega ao extremo sul do Brasil o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para completar o grupo que já era protagonista no cenário nacional<sup>68</sup>. Mesmo que tardiamente, a legenda provocou transformações no cenário político regional, proporcionando uma nova via aqueles que defendem a herança varguista. Entre as mudanças que ocorreram no quadro político, percebemos a saída do senhor João Batista de Paula Ramos, estivador, que esteve no PSD riograndino em sua cerimônia pública de instalação, proferindo palavras de ordem a favor de Vargas, e Luiz Emilio Léo, integrante do movimento *queremista* e ex-militante pró-anistia, que também ingressou na legenda trabalhista.

Embora não tenhamos detectado nenhuma outra mudança partidária, desse tipo, fora da cidade de Rio Grande, acreditamos que elas tenham ocorrido em outras cidades, alterando os quadros políticos já “consolidados”, principalmente dentro do PSD. Isso se deve, em grande parte, a influência de Getúlio dentro da legenda e o

---

<sup>67</sup> “MOMENTO POLITICO. [...] Às 20,30 horas, precisamente, chegavam ao local os membros componentes daqueles partidos vindos da frente da Sociedade União Operaria e do Boulevard Buarque de Macedo, conduzindo diversas faixas com dizeres alusivos. Com alto-falante instalado no coreto ali existente, foi dado o início ao comício falando o sr. Arlindo Lima, em nome da Frente Popular do Rio Grande, o sr. Auildo de Oliveira Cardoso, que falou em nome do Comité Democrático Progressista e dos seus 22 sub comités, em nome do Comité do Partido Comunista o sr. Ary Seteimer, a senhorinha Edith Castro em nome da Juventude Trabalhadora Feminina, Nelson da Silva Preza pelos jovens comunistas, senhora Valdiva Fernandes pela Liga das Donas de Casa, Edmundo Xavier pelos operários riograndinos e a doutora sra. d. Iolanda Mendonça, que desenvolveu brilhante tese sobre a Assembleia Constituinte. A seguir o sr. Auildo de Oliveira Cardoso apresentou á assistência a idéia da fundação de um Comité Riograndino Pró-Constituinte, sendo pelos presentes aprovada a idéia. Para presidente do Comité Riograndino Pró-constituinte foi aclamado o sr. Auildo de Oliveira Cardoso”. (Rio Grande, 26/10/1945, p. 02).

<sup>68</sup> Fundação do PTB em Rio Grande: “Partido Trabalhista Brasileiro .Foi instalado domingo nesta cidade, o “Comité do Partido Trabalhista Brasileiro”, que tem a sua frente, entre outros elementos as seguintes pessoas: João Paula Ramos (estivador) presidente. Isidio Corrêa da Fonseca (ruralista) 1º vice presidente. Dr. Luiz Emilio Léo (professor), Antonio Marques (funcionário público) e outros elementos operarios de grande prestígio”. (O Tempo, 23/10/1945, p. 01). Fundação do PTB em Pelotas: “O P.T.B. EM PELOTAS. Acaba de ser instalado em Pelotas o diretório do P.T.B. em sessão de assembléia geral realizada no salão da Sociedade Polonesa. Em palestra com a nossa reportagem, os srs. Antônio Geraldo da Silva, Jerônimo Ramos e Mário Gastaud de Oliveira, respectivamente presidente, 1º vice-presidente e secretário do diretório municipal do P.T.B. manifestaram o entusiasmo com que haviam firmado a sua decisão, certas de que estavam coerentes com o apôio que até agora têm dado ao presidente Getúlio Vargas. Figuras bastante conhecidas em nossa cidade, os referidos membros do diretório do P.T.B. assim como os seus companheiros, vêm desenvolvendo intenso trabalho”. (Diário Popular, 27/10/1945, p. 06).

descontentamento existente de algumas alas trabalhistas dentro do Partido Social Democrático<sup>69</sup>.

Nesse sentido, e devido a acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, Protásio Vargas, ao conceder uma entrevista ao *Diário Popular* (24/10/1945, p. 06), expressa a seguinte opinião:

- É verdade que em seu último discurso o presidente aconselhou os trabalhadores a se organizarem em Partido Trabalhista (**PTB**). Devemos, entretanto, interpretar essa sua sugestão no sentido de que os trabalhadores não descambassem para o extremismo e se constituíssem em poderosa força, como o estão fazendo no caso da Aliança dos Trabalhadores e da Mocidade Social Democrática "Getúlio Vargas", e continuassem a lutar pelas suas reivindicações. O candidato do Partido Social Democrático em seu discurso de Minas, e agora aqui, declarou solenemente que será um continuador da política social do presidente Vargas. Dada a sua austeridade conhecida e a sua lealdade sempre demonstrada, durante os largos anos em que cooperou como ministro do atual governo, não podemos deixar de crer que essa sua declaração será um penhor para todos aqueles que se encontram no P.S.D., cujo programa é francamente pelo desenvolvimento cada vez maior dessa assistência social sempre desenvolvida pelo presidente Vargas. Grifos nossos.

Frente a ameaça de perder espaço para o PTB no estado, Protásio procura ressignificar o discurso de Getúlio, cuja proposta é o ingresso dos trabalhadores/*queremistas* no PTB, para algo mais 'palatável' ao gosto pessedista, ou seja, ele diz em outras palavras que: no Rio de Janeiro o contexto é outro, aqui vocês estão no caminho certo, continuem no PSD.

O discurso de Getúlio Vargas no Rio, é um entre tantos outros realizados por ele no ano de 1945, e acima de tudo é a penúltima gota d'água no copo quase cheio da classe média e dos militares que assistiram, o que Jorge Ferreira chamou de: "guinada à esquerda" de Vargas, que até aquele momento tinha tomado medidas, sobre tudo econômicas, para proteção das classes mais populares.

A gota final, foi a nomeação do seu irmão, Benjamim Vargas, como chefe de polícia do distrito federal, ação que pretendia antecipar o movimento de um golpe militar em curso. No dia 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é afastado do governo

---

<sup>69</sup> A fundação do PTB gaúcho ocorreu a partir de divergências ideológicas entre os caciques do PSD porto-alegrense e a ala trabalhista do partido. O episódio é explicado em maiores detalhes por João Batista Carvalho da Cruz (2010, p. 59-60) em sua dissertação.

pelo Alto Comando do Exército, apoiado pelo General Góes Monteiro, e o candidato do PSD a presidência da República, o General Eurico Gaspar Dutra. Publicamente, o ex-presidente declarou que concordava com a saída, se auto exilando em São Borja, sua cidade natal. No entanto, Vargas não se conformava com o golpe que recebeu de sujeitos tão próximos a ele.

### 3.2 – AS POLÊMICAS OPOSIÇÕES NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (JUNHO - SETEMBRO DE 1945)

Ao longo deste trabalho, por diversas vezes, registramos ataques sutis da UDN e dos partidos regionais, ao governo de Getúlio Vargas. Do ponto de vista da História e dos historiadores, nosso compromisso é a “avaliação da velha evidência positivista, desde que se disponha de tal evidência”, sem eleger ‘bonzinhos’ ou ‘malvados’, certos ou errados. As críticas dos *de fora*, assim como as dos *de dentro*, boa parte das vezes, estavam baseadas em evidências e as evidências, como aponta Eric Hobsbawm (2014, p. 09), são irrefutáveis.

Queremos dizer que Getúlio Vargas cometeu irregularidades legais durante o seu governo, sobre tudo, durante o *Estado Novo* que foi um regime autoritário, que perseguiu, censurou, prendeu, torturou e matou sob pretexto da segurança nacional utilizada para fins políticos.

Em contrapartida, foi durante o período Vargas que as camadas populares, da zona urbana, conquistaram direitos passando a ocupar um maior espaço dentro da sociedade, nunca antes na história do país, ocupado por esse segmento social, inclusive tendo participação ativa no processo eleitoral.

Essa dualidade centralizou os debates durante 1945. Nem sempre as discussões ocorreram de modo pacífico, apenas no campo da ideias, além de emoções, as disputas políticas, muitas vezes, chegavam às vias de fato. Na região Sul não havia um jornal totalmente oposicionista, como o *Diário de Notícias* na capital, embora o jornal Rio Grande apresentasse uma inclinação udenista enquanto *O Tempo* era governista. Já o *Diário Popular* de Pelotas era claramente identificado ao PSD.

Sendo assim, as notícias sobre a UDN e os grupos oposicionistas apareciam de maneiras diferentes em cada jornal. No *Rio Grande*, elas ocupavam praticamente o mesmo espaço das notícias dos *de dentro*, assim como no jornal *O Tempo*, a diferença é que, por vezes, era perceptível uma certa inclinação para os oposicionistas, isto, apesar desta folha publicar todos editais federais e municipais. No *Diário Popular* essa relação era diferente, quase nenhuma notícia da oposição foi divulgada ao longo de 1945. Os opositores só tiveram espaço até a criação da coluna

“Nos domínios da Política”, no mês junho. Depois disso, os *de fora* só apareciam para receber críticas. Já *O Tempo* publicava reportagens sobre todas as correntes, embora apresentasse uma inclinação pró governo visível nas matérias favoráveis ao governo e aos trabalhadores e, nos posicionamentos em momentos de acirramento das disputas políticas.

Com base nessas informações, passaremos a descrever e analisar importantes episódios da campanha política no Sul do Rio Grande. Quais as relações de força entre udenistas e grupos favoráveis a Vargas? Quais os argumentos utilizados nos debates? Qual o posicionamento dos jornais? Qual o comportamento dos populares? Como esses episódios podem ter influenciado no pleito?

Em junho de 1945, animada pela lei eleitoral, a oposição lança uma carta, através do Diário de Notícias, Assis Chateaubriand, em defesa da candidatura de Eduardo Gomes, dando conta de um movimento organizado na cidade de Rio Grande com a realização de vários comícios, fundação de um comitê que contaria com a simpatia popular. Assinam essa missiva lideranças locais apontadas como prestigiosas.

No dia 03 de junho, em uma nota publicada pelo *Diário Popular*, e nos jornais de Rio Grande, os mesmos autores da “missiva” em favor de Eduardo Gomes, vem a público denunciar o caráter fraudulento da publicação e negar seu apoio ao candidato udenista:

DECLARAÇÃO. Os signatários da presente, surpreendidos com a notícia publicada na edição de hoje, do jornal “Diário de Notícias”, de Porto Alegre, em “Suas Notas Políticas”, intitulada A OPOSIÇÃO EM RIO GRANDE, da qual consta os nomes dos infra-inscritos como signatários de uma missiva enviada aos Diários Associados, hipotecando solidariedade ao exmo. sr. Brigadeiro Eduardo Gomes e fazendo referências á vários comícios e reuniões aqui realizados Pró Candidatura de S. Excia., declaram que a referida missiva é falsa, como falsas são as assinaturas constantes da mesma. Declaram ainda não terem conhecimento de quaisquer “Comícios ou Reuniões aqui realizados pró candidatura Eduardo Gomes, conforme consta, da forjada missiva. Rio Grande, 2 de junho de 1945. Assinados: Arnold Coimbra; Armando Oliveira Couto Dias; Lindalvo Alberto Curupi Monteiro; Ernani Ramos Lages; Lourival da Rocha Cristelo; Pedro Carlos Peixoto Primo; Evento Rosa; Iran Ribeiro. (*Diário Popular*, 03/06/1945, p. 08)

A nota relata a publicação de uma “missiva”<sup>70</sup> pelo *Diário de Notícias*, de, onde os sujeitos que subscrevem a nota constituiriam numa frente a favor de Eduardo Gomes. No entanto, os mesmos desmentem tal notícia a eles vinculada.

O debate através dos jornais dá conta de um ambiente tensionado com os jornais diretamente envolvidos na disputa política. A “criação” de fatos não era algo incomum neste contexto, existem outros exemplos de matérias, artigos, notícias inventados por partidos e jornais visando promover seus pontos de vista e detratar opositores. A resposta rápida dos envolvidos e a repercussão deste fato na imprensa nacional aponta para uma intensificação da mobilização política tanto local como nacional.

Do ponto de vista da oposição, a divulgação da existência de uma frente eduardista em Rio Grande reforçaria a posição da UDN na capital do estado, visto seu perfil industrial, sua localização estratégica e seu importante contingente de trabalhadores, tal fato, os sucessos udenistas na região sul, acrescentariam ao *capital político dos de fora*.

Porém, talvez, contrariando as pretensões da oposição, a notícia não ficou restrita a capital, pelo contrário, ganhou repercussão nacional, chegando as páginas do jornal carioca “A Noite”.

Com o título: “Como eles “arranjam” adesões” o jornal carioca divulga a negativa dos líderes riograndinos enfatizando que: “deve tratar-se de uma carta forjada, possivelmente por inimigos, com interesses ocultos, tendo tomado providências para apurar os responsáveis pelo citado documento”. O interessante, é que no jornal carioca a disputa política através da imprensa avança no sentido desqualificar a oposição acusando-a de fraude.

No mês seguinte, o *Diário Popular* volta a carga contra a oposição, agora, utilizando da falta de articulação política do discurso oposicionista.

SURPREENDENTE: JORNAIS DA OPOSIÇÃO PROVOCAM UMA CAMPANHA A FAVOR DO GOVERNO! Com a sua ordem do dia de atacar o

---

<sup>70</sup> “Significado de Missiva: s.f. Carta; bilhete em que uma mensagem é enviada a alguém. Bilhete; mensagem enviada a alguém com o intuito de comunicar alguma coisa.” Disponível em: <http://www.dicio.com.br/missiva/> Acessado em: 16/02/2016.

governo sistematicamente, sempre e sempre, sem maiores análises ou considerações em torno dos assuntos tratados, os jornais oposicionistas acabam de cometer uma de suas maiores “gafes”, tão grande como a defesa que a oposição empresou dos “truts” internacionais e nacionais que oneram no Brasil dando lugar de acordo com as palavras de um líder esquerdista bahiano a uma verdadeira inflação de preços. E, por mais surpreendente que pareça, eles, com a sua diretriz de atacar sempre, com ou sem razão, acabam de provocar uma verdadeira campanha popular em favor do governo. Trata-se, nada mais, nada menos, das acusações feitas pela oposição ao plano de eletrificação do Rio Grande do Sul, do qual foi grande pioneiro o dr. Walter Jobim, candidato do Partido Social Democrático à governança do Estado e atual secretário das Obras Públicas. O monumental plano de eletrificação, que está sendo executado com toda a urgência e que virá permitir ao Rio Grande do Sul um surto de progresso verdadeiramente surpreendente, fazendo baixar o preço da energia elétrica de maneira fantástica e possibilitando o seu fornecimento a quasi toda a terra gaúcha, está sendo atacado pela oposição como bolchevista, palavra cujo sentido eles parecem não conhecer sequer de longe. A reação, como era natural, foi enorme em todo o Rio Grande do Sul, pois compreendemos perfeitamente que o nosso Estado também precisa ser industrializado. Tais, e de tal natureza, foram os comentários que os ataques ao plano de eletrificação provocaram em todos os recantos gaúchos, que a atitude dos jornais da oposição está provocando uma verdadeira campanha popular a favor do governo e em especial em torno de Walter Jobim. Os oposicionistas aqui do sul, quando se fala no assunto, “despistam”, procurando mudar de conversa, dizendo que talvez os seus colegas do Rio não conheçam as necessidades fundamentais do Rio Grande do Sul. A verdade, porém, é que eles parecem conhecer apenas as suas próprias necessidades e é para a satisfação destas que, sem a menor coerência, ora acusam o governo de fascista, ora afirmam que os seus planos são bolchevistas, não se preocupando sequer em salvar as aparências, declarando cousas completamente opostas de um dia para outro, apenas com o lema de atacar sempre e o mais violentamente possível. (*Diário Popular*, 20/07/1945, p. 08).

Essa notícia revela, por parte da oposição, uma visão dogmática, liberal, regionalizada do país e dessintonizada em relação aos interesses populares, afinal, quem seria contra um plano de eletrificação que levasse energia ao interior e fornecesse a mesma a preços mais acessíveis.

Provavelmente essa visão é reflexo do antigo modo de fazer política, cujos partidos eram regionalizados, fragmentados pelo país, ou seja, aqueles grupos que agora fazem parte da oposição, uma parte deles estava acostumada com o modelo político anterior a 1930, que nesse momento não se sustenta, pois é necessário pensar de maneira nacional. Do outro lado temos os governistas, que nasceram “dentro do governo” (SOUZA, 1983), apresentam uma maior facilidade de enxergar o conjunto nacional levando em conta suas particularidades.

As matérias examinadas revelam a existência de uma *luta de representações* dentro da mídia. Logo no começo da reportagem ela faz referência aos “jornais oposicionistas”, isso pressupõe a existência dos não oposicionistas, o que coloca o *Diário Popular* nesse lado. O artigo sobre os *de fora*, mostra o trabalho afinado do periódico a partir dos erros adversários e, certamente, o inverso também era verdadeiro.

Sem perder o foco na movimentação dos *de fora* e procurando usar isso de maneira depreciativa, a folha pelotense publica uma notícia, baseada em rumores, que o ex-governador Flores da Cunha estaria planejando vir a região sul do Rio Grande:

Chegam constantes rumores em nossa cidade em que virá a Pelotas o sr. Flores da Cunha, prócer oposicionista cujas façanhas deixaram tão triste me (..) nos pampas e cujos amigos afirmam haver-nos últimos tempos, se convertido à defesa dos interesses do povo, afirmações essas que não são muito levadas a sério dados os precedentes daquele conhecido político brasileiro. Em Pelotas, a notícia da vinda de Flores da Cunha parece haver sido recebida com desagrado pelos próprios oposicionistas que, ao que se observa, temem, e com muita razão, que o antigo caudilho venha comprometer definitivamente o pouco que estão tentando fazer sobre a bandeira da democracia. (*Diário Popular*, 27/07/1945, p. 08).

Flores da Cunha era uma figura emblemática no cenário político gaúcho. De apoiador de Vargas, entre 1930 e 1934, inclusive trabalhando como articulador da Revolução que levou Getúlio ao poder, ele passa apositor a partir de 1935, quando passou a defender a autonomia política dos estados. Nesse período, que vai até o momento desse trabalho, Flores da Cunha esteve envolvido em articulações que pretendiam enfraquecer o poder central. Para tanto, o governador do Rio Grande do Sul apoiou candidaturas regionais contrárias ao governo central, na linha de sucessão do presidente apoiou Osvaldo Aranha e com a instauração do Estado Novo, deu apoio a tentativa de golpe Integralista.

No governo de estado, ele realizou alianças que desagradaram as bases partidárias e a Frente Única Gaúcha (FUG), criando um ambiente tensionado entre o estado e o governo central. Talvez isso tudo levasse desconfiança, ainda mais de um partido que reuniu diversos correligionários das antigas legendas partidárias. Entretanto, não podemos generalizar a posição temerária dos seus colegas de partidos. Muito menos, dizer que Flores não tinha aderência no eleitorado gaúcho,

pois nesse mesmo ano ele se elegeria deputado constituinte pela UDN do Rio Grande do Sul. A intenção do jornal era subtrair o *capital político* do candidato, gerando desconfiança dos eleitores e dos leitores da própria folha.

Outro personagem da oposição também questionado pelo *Diário Popular* foi o ex-ministro Oswaldo Aranha, só a abordagem realizada pela folha é outra:

No entanto, contradizendo-se a si mesmo e fazendo uso da maior e mais clara das inverdades, tão somente para satisfazer as suas necessidades espirituais de cavalheiro de altas rodas que precisa sempre estar em evidência, o mesmo sr. Oswaldo Aranha, depois de afirmar, em discursos, em entrevistas sensacionais e em palestras, que o presidente Vargas era fascista porque tudo resolvia, surge mais tarde declarando que ele, Oswaldo Aranha, foi o condutor da política internacional do Brasil, contradizendo-se e se embaraçando lamentavelmente na oposição das duas afirmações. (*Diário Popular*, 28/07/1945, p. 06).

Passado e presente, novos e antigos partidos, essa dualidade invariavelmente está presente nos discursos jornalísticos apresentados. O trecho destacado anteriormente é um reflexo singular disto. A situação procura através das declarações de Oswaldo Aranha colocá-lo em contradição. Em contra partida, os próprios pesseditas tentam se livrar de suas contradições, em apoiar um presidente que estabeleceu uma ditadura no país e mesmo fora dela, em outros momentos, agiu de modo autoritário.

Tivemos, e não há porque negá-lo, um regime forte, que, sem excessos, sem violências, com muito maior serenidade que os democracias do nossos passado, em que os comícios no interior, eram interrompidos pelas próprias autoridades, regime que, sob a orientação calma e segura do presidente Getúlio Vargas, cumpriu a sua grande missão na história do Brasil. (*Diário Popular*, 28/07/1945, p. 06).

Os eufemismos utilizados pela situação buscam suavizar a real postura do governo em momentos anteriores. Em troca de “um regime forte”, podemos entender como ditadura e no lugar de “sem violência” poderíamos ler que perseguiu, prendeu, torturou e matou. Fatos não faltam na história para confirmar isso, como por exemplo, a prisão de Lindolfo Collor que, mesmo doente não oferecendo riscos ao *Estado Novo*, veio a falecer nos cárceres ou a deportação de Olga Benário para ser morta pelo regime nazista. Não obstante, isso não inocenta o outro lado da disputa ou as outras

partes. Não se trata de um lado bom e o outro mal. Apesar da dualidade, presente aqui e na vida, não há nem mocinhos, nem bandidos, apenas dois lados em disputa pelo poder.

No dia 05 de agosto, Ernesto Dornelles faz um pronunciamento onde afirma que a oposição está em declínio e que seus ataques “super-violentos”, que repetia a política do passado, estava afastando o público de sua campanha.

Na realidade, não se pode falar em redemocratização, como o fizeram os líderes do eduardismo usando, ao mesmo tempo, a velha manobra de “ou estás conosco, ou és fascista, quiçá comunista”. Eles mesmo se encarregaram de mostrar que não são democratas, não admitindo sequer a divergência de opiniões. Tal espírito de preponderância pessoal, absolutamente anti-democrático, foi não há dúvida, o fundamento primeiro da impopularidade dos propagandistas da U.D.N., a quem faltam idéias novas, atualizadas com as novas reivindicações populares, que não podem ser postas de lado. (*Diário Popular*, 05/08/1945, p. 12).

Em meio toda crítica realizada a UDN, existem algumas questões que historicamente correspondem ao seu modo de agir. Primeiro, o PSD questiona os valores democráticos da UDN, mas os dois partidos possuem tendências antidemocráticas, como dizemos popularmente, trata-se “do sujo, falando do mal lavado”. Segundo, os eduardistas não tinham aderência dos varguistas nas camadas populares, já o PSD possuía uma certa aceitação – de acordo com o que podemos observar nos jornais – devida a imagem de Getúlio Vargas, frequentemente evocada pelo partido no Rio Grande do Sul. Fato, que de tempos em tempos, a História parece se repetir, e esse antagonismo de 1945 no extremo sul do Brasil é muito semelhante ao que vivemos nos dias atuais, onde ao defender um posicionamento logo você é enquadrado dentro de um grupo, que se opõe a outro. Talvez, não seja a História que se remete, mas o modo de fazer política que marcou profundamente nossa *cultura política*.

No início de agosto, na Vila Madureira, Rio de Janeiro, um comício da UDN teria sido interrompido por um grupo de quemistas. De acordo com a versão divulgada pelo *Diário Popular*, eles estavam respondendo as provocações e ofensas da oposição ao presidente. Esses conflitos, que eram bastante comuns no período, também podem ser observados no Sul do Rio Grande. A região não estava descolada do restante do país, embora tivesse certas particularidades. Durante o movimento Pró-Anistia, mencionado no capítulo anterior, ocorreram vários ataques ao presidente

Vargas acusando-o de “ditador” e “fascista”. Esses ataques – tanto em Pelotas como Rio Grande – partiam de uma oposição organizada e que utilizava os mesmos argumentos e as mesmas táticas udenistas observadas nos demais centros nacionais. A resposta dada pelos populares também não destoava daquilo que se via em outras cidades do país. Como em outras situações semelhantes, populares saíram em defesa do presidente. Mais do que difusa, essa reação partia de trabalhadores organizados, que estavam engajados para defender Vargas. Na perspectiva da imprensa favorável ao governo, os responsáveis pelos tumultos e conflitos não eram os trabalhadores, mas a oposição cuja retórica agressiva e violenta ofendia Vargas e, indiretamente, os próprios trabalhadores que afixavam o estado-social varguista:

OS FATOS DE PELOTAS. Também aqui tivemos um comício, em regozijo a queda de Berlim, transformado de um momento para outro em reunião política de ataque ao governo de Getúlio Vargas, felizmente sem conseqüências mais sérias. CONDENE-SE A VIOLÊNCIA, MAS APONTEM-SE OS SEUS CAUSADORES. Condenamos sim, e não temos dúvida em fazê-lo, a violência com que foram interrompidos os comícios da oposição pelos operários cariocas, mas não hesitamos da mesma forma, para sermos, honestos com os próprios fatos, em apontar as suas causas e seus causadores, concientes ou não, incluindo-os na mesma condenação. Longe ficaram os tempos dos discursos violentos e pessoais. Longe ficou o tempo em que o povo sempre estava disposto a aplaudí-los ou a escutá-los, sem protestar. (*Diário Popular*, 09/08/1945, p. 08).

O jornal conclui com uma frase significativa para o momento: “Longe ficou o tempo em que o povo sempre estava disposto a aplaudí-los ou a escutá-los, sem protestar”, que expressa a posição dos populares no novo *campo político*, na qual eles não são apenas espectadores dos acontecimentos, mas sujeitos históricos atuantes dentro do processo.

Porém, apesar da inserção dos trabalhadores, antigas práticas não desapareceram durante a primeira “Era Vargas” (1930 - 1945), como, por exemplo, o coronelismo. Segundo Edgard Carone (1988), esta prática foi ressignificada durante o período, sobretudo no *Estado Novo*, quando o sistema de intervenções permitiu a renovação das relações caudilhas com intermédio do governo, que colocava as elites locais no comando em troca do seu apoio. Em uma via paralela, só que contrária aos interesses dessa parcela da sociedade, o estado empoderava o trabalhador, através dos sindicatos e das leis trabalhistas.

O resultado disso foi a inserção dos trabalhadores no jogo político, uma camada popular que adquiriu maior autonomia no período, uma das ambiguidades produzidas pelo governo Vargas. A matéria a seguir mostra isso de maneira explicativa.

Um fato humorístico teve lugar aqui quando da chegada do dr. Raul Pila para assistir ao Congresso do Partido Libertador; Levados por seus patrões, compareceram ao local em que desembarcou o dr. Pila numerosos operários, avisados previamente para saudá-lo à chegada com grandes vivas. No momento combinado fizeram os “chefes” os sinais combinados e os operários nem se lembrarem do que fora combinado às pressas, estabonadamente, prorromperam em “Viva o dr. Getúlio Vargas, Viva o Presidente da República”. Passados os primeiros momentos de confusão, a situação foi dominada, voltando tudo a normalidade. (*Diário Popular*, 11/08/1945, p. 06).

Não foi um estabano a reação dos operários, eles agiram de maneira natural, de acordo com a autonomia conquistada. O espanto que gerou o “fato humorístico”, foi, certamente, a falta de controle das elites tradicionais sobre o proletariado, reflexo das novas relações políticas/sociais do momento. Contrariando as expectativas das oligarquias regionais, a adesão dos trabalhadores as suas causas já não era algo dado.

A reação dos trabalhadores a práticas “violentas” da oposição foram recorrentes no período. Em Rio Grande, um comício da UDN teve um final inesperado:

Como estava anunciado, realizou-se às 20 horas de ontem, o comício promovido pela U.D.N. no teatro 7 de Setembro. Falaram os oradores drs. M. Gerundo, Joaquim Luiz Osório, Vicente Russomano, Paulino de Melo Dutra e o ginasião Gilberto Oliveira Cardozo. O teatro apresentava numerosos lugares vagos, no entanto, desde cedo, havia nas imediações, grandes aglomerações de povo. OS PRIMEIROS PROTESTOS. Ao falar o primeiro orador, em linguagem violenta, partiram da platéia os primeiros gritos de protesto, saldos, principalmente, dos “queremistas”. Finalmente, o sr. Flores da Cunha encerrou a sessão, cêrca das 23 horas, quando os protestos tinham tomado enorme vulto, principalmente do lado de fora do teatro. PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELA POLÍCIA. As autoridades policiais pretenderam que o dr. Flores da Cunha deixasse o teatro pela porta dos fundos, a fim de evitar fatos sobre modo desagradáveis. No entanto, o dr. Flores da Cunha teimou em deixar o recinto pela porta central. Nessa ocasião, acompanhado dos paredros da U.D.N. recebeu uma estrepitosa e formidável vaia. A polícia procurou agir energicamente, sem cometer violências, no entanto, contra quem quer que seja. Da massa popular, já, então, animada de grande vibração e nervosismo, partiram várias pedras atingindo o próprio dr. Flores da Cunha, em pleno peito. O DR. FLORES DA CUNHA TENTA USAR O REVOLVÉR. Nessa ocasião, o dr. Flores da Cunha tentou fazer uso do revolvér, no que foi obstado por um oficial do Exército. Já,

então, se formava uma grande e compacta massa de povo na esquina das ruas Andradas e 20 de Fevereiro. PERDIDA A COMPARÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS. As autoridades policiais pediram, então a comparência do Corpo de Bombeiros, a fim de usar das mangueiras para dissolver a massa popular, cujo nervosismo parecia crescer. CHEGAM ELEMENTOS DA FORÇA FEDERAL. Como não chegassem os soldados do fôgo na impossibilidade da polícia conter o povo foi, então, pedida a presença de elementos da Fôrça Federal que conduziram o dr. Flores da Cunha ao Hotel Paris. Na manhã de hoje, o dr. Flores da Cunha, que quando Interventor sempre se negou a visitar Rio Grande, deixou a nossa cidade. (*Diário Popular*, 05/09/1945, p. 06).

O comício da UDN estava sendo noticiado a quase uma semanas pelo jornal *Rio Grande*, que mesmo antes do evento sempre deu destaque a figura de Flores da Cunha em outros momentos e não se furtava a divulgar notícias da UDN. Porém, com a passagem do comício, o jornal não divulgou nenhuma notícia sobre como teria sido o evento. Por outro lado, o *Diário Popular*, divulgou a matéria destacada acima e *O Tempo* se deteve a divulgar a versão dos trabalhadores.

Filtrando as motivações políticas de cada divulgação, o que houve foi um comício com um final mal sucedido, onde os oradores tiveram que ser conduzidos pelas autoridades devido ao grande número de descontentes que ocupavam a saída do teatro. Na versão do jornal *O Tempo*, não encontramos nenhum indicativo sobre a participação do público, ou que Flores da Cunha tivesse tentado sacar o revolver. Em contrapartida, aparecem outras informações não abordadas pelo *Diário*:

Em um ambiente de grande exaltação, realizou-se o comício da U.D.N., uma vez que os populares postados frente ao teatro 7 de Setembro, aos vivas a Getúlio Vargas e aos gritos a Waldemar Rippol, interrompiam a cada momento os oradores, criando um ambiente pesado, e que que a muito custo, e com muita habilidade, foi a ordem mantida pelas autoridades. A saída dos membros componentes do “Comício da U.D.N.” foi feita com garantias amplas das autoridades, que acompanharam os oradores até local seguro, mas sempre entre os apoucos da multidão. Diversos incidentes surgiram, dando motivos a correrias, e chegando mesmo a serem agredidos alguns dos adeptos do Dr. Flores da Cunha, entre eles um cidadão cujo nome evitamos citar, que ao se referir a um grupo de manifestantes de côr preta, os tratou de NEGROS NOJENTOS, como se esses negros não fossem brasileiros, e como se no BRASIL existisse, ou exista questão raciais. Os manifestantes empunhando uma Bandeira Brasileira e o retrato de GETULIO VARGAS, gritavam QUEREMOS GETULIO e por diversas vezes tentaram invadir o teatro o que não conseguiram tão somente, dada a intervenção enérgica das nossas autoridades. O comício de ontem, segundo conseguimos apurar, não foi um ato de repulsa ao candidato, da U.D.N. Major Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, e sim, contra os velhos políticos que o cercam, com os quais o público tem grande prevenção, e segundo palavras de um dos manifestantes,

deles o, “O POVO TEM A MARCA QUENTE”. Respeitamos a opinião de todas as correntes mas lamentamos as ocorrências, pois desejaríamos antes registrar a realização do comício em um ambiente de ordem, numa afirmação de eloquente e pura DEMOCRACIA. Entretanto, não podemos ocultar que um dos oradores foi o culpado pelo sucedido, uma vez que se referiu asperamente contra o Presidente GETULIO VARGAS, indiscutivelmente um ídolo do populacho, que já fez o seu canto cívico: a legenda, QUEREMOS GETULIO VARGAS. Impossibilitados de oferecer outras notas aos nossos leitores, dado a confusão que reinou durante a referida reunião política, nos limitamos a registrar aquilo que vimos, o que fazemos despidos de qualquer orientação partidária pois o ‘O TEMPO’, é um jornal independente, portanto sem cores políticas. (*O Tempo*, 04/09/1945, p. 01).

O jornal *O Tempo* também menciona o tumulto citado pelo *Diário Popular*, com a diferença que a hostilização dos *queremista* era direcionada não ao partido, nem ao candidato à presidência, mas aos oradores presentes na cidade, que segundo a reportagem do jornal provocaram a confusão na saída do teatro, pelos ataques que realizaram contra Vargas, sua obra, e por consequência aos *queremistas*, que teriam revidado. Fora isso, o jornal traz questões não mencionadas anteriormente: como os gritos a Waldemar Ripoll, jornalista que teria sido morto a mando de Flores da Cunha em 1934; as ofensas racistas direcionadas por um dos correligionários da UDN, provavelmente um dos oradores. O incidente em Bagé e o comício de Flores da Cunha em Rio Grande revelam um tensionamento entre os udenistas e populares com o povo assumindo uma posição de enfrentamento face as antigas lideranças regionais. A identificação da UDN com essas lideranças foi fator de enfraquecimento da candidatura de Eduardo Gomes na região Sul.

A cobertura do fato pelo *O Tempo* segue no dia 07 de setembro, onde o jornal reforça a posição contra Flores da Cunha, que segundo o autor, foi o pivô de todo o problema.

O Povo e os Políticos. [...] Nesta cidade, os Comunistas: Os Progressistas; e os Católicos já fizeram comícios, e os mesmos decorreram na melhor ordem possível, portanto, o povo do Rio Grande, não é Badernista, pois o que aconteceu com o sr. dr. Flores da Cunha, nesta cidade, aconteceu também em outras cidades do Estado, e lá não estavam os Riograndinos. A grande verdade é que o povo não tolera os políticos do passado, e portanto, os apodos foram para eles, e nunca para U.D.N. porque esta tem em seio homens da estirpe moral do Major Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, bem como elementos do seu núcleo local, todos eles dignos do nosso acatamento e da nossa estima. O sr. dr. Flóres da Cunha, não podia esperar muitas cortesias de um povo que sempre relegou a um plano de indiferença, pois ainda está em nossa memória a sua recusa para as festas do Centenário da

cidade, e o seu comparecimento a uma festa hípica no mesmo dia na cidade vizinha. Deverão surgir outros comícios. Os oradores que nos falam em linguagem elevada do programa político dos seus partidos, e nos falem claramente sobre a personalidade dos seus candidatos, e aí, hão de ver como os riograndinos, os escutarão com respeito, numa ambiente verdadeiramente democrático. Todos tem o mesmo direito, porque todos são brasileiros: Uns gostam de Luiz Carlos Prestes, outros do General Dutra ou do Brigadeiro Eduardo Gomes, mas a maioria gosta de Getúlio Vargas, respeitamos pois a Maioria, para que a Minoria possa também ser grande. Não somos quemistas, mas somos GETULISTAS, portanto repudiamos a desordem porque Getúlio Vargas já afirmou que garantirá a liberdade de todos, e que o Presidente Eleito será empossado. RUI BEVILAQUA. (*O Tempo*, 07/09/1945, p. 01).

Até aquele momento a manifestações políticas não haviam gerado enfrentamentos entre oposição e defensores de Vargas, apesar da retórica agressiva da oposição, como foi possível observar durante a campanha da anistia, os comícios não haviam chegado as vias de fato. Parece que a indignação causada pelos ataques contra Getúlio Vargas somaram-se indisposição da população contra as antigas elites representadas na figura de Flores da Cunha.

A folha menciona e é possível confirmar, que o acontecido com Flores da Cunha em Rio Grande não foi um fato isolado, reações semelhantes ocorreram em outras cidades, como no caso de Jaguarão<sup>71</sup>, onde teve o comício presidido por Flores da Cunha e Joaquim Luiz Osório foi interrompido por trabalhadores.

O articulista faz uma leitura atenta aos fatos e, até certo ponto, evitando tomar partido, o que não o impede de externar um ressentimento, que deve ter sido geral, em relação ao antigo interventor. Ao fim da nota, Bevilaqua, manifesta-se como um getulista, categoria mais ampla, capaz de incluir os quemistas e outros grupos, a maioria, que apoiava Vargas contra seus detratores.

Apesar dos problemas gerados pelo comício, a oposição resolveu se defender através de um manifesto lançado pela sua mocidade, cujo conteúdo não foi divulgado por nenhuma folha. Entretanto, a resposta a ele foi divulgado pelo *O Tempo*:

A “Ala Moça” da U.D.N., em nossa cidade, lançou um manifesto, “a população ordeira”. Manifesto esse, enquadrado na ordem do dia das ‘oposições’, ataque e mais ataque ao “quemismo”. Eu, como membro desta plêiade de brasileiros, que cientes de sua consciência democrática, fizeram ecoar, por

---

<sup>71</sup> “Interrompido, em Jaguarão o comício organizado pela UDN” (Diário Popular, 31/08/1945, p. 06).

esses céus do Brasil, o “queremos” símbolo da verdadeira democracia, onde sobe ao poder quem o povo QUER; não pude silenciar. Estas linhas, não são um ataque; mas sim uma defesa. Reconheço no candidato das oposições, um brasileiro digno deste nome e um homem cuja vida, toda ela, tem sido um exemplo de amor e patriotismo; mas também reconheço que, em torno de seu nome, se aglomeram velhos políticos, que se encontravam na letargia do comodismo; quando o Brasil passava por uma das épocas mais difíceis, de sua vida; e, agora, erguem-se para conglomerarem-se de salvadores da nacionalidade e outras perifrases que encham a boca deixando o coração vazio. Os seus intentos, longe de ficarem ai, vão mais além. Eles querem com sua falsa demagogia, destruir a grande obra do Presidente Vargas que, de a muito, já se impôs a consciência dos brasileiros, friso bem, em suspeitos. [...]. (*O Tempo*, 07/09/1945, p. 01).

A resposta ao manifesto, inicialmente, mostra que a reação da mocidade udenista foi colocar a culpa ou atacar os *queremistas* pelo ocorrido. Inclusive, em outro momento, o jornal havia divulgado que uma das versões levantadas apontava para uma ação premeditada dos populares, ou seja, o problema não teria ocorrido por causa do discurso da oposição e sim por motivação dos *queremistas* lá presentes.

Além disso, a matéria em discussão segue o mesmo padrão da anterior, atacando aos antigos caciques políticos com uma linguagem respeitosa ao candidato da oposição. Inclusive assumindo as qualidades do adversário apesar dos seus apoiadores, os políticos tradicionais. Contudo, isso abre espaço para questionamento sobre a presença de figuras da oligarquia política regional ao lado de Vargas. Lideranças tradicionais - como os Echeniques, os Duval, em Pelotas - teriam abandonado antigas práticas políticas? Acreditamos que não, mas a diferença reside na composição dessas elites com o governo varguista e seus posicionamentos em aceitar os avanços da legislação trabalhista por ele promovidos e que foram significativos do ponto de vista dos trabalhadores. Trata-se de uma aliança que não é orgânica, pelo contrário, a aproximação dos antigos caciques com a política varguista tem por objetivo manter seus privilégios quanto elite.

A resposta ao manifesto da mocidade udenista ressalta as diferenças entre os *queremistas* e os antigos caciques da oposição:

[...] E sobretudo, estudai bem os “queremistas” eles representam a nação agradecida ao seu presidente; eles sabem que “antes de 30 éramos um país fraco e dividido e hoje, somos uma nação forte, tratada de igual para igual no concerto das nações e também sabem que o autor desta formidanda obra é Getúlio D. Vargas. Ha dos que viviam à custa dos cofres públicos, e agora

querendo retornar as vantagens e gozos de outrora, se aproveitam do momento de confuso, por que passamos, para iludir o povo com propagandas tendenciosos e transformaram, esse mesmo povo, em degraus para galgarem o poder. E, finalmente, julgai, com imparcialidade, quem compõe a mais baixa escória; assista um comício “queremista” e um da “oposição”. Naquele vereis a propaganda convincente, o entusiasmo neste, vereis o ataque, o ódio o despeito. [...]. (*O Tempo*, 07/09/1945, p. 01).

Em boa parte dos discursos da situação, um dos recursos muito utilizados é a comparação com a situação política anterior a 1930, um contexto presente no *espaço de experiência* dos populares. Nessa dinâmica, a balança sempre era mais favorável aos *de dentro*, devido aos avanços sociais do período. Em contrapartida, não faltavam críticas aos *de fora*, como por exemplo: de querer viver do dinheiro público, serem demagogos, elitistas entre outras. Encerrando o trecho, o autor faz a comparação entre os dois comícios, onde removendo a paixão do autor, podemos afirmar que o da oposição, não só nessa região, sempre foi mais agressivo com tendências ao ódio, não tão distante do que vivenciamos na política atual.

Diversos foram os momentos de troca de farpas entre os *de dentro* e os *de fora*. Não só entre junho e setembro ocorreram ataques, mas em outros momentos também. A diferença, é que os casos trabalhados nesse capítulo foram os pontos altos da oposição. Acontecimentos polêmicos, como da missiva aparentemente falsa lançada pelo *Diário de Notícias*, ou o comício da UDN em Rio Grande, casos que viraram notícia nacional<sup>72</sup>.

Nesse período, os partidos revelam seu *modus* de fazer política, práticas como, por exemplo, publicar notícias fraudulentas, lobby político através da imprensa, subverter o discurso do adversário. Nada parecia passar despercebido ao olhar dos agentes envolvidos. Assim como os partidos, os jornais também foram partícipes dos embates políticos e partidários. Neste caso, podemos citar o caso do jornal *Rio Grande* omitindo-se a respeito do comício desastroso da UDN, após tê-lo divulgado com bastante fôlego; o *Diário Popular*, se mostrando indiferente a outras legendas a não ser no momento de criticá-las e *O Tempo* defendendo os *queremistas* e revelando de forma clara, em títulos de primeira página, o silenciamento do seu coirmão riograndino a respeito das ações pró-vargas.

---

<sup>72</sup> Sobre a falsa nota: “Como eles “arranjam” adesões” (*A Noite*, 05/06/1945, p.08); “Pedras ao Senhor Flores da Cunha e aplausos ao senhor Getúlio Vargas” (*A Noite*, 07/09/1945, p.06).

Também conseguimos observar, que a UDN não foi apenas um “saco de pancadas” dos governistas, da imprensa e dos populares, pelo contrário, reagia aos ataques a ela proferidos, prova disso, foi o manifesto de sua mocidade, distribuído pela cidade, contestado pela situação partidária e pelos *queremistas*. Por seu turno, os *queremistas* apareciam como um grupo autônomo que mantinha uma participação ativa nos acontecimentos políticos. Isso nos faz imaginar, apesar dos poucos registros existentes, que ataques e contra-ataques houveram em outras localidades mobilizando vários grupos políticos na região.

Para finalizar, não podemos deixar passar o registro dos usos do passado, do período varguista e do momento anterior, que foram utilizados de maneira prática e plástica, se moldando aos interesses dos agentes oferecendo subsídios para o embate político. Sem sombra de dúvida, essas movimentações também moldaram os grupos em disputa no *campo político* regional.

### 3.3 – DA DEPOSIÇÃO AO PLEITO: INSTANTES FINAIS DA CAMPANHA ELEITORAL (OUTUBRO – DEZEMBRO DE 1945)

O fim de outubro de 1945 ficou marcado pela deposição de Getúlio Vargas, realizada pelo alto comando do exército com o apoio de seus generais de confiança, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, seu candidato à sucessão pelo PSD. O episódio afastou o velho caudilho do centro político do país, além de o alijar da condução do processo de redemocratização.

Com pouco mais de um mês para as eleições, quais foram as reações dos agentes políticos envolvidos? Será que elas foram acentuadas pela saída de Getúlio da presidência e a aproximação do pleito? O objetivo desse capítulo é analisar as ações dos agentes políticos frente a nova realidade, atentando para o comportamento tanto dos *de dentro*, quanto dos *de fora*, perante ausência do maior referencial político daquele contexto e a proximidade do pleito.

Logo no início do mês de novembro, nos dias 04 e 06, o *Diário Popular* publica dois artigos sobre a posição do PSD gaúcho a respeito da conjuntura política.

Confirmada uma entrevista sensacional. Com a incitação por parte do sr. Getúlio Vargas da indicação do seu nome para figurar na chapa do Partido Social Democrático para o conselho federal confirma-se uma sensacional entrevista publicada há dias pelo “Diário Popular” na qual o dr. Protásio Vargas, destacada figura do Partido Social Democrático, declarava que provavelmente o dr. Getulio ser eleito conselheiro federal, tudo levando a crer que seria também presidente do conselho. Desta forma, no Conselho Federal eleito pelo PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO o sr. Getúlio vargas, o grande amigo dos trabalhadores e da mocidade ficara em situação de inspirar medidas que mantenham o país no ritmo da evolução social política e econômica. A notícia da aceitação por parte de Getúlio Vargas, na indicação do seu nome pelo Partido Social Democrático para figurar na chapa do conselho federal e das que se destinam a alcançar uma grande repercussão e ecoar de maneira a mais simpática possível. (*Diário Popular*, 04/11/1945, p. 08).

A entrevista referida na citação, é aquela do dia 24 de outubro, no qual analisamos um trecho no capítulo anterior, onde Protásio argumentava que os trabalhadores gaúchos não deveriam levar em conta o posicionamento do presidente sobre o ingresso dos *queremistas* no PTB. Naquela mesma oportunidade, o entrevistado deve ter comentado ao jornal que Getúlio concorreria para Senador pelo

PSD, o que realmente aconteceu. Porém, passado o dia 29 de outubro, dia em que Vargas foi afastado da presidência da República, o clima de conciliação entre o ex-presidente e o Partido Social Democrático não era mais o mesmo.

Após ter sido deposto pelo alto escalão das forças armadas, com o apoio principalmente de Dutra, Getúlio decidiu se afastar das eleições se exilando em sua fazenda em São Borja. No seu exílio poucas foram as declarações do antigo presidente, entre elas a de que ele só teria compromisso com um candidato, Walter Jobim, que concorria ao governo do Rio Grande do Sul<sup>73</sup>

Entretanto, surge uma notícia que confirma o improvável:

IMPORTANTE NOTA OFICIAL. GETÚLIO VARGAS JÁ NA PRESIDENCIA DO P.S.D. RIOGRANDENSE. Como não podia deixar de ser vem despertando a mais ampla repercussão em todo o país o apoio franco dado pelo sr. Getúlio Vargas já agora fora da presidência à candidatura do seu velho colaborador e amigo Eurico Gaspar Dutra, “O general da Vitória”, o organizador da gloriosa Fôrça Expedicionária Brasileira. [...] Esta comissão executiva DE ACORDO COM AQUELES ENTENDIMENTOS E A ORIENTAÇÃO QUE LHE FOI TRAÇADA PELO SEU EMÉRITO PRESIDENTE, deliberou, por unanimidade de votos de seus membros, recomendar a seus correligionários que observem o respeito as autoridades, que acatem a lei, preservem a paz com a unica preocupação dos supremos interesses da Pátria. Resolveu mais por igual unanimidade e pelos mesmo motivos manter e reafirmar todos os compromissos já assumidos pelo partido com a candidatura do eminente general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República e renovar a sua solidariedade ao ilustre dr. Valter Jobim, candidato ao governo do Estado. E pois, neste momento de graves apreensões a comissão apela para todos os rio-grandenses, para o povo glorioso do nosso Estado, afim de que prestigiem esta orientação que assegurará, COM A VITÓRIA DE SEUS EMINENTES CANDIDATOS A CONTINUAÇÃO DA OBRA IMORTAL DO GRANDE BRASILEIRO SR. GETÚLIO VARGAS. SOLIDARIEDADE POLÍTICA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO AO SR. GETÚLIO VARGAS. (*Diário Popular*, 06/11/1945, p. 08).

Entre os jornais analisados, fora o *Diário Popular*, nenhum outro mencionou qualquer apoio de Getúlio Vargas a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, muito menos no tom conciliatório colocado pelo jornal pelotense, o que corrobora com a versão

---

<sup>73</sup> “Não aceitarei em hipótese alguma a designação de meu nome seja para o que for” (Palavras do Dr. Getúlio Vargas) (*O Tempo*, 10/11/1945, p. 03)

apresentada por Jorge Ferreira, de que Vargas não havia se posicionado a respeito, pelo menos até o fim de novembro.

O *Diário* também começou a publicar a seguinte frase, como nota de rodapé, em letras garrafais caixa alta: “Palavras de GETULIO VARGAS ao enviado especial do “Correio do Povo” e Folha da Tarde”, em São Borja: “Posso lhe assegurar que o general GASPAR DUTRA merece o apoio de todos rio-grandenses”. No entanto, não encontramos nos trabalhos consultados esse posicionamento de Vargas, pelo contrário, encontramos negativas aos pedidos de apoio a Dutra<sup>74</sup>.

Mesmo assim, fomos atrás de outras fontes que pudessem esclarecer o estranho fato do jornal estar colocando o ex-presidente como apoiador do seu algoz. Através da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* examinamos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive fomos atrás daqueles consultados pelo Professor Ferreira, mas o resultado foi o mesmo, ou seja, nenhuma folha endossou a tese levantada pelo PSD e publicada pelo *Diário Popular*, mas endossaram a apresentada anteriormente, de que Getúlio Vargas não se manifestou até o final de novembro.

Por outro lado, não podemos negar o fato de que o ex-presidente era presidente de honra do partido no Rio Grande do Sul e que ele também concorreu ao senado pela mesma legenda. No entanto, isso não credencia o PSD a ponto de colocá-lo como apoiador daquele que o tirou do poder.

Isto não se trata apenas de uma tentativa de apropriação do *capital político* varguista, é uma tentativa de manutenção da unidade partidária, visto que se trata de um grupo dividido entre simpáticos a Vargas e simpáticos a Dutra.

Não obstante, acreditamos que divulgação forjada pelo PSD teve o apoio do *Diário Popular*, seu parceiro político no meio jornalístico. Pensando no âmbito regional, isso gera um fato político significativo, até porque o periódico pelotense possuía uma ramificação local, podendo ter gerado adesões a legenda.

---

<sup>74</sup> O trabalho de Oliveira (2008) sobre o PSD gaúcho, apresenta entre as páginas 159-160 uma série de fontes, entre elas cartas e registros jornalístico, inclusive do *Correio do Povo*, que comprovam a abstenção do ex-presidente Getúlio Vargas até o dia 28 de novembro, quando ele divulga seu posicionamento defendendo o programa de governo do PSD acima de nomes, quer dizer, acima de Eurico Gaspar Dutra, e a união entre o PSD e o PTB.

Na sequência dos fatos, os *queremistas* de Pelotas definiram seu posicionamento frente a conjuntura local:

FOMOS RECEBIDOS, E CONVEM FRISARMOS NÃO COMO CAUDATÁRIOS, MAS COMO ALIADOS POLITICOS, tanto assim que membros dos diretórios *queremistas* passarão a fazer parte dos diretórios do PSD. A uma pergunta do jornalista sobre si não havia um compromisso com o PTB, o chefe do *queremismo* gaúcho assim respondeu: - Compromisso formal entre o *queremismo* e qualquer corrente política nunca houve. Tanto o programa do PTB, como o programa do PSD atende perfeitamente as reivindicações dos trabalhadores. Ambos os programas em sua essência se confundem. Portanto, para nós, *queremistas* não nos interessa estar nessa ou naquela corrente política. Nunca fomos políticos e nunca andamos atrás de posições. O QUE NOS INTERESSA NESTE MOMENTO É OBEDECER A PALAVRA DE ORDEM DO PRESIDENTE VARGAS: APOIAR A CANDIDATURA DO GENERAL GASPAR DUTRA. (*Diário Popular*, 07/11/1945, p. 08).

A decisão dos *queremistas* pelotenses talvez seja o reflexo do lobby praticado pelo PSD, porque no quadro nacional, via de regra, os trabalhadores engajaram no PTB, ou se mantiveram neutros até o posicionamento de Vargas, ou até o episódio dos “marmiteiros”, quando uma declaração do Brigadeiro Eduardo Gomes foi manipulada, colocando o movimento *queremista* contra ele e a UDN. Outra possibilidade, que não pode ser descartada, é de que os trabalhadores eram independentes, apesar das indicações desse ou daquele partido ou líder. Eles tinham autonomia para apoiar quem eles bem entendessem. Todavia, a instalação tardia do PTB na região provavelmente contribuiu para a debandada para o PSD, reação que não se repetiu em Rio Grande, como visto no capítulo anterior.

Em Rio Grande, o PTB indicou em reunião seus candidatos municipais a deputação<sup>75</sup>. No mesmo dia, a UDN da cidade também segue pelo mesmo caminho,

---

<sup>75</sup> “O Comitê do Partido Trabalhista Brasileiro indicou três candidatos para Deputação Federal. Em reunião levada a efeito, ontem, em sua sede social, á rua 24 de Maio, esquina Gal. Vitorino, o P.T.B. indicou os seguintes cidadãos para os cargos de Deputado Federal: Dr. Luiz Emilio Léo, Arthur Itaqui Filho e Fernando Pantoja, entre os quais um deverá ser incluído na chapa do referido partido. Foi indicado também o nome do Major Izidio C. da Fonseca, que declinou da indicação, gésto este que foi bem recebido. Amanhã, seguirão para Porto Alegre, afim de tomar parte no Congresso do P.T.B. os senhores João Paula Ramos, Major Izidio Fonseca e drs. Emilio Léo e Fernando Pantoja”. (*O Tempo*, 09/11/1945, p. 01).

confirmando alguns nomes para concorrerem ao pleito<sup>76</sup>. Poucos dias após o jornal *O Tempo*, lança uma matéria sobre a divulgação da lista de candidatos do PSD:

O RIO GRANDE EXIGE. A publicação da chapa do P.S.D., que ontem divulgámos, onde não se encontrava um só nome de um dos filhos desta terra, provocou sérios comentários chegando até a ser afixada á frente da Praça Xavier Ferreira. E durante algumas horas, o povo, atraído pelo espocar dos foguetes, comentou o fato, lamentando a atitude assumida pela direção geral do referido partido, que relegou a cidade do Rio Grande a um plano inferior. E, agora, toma vulto a iniciativa de fazer chegar até á direção do P.S.D. um protesto solene, por tão injustificada atitude, e simultaneamente são lembrados os seguintes nomes para serem inclusos na referida chapa, sob a pena do referido partido ser derrotado fragorosamente nesta cidade. São os seguintes nomes que os partidários do P.S.D. apontam para deputação federal: Dr. Newton Azevedo, medico, moço culto, inteligente e que goza de estima em todas as camadas sociais: Dr. Roque Aita Junior, nosso ex-prefeito municipal, que, pelo muito que fez pelo Rio Grande, também desfruta de larga estima; Dr. Miguel Fernandes Moreíra, engenheiro competente e cidadão prestimoso, o Dr. Mario Werneck, outro médico de grande clientela e riograndino dos mais ilustres. Como se vê, o P.S.D. dispõe de elementos de alto valor e grande prestígio. Resta aproveitá-los, para que a cidade do Rio Grande, indiscutivelmente a mais importante do Estado, não fique sem uma voz sua na Câmara Federal. A postos, pois, riograndinos, porque o “O TEMPO”, jornal apolítico, está com as suas colunas abertas para todas as boas iniciativas em prol desta grande e acolhedora terra, tão detestada pela politicagem. (*O Tempo*, 14/11/1945, p. 01).

O manifesto publicado pelo jornal riograndino revela um erro estratégico do PSD, tendo em vista que se trata de um dos maiores colégios eleitorais do estado, onde o partido havia qualificado sujeitos como Roque Aita Junior, prefeito por 7 anos, e Miguel Fernandes Moreíra, presidente do partido no município, quer dizer, houve uma preocupação na formação de lideranças locais, mas esses quadros não estavam sendo aproveitados. Além disso, os outros partidos da cidade já haviam lançado suas indicações, o que aumentava a pressão sobre a legenda. A situação do PSD em Rio Grande, entre outros episódios já discutidos, revela as diferentes construções políticas dos municípios na região. Nesse caso, não podemos esquecer da dificuldade da

---

<sup>76</sup> “Quatro Riograndinos Indicados á Deputação Federal Pela U.D.N. A União Democrática Nacional acaba de lançar os respectivos candidatos ao parlamento nacional, no próximo pleito eleitoral de 2 de dezembro. Entre esses candidatos figuram quatro elementos riograndinos, que são os srs. Paulo[--], Adel Carvalho, dr. Bruno de Mendonça Lima e dr. Paulino de Mello Dutra, sendo que este, conquanto seja pernambucano, é pessoa radicada entre nós há muitos anos, gozando aqui do melhor conceito e simpatias, dados os seus atributos de médico preventivo e humanitário”. (*O Tempo*, 09/11/1945, p. 01).

instalação do partido no município, que dependeu do apoio de lideranças políticas importantes, como Oscar da Fontoura, para viabilizar a legenda.

Durante a mesma semana tivemos a renúncia dos prefeitos de Pelotas e Rio Grande, fato que se repetiu em outras cidades como um efeito dominó à saída de Getúlio Vargas da presidência da república<sup>77</sup>. Isso refletia o início de um recesso do sistema interventor pró-Vargas/partidário, que retornaria com a posse do próximo presidente, até que houvesse eleições estaduais e municipais. Nesse intervalo, o sistema foi controlado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente da República em exercício José Linhares, que nomeou os interventores estaduais e, por sua vez, nomearam os municipais. No dia 14 de novembro o jornal *Rio Grande*, publica Lei Constitucional nº 13, que transforma os senadores e deputados federais, eleitos no pleito de 02 de dezembro, em constituintes, acatando desse modo a Resolução 215 da OAB. Isso também extinguiu a possibilidade de eleições estaduais, um dos motivos pelos quais Getúlio Vargas foi afastado da presidência da república.

Não obstante, a disputa pelo capital simbólico varguista seguia ocorrendo na região. O PTB riograndino, assim como PSD pelotense, reivindicava a posição de representante da obra getulista.

Getúlio Vargas Fala Aos Trabalhadores Do Brasil. [...] “O Partido Trabalhista Brasileiro é o herdeiro e o continuador dos postulados da Revolução de 1930, que não pode ser interrompido nem pelo arbítrio nem pela violência. Não se pode estagnar no presente, diante dos interesses criados, nem recuar para o passado, o que seria um retrocesso. Essa revolução, que continua nas consciências, tem que ser prosseguida pelo P.T.B. que constitui o ideal de continuidade de nossa ação no tempo e na história, sem partir o elo de sua tradição. Trabalhadores do Brasil: eu deposito em vós a minha fé e a minha confiança e espero que a vossa organização nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro vos assegurará, num sistema democrático, a representação que tendes direito e que possais dirigir os destinos do Brasil, para um futuro de prosperidade e glória, de fraternidade e justiça. Assinado Getúlio Vargas”. (*O Tempo*, 17/11/1945. p. 01).

---

<sup>77</sup> “Renunciou o Dr. Silvio Echenique: Nunca fui postulante do cargo que, com honra, afinco e devotamento sem falta de modéstia, tenho a consciência, ocupei durante 19 árduos meses”. (*Diário Popular*, 13/11/1945, p. 08); “Deixou a prefeitura de Rio Grande, o Dr. Roque Aitra Jr” (*Diário Popular*, 14/11/1945, p. 06).

Provavelmente esse discurso tenha sido realizado antes da saída do presidente, nas oportunidades em que ele se encontrou com os *queremistas* no Rio de Janeiro. Assim, eles foram reaproveitados, fora de contexto, tanto pelo PSD, quanto pelo PTB. Apesar disso, existe nessa situação uma diferença tênue entre os dois usos, visto que Getúlio havia, nas suas últimas aparições, indicado aos trabalhadores que ingressassem no PTB e isso não mudou com sua deposição. Já o apoio a Dutra estava condicionado a sua lealdade, afetada após a deposição de Vargas, que conseqüentemente descredencia sua associação ao PSD e ao seu candidato à presidência.

Desse modo, as publicações realizadas pelos partidos políticos, ora apoiando, ora não, expressavam uma *luta de representações* travada através da imprensa, de modo a influenciar a opinião pública procurando capitalizar ao seu favor a credibilidade do ex-presidente.

Em Pelotas, foram:

Homenageados, ontem, os professores da Faculdade de Direito que integram chapas de Partidos as próximas eleições: concedido o diploma de professor honorário ao Dr. Pedro Vergara, [...] escritor e nome conhecido em Pelotas e Antero Moreira Leivas advogado pelotense, candidatos do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO à Câmara Federal, e drs. Bruno Lima, Joaquim Luiz Osório e José Pereira Lima, candidatos da UDN. A homenagem, como é natural, não se revestiu de cores políticas. Oferecendo o banquete, fez uso da palavra o acadêmico Mario Seixas Aurvalle, agradecendo, em nome dos homenageados, o dr. Bruno Lima, diretor da Faculdade de Direito. (*Diário Popular*, 22/11/1945, p. 08).

A homenagem realizada deixa claro o envolvimento da Faculdade de Direito de Pelotas com os acontecimentos políticos da cidade, visto que não é um acontecimento isolado da participação de seus integrantes no processo. É válido lembrar, que Bruno de Mendonça Lima, diretor da instituição, participou de todos movimentos realizados durante a reabertura política, mesmo antes do decreto lei de 28 de fevereiro que confirmava oficialmente as eleições. Ao seu lado, apontamos em outros momentos, a participação de alunos da instituição e professores como Joaquim Luiz Osório e José Pereira Lima.

Do outro lado, também houve representantes do PSD ligados a faculdade, como Joaquim Duval e um membro do Grêmio Jurídico da Faculdade de Direito. Assim, a Faculdade de Direito pelotense foi um núcleo de atuação política de onde

sairão diversos atores do processo. A faculdade que já havia projetado as principais lideranças udenistas na região, também lança candidatos pessedistas que disputaram o pleito.

Ainda sobre a divulgação da homenagem, é possível verificar que o *Diário Popular* confere ao PSD um destaque tipográfico diferenciado, com o nome do partido escrito por extenso em caixa alta, o que denota a preferência por essa corrente partidária.

No mesmo dia o *Diário Popular* (22/11/1945, p. 08) divulga o seguinte título: “Convidados destacados nomes do cenário político gaúcho para participarem do comício de sábado”, um comício do Partido Social Democrático que chama atenção pela sua organização, por ser um comício que promete reunir nomes de destaque do partido, como o ex-ministro Souza Costa, Pedro Vergara, conhecido advogado e escritor da região, mas que no momento representava o partido estadualmente, e a presença da alta representação local. Fora a estrutura humana, a reportagem destacava que o evento seria transmitido pelas rádios locais.

Para o dia seguinte estava programado na cidade de Rio Grande um comício pessedista, no qual compareceria uma caravana da cidade Pelotas, contando com Pedro Vergara e Antero Leivas, destacados candidatos do Partido a Câmara Federal.

Em contra partida, é divulgado pelos jornais riograndinos um convite para o comício da oposição<sup>78</sup>, que chama a atenção pelos segmentos sociais destacados:

---

<sup>78</sup> Convite. Grandioso comício pró-candidatura do ínclito Brigadeiro Eduardo Gomes. Realizando-se, amanhã, sábado, as 20 horas, na Praça Xavier Ferreira, o grandioso comício PRÓ-CANDIDATURA DO INCLITO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES á suprema magistratura da nação, temos a honra de convidar, para que compareçam ao mesmo, ás dignas autoridades civis e militares, ás classes conservadoras, ás associações de classes, os diretórios dos partidos organizados, ás ordens religiosas, o clero, bem como o brioso dessa terra, numa demonstração de sadia cultura política e bem compreendida democracia. Especialmente convidados, comparecerão a esse memorável comício, fazendo uso da palavra, os Srs. Drs. Joaquim Luiz Osorio, João Carlos Machado, Bruno de Mendonça Lima, Adel Carvalho, Dario Brossard, Galeno Pianta, Vitor Britto Velho, Coronel Guarany Frota, Francisco Maciel Junior, Galeno Velhinho de Lacerda e Paulo Rache. Desta cidade, falarão o conhecido tribuno Dr. Guilherme Schultze Filho, a gentil senhorinha Maria Cramer e o estudante Gilberto Marcos Centeno Cardoso. Desde já agradecem á comparência a essa jornada cívica, propugnadora de redemocratização do País, pela moralização dos costumes. Rio Grande, 23 de novembro de 1945. União Democrática Nacional; Partido Republicano Rio-Grandense; Partido Libertador; Partido Republicano Liberal; Esquerda Democrática; Elementos sem filiação partidária. (*Rio Grande*, 23/11/1945, p. 02).

[...] ás dignas autoridades civis e militares, ás classes conservadoras, ás associações de classes, os diretórios dos partidos organizados, ás ordens religiosas, o clero, bem como o brioso (valentes) dessa terra, numa demonstração de sadia cultura política e bem compreendida democracia. Grifos nossos.

Retorna aos enunciados udenistas elementos que caracterizam seu perfil elitista e conservador, afastado dos segmento populares, anexados em seu discurso a reboque, se consideramos o convite as “associações de classe”. Vale destacar, a numerosa comitiva de fora da cidade convidada para o evento e a participação de dois elementos da Esquerda Democrática, que estavam no MDP de Pelotas e Rio Grande, respectivamente Bruno de Mendonça Lima e Guilherme Schultz Filho. A chamada coloca o evento como um espaço de “redemocratização do País, pela moralização dos costumes”, um posicionamento que pressupõe algo irregular na trama social. Isso certamente remete e busca contornar o estranhamento existente entre os udenistas e as classes populares, os “valentes”, que nesse momento estavam participando ativamente do jogo político.

No dia 25 de novembro, o vespertino pelotense publicou a repercussão do comício pessedista na cidade, relatando a presença de figuras políticas importantes, como o ex-prefeito Silvio da Cunha Echenique e seu vice Joaquim Duval; o ex-ministro da Fazenda Arthur Souza Costa e o secretário regional da Aliança Fernando C. Couto, além de convidados da cidade vizinha de Rio Grande. Apesar dos esforços, e a divulgação realizada, sua repercussão do evento foi modesta, ficando reservada as páginas internas do jornal.

Enquanto ocorria em Pelotas o comício pessedista, Rio Grande assistia o comício da oposição<sup>79</sup>, com presença de membros da UDN, ED, Partido Libertador,

---

<sup>79</sup> A União Democrática Nacional e as demais correntes políticas que apoiam a candidatura do major brigadeiro Eduardo Gomes, promoveram um comício sábado, na praça Xavier Ferreira m propaganda da aludida candidatura e das de senadores e deputados federais, cujos nomes já foram divulgados. No palanque armado face á rua Marquez de Caxias se encontravam o dr. Paulino de Mello Dutra, presidente e demais membros do diretório local da U.D.N., da Ala Feminina, do Partido Libertador e os candidatos á Câmara Federal nossos conterrâneos Adel Carvalho e dr. Bruno de Mendonça Lima e os também candidatos drs. João Carlos Machado, Carlos de Britto Velho, Dario Brossard e Galeno Pianca. Perante vultuosa assistência e acompanhada pela banda de música da Brigada Militar, a Ala iniciou o comício entoando o hino ao Brigadeiro. Fizeram o uso da palavra, além das pessoas referidas a senhora Maria Cramer, os drs. Guilherme Schultz Filho, Alcides Galardo de Mendonça Lima, Galeno Velhinho de Lacerda, secretário da junta estadual da LEC., e o estudante Gilberto Centeno Cardoso. Os oradores foram fartamente aplaudidos e o comício foi irradiado. (*Rio Grande*, 26/11/1945, p. 02).

Ala Feminina da UDN e representantes da junta estadual da LEC, esse fato, provavelmente, revele a existência de uma aproximação entre as duas entidades. No mesmo espaço, o periódico também publica uma nota sobre o comício do PSD, realizado um dia após<sup>80</sup>. O evento pessedista contou com a presença de uma comitiva de Pelotas, assim como na cidade vizinha houve discurso do presidente do diretório e a presença de candidatos a deputação federal.

Ainda, a publicação das duas matérias permitem observar semelhanças e distanciamentos entre os eventos e a conjuntura política. Enquanto o comício da oposição era composta por uma união entre agremiações, os representantes da situação não realizavam esse tipo de parceria, mantendo-se PSD e PTB nos seus espaços. A estrutura das duas reuniões também foi semelhante, com oradores, bandas musicais e transmissão via rádio. Fora isso, o *Rio Grande* oferece as legendas o mesmo destaque, sem distinções tipográficas.

Ao contrário do jornal *Rio Grande*, a outra folha riograndina, *O Tempo*, a partir da instalação do PTB riograndino passa a conceder maior ênfase aos trabalhistas, destacando seus pensamentos e ações no município, como na chamada que apresenta sua chapa para as eleições do dia 02 dezembro:

Trabalhadores, Das Fabricas, Dos Campos, Dos Escritórios e do Comercio: ANTES de 1930, os nossos patrões nos jogavam na rua quando estávamos velhos ou doentes. ANTES de 1930, não tínhamos Salário Mínimo. ANTES de 1930, não tínhamos direito a aposentadoria. ANTES de 1930, nossas mulheres não tinham direito ao auxílio para o parto com o pagamento de 21 dias de salário. ANTES de 1930, não tínhamos a “Lei dos Dois Terços”. ANTES de 1930, não tínhamos a Lei de Nacionalização e, assim, os nossos marinheiros eram eternamente marinheiros, e hoje eles comandam os nossos vapores. ANTES de 1930, não tínhamos as Caixas de Aposentadorias. ANTES de 1930, não tínhamos “Seguros contra Acidentes”.

---

<sup>80</sup> Ontem, domingo, também á praça Xavier Ferreira, o Partido Social Democrático realizou um comício em propaganda da candidatura do Gal. Eurico Gaspar Dutra, estando presentes ao mesmo convidados especiais o sr. Arthur de Souza Costa, ex-ministro da fazenda e drs. Pedro Vergara, jornalista e Antero Moreira Leivas, advogados, todos candidatos do P.S.D. a deputação federal. O comício, que teve lugar perante uma numerosa assistência, foi iniciado com o Hino Nacional, executado pela banda musical “Gioachino Rossini” e cantado pelos presentes. Os candidatos referidos que se encontravam no palanque colocado enfrente á rua Marquez e Caxias, rodeados dos membros do diretório local do P.S.D. com o seu presidente nosso conterrâneo dr. Miguel Moreira, fizeram uso da palavra e foram muito aplaudidos. Discursaram ainda, recebendo os mesmos aplausos, os também nossos conterrâneos dr. Mario Werneck ,vice-presidente do aludido diretório, Carlos Santos, Antonio Vasconcellos Marques, Wadi Salomão e Henrique Pires, componentes do mesmo diretório. O comício foi irradiado. (*Rio Grande*, 26/11/1945, p. 02).

ANTES de 1930, nossas reivindicações operárias eram caso de polícia [...].  
(*O Tempo*, 25/11/1945, p. 01).

O texto recorre a um exercício reflexivo que coloca seu leitor entre dois espaços de experiência distintos, aquele anterior a 1930, no qual havia uma carência grande de leis que regulamentassem o trabalho e o pós trinta, que mostra os ganhos legislativos dos trabalhadores. Esses dois tempos relacionados permitem vislumbrar a compreensão histórica daquela legenda sobre o que estava em disputa naquele momento é utilizada como argumento na arregimentação de eleitores. Na sequência, o texto traz o seguinte posicionamento:

Hoje, temos tudo, e até o direito de organizar um partido trabalhista, dirigido por trabalhadores e que, na Câmara e no Senado, será representado e defendido por trabalhadores das fabricas, dos campos, do comercio e dos escritórios. A chapa do Partido Trabalhista – tem: 2 Ferroviários; 6 Industriários; 6 Profissionais liberais; 2 Comerciais; 1 Industrial; 1 Ruralista; 1 Criador; 1 Bancário; 1 Funcionário Federal. GETULIO VARGAS foi quem nos deu tudo isto. Demos lhe agora o nosso voto, como prova de gratidão e, assim, estaremos certos de que as nossas conquistas estarão asseguradas. Operários de Rio Grande: A vós cabe uma grande responsabilidade na eleição de GETULIO VARGAS, pois ele cercou os vossos filhos de todo conforto nos campos da Europa. Cumpri, pois, com o vosso dever, votando e mandando votar em GETULIO VARGAS [...].

Apesar do seu pouco tempo de inserção na arena política, o PTB dá sinais de uma proximidade maior com as classes trabalhadoras. Não apenas pela representatividade apresentada<sup>81</sup>, mas pelo discurso mais afinado entre os populares, direcionando-se diretamente aos “trabalhadores” – expressão forjada pelo governo

---

<sup>81</sup> Na continuação da notícia é apresentada a chapa do PTB: “[...] Eis os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro ao Parlamento Nacional: Senado Federal – O Partido Trabalhista Brasileiro não terá chapa com legenda própria, muito embora tenha registrado o nome do Dr. Getúlio Dorneles Vargas. Desta forma, recomenda que sejam sufragados os nomes dos ilustres brasileiros e rio grandenses; GETULIO VARGAS; ERNESTO DORNELLES. CAMARA DOS DEPUTADOS: Getúlio Dorneles Vargas PTB - prof. Liberal; Sylvio Umberto Ulderico Sanson PTB - industrial; Anibal di Primio Beck USB - industrial; Alvaro Soares Telles PTB - comerciante; Arthur Fischer USB - ruralista; João Augusto Rodrigues PTB - prof. Liberal; Antonio Carlos Telles de Macedo USB - ferroviário; Edmundo João Bertoldi PTB - industrial; Marcinio Jardim da Silva PTB - bancário; Celso da Cunha Fiori PTB - prof. Liberal; Odilio Martins de Araujo PTB -func. Federal; Nabor Salgado USB - criador; Albino Hillebrand PTB - industrial; Wolfran Abreu de Oliveira Filho PTB - industrial; Luiz Emilio Léo PTB - prof. Liberal; Rudy Alipio Matte PTB - comerciante; Paulo Costa da Silva Couto PTB - prof. Liberal; Sadi Goulart Guedes PTB- industrial; Odilon de Lima Borba PTB - prof. Liberal; Paulo Emilio Nunes Garcia PTB - prof. Liberal; Manoel Mac-Mahen Pontes PTB - ferroviário.” (*O Tempo*, 25/11/1945, p. 01). Entre os nomes citados, encontramos Luiz Emilio Léo, agente político da cidade de Rio Grande, que passou pelos movimentos da Anistia e Queremista, ingressando por último no PTB.

Getúlio Vargas – e preocupado com a manutenção das conquistas trabalhistas, assunto que gerava insegurança entre os trabalhadores frente o futuro político do país.

Além disto, havia um movimento emancipatório do trabalhador através da política, como sugere a imagem abaixo:

FIGURA 07 – Propaganda do PTB e PSD no jornal *O Tempo*.



Fonte: *O Tempo*, 10/11/1945, p. 02

A imagem representa um trabalhador metalúrgico exercendo um dos trabalhos mais pesados e insalubres de sua profissão. A descrição da imagem relaciona o ato de forjar – dar forma, moldar – a possibilidade que o operário terá alistando-se ao partido de mudar seu futuro. Também trata-se de convite a emancipação do operário,

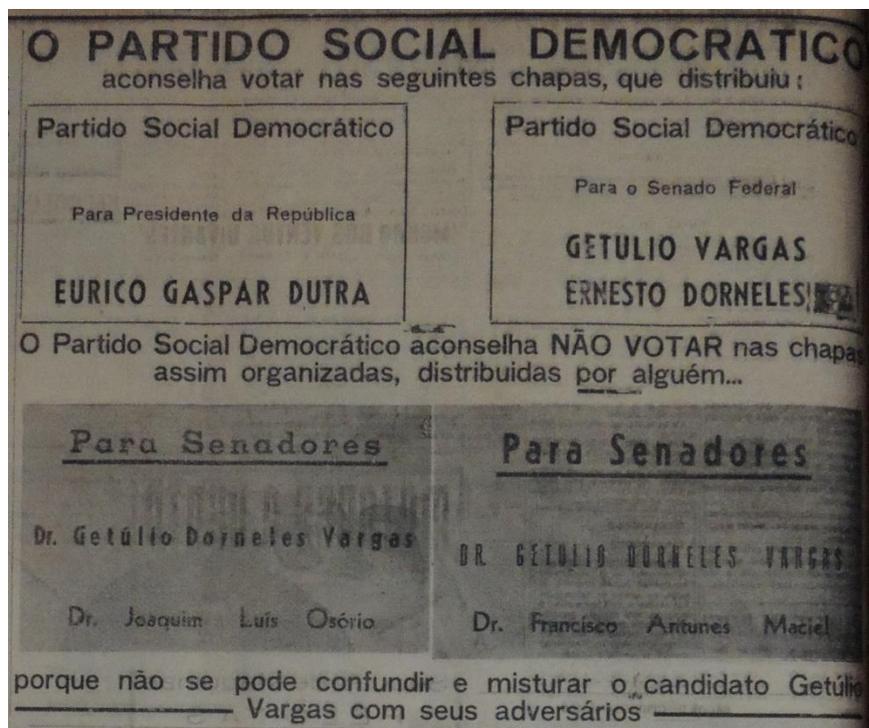
que nesse momento passa a ter possibilidade de ingressar nas disputas políticas. Essa representação é significativa na medida que utiliza de elementos da realidade do trabalhador, sobretudo industrial, na construção de seu significado. Fora essas questões, o periódico divulga na mesma página uma propaganda a favor de Eurico Gaspar Dutra para presidência, e subscreve “Publicidade do P.S.D”, talvez, se isentando da responsabilidade.

Nos últimos dias da campanha, alguns partidos se preocuparam em informar aos eleitores os ritos do novo processo eleitoral. O PSD pelotense publicou no *Diário Popular* o “passo a passo” de como o eleitor deveria proceder no dia da votação<sup>82</sup>. A nota também informava uma lista de candidatos e suas profissões, numa intenção clara de induzir o leitor a votar no partido. Naquele pleito os eleitores poderiam levar de casa ou adquiridas em um comitê partidário suas cédulas. Isso possibilitava aos partidos estratégias fraudulentas para enganar os eleitores, como as denunciadas pelos pessedistas pelotenses:

---

<sup>82</sup> Segue a matéria publica pelo jorna: “COMO VOTAR: A sobrecarta autenticada e fornecida pelo presidente da mesa eleitoral deverá ser fechada pelo eleitor na cabine indevassável e contar cédulas: 1ª Cédula – Para presidente da República: EURICO GASPAS DUTRA. 2ª Cédula – Para senadores: GETÚLIO DORNELES VARGAS E ERNESTO DORNELES. 3ª Cédula – Para a Câmara Federal: Um dos nomes dos candidatos abaixo indicados, a escolha do eleitor e encimado pela legenda PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. A sobrecarta em questão, depois de colocadas as três cédulas, dentro da cabine indevassável, será colocada na urna. É oportuno esclarecer que para a Câmara Federal o voto é proporcional e sobretudo PARTIDÁRIO, e a indicação de um único nome tem a finalidade de determinar a preferência do eleitor por um candidato, sobre os demais da mesma chapa. AS CÉDULAS PODERÃO SER LEVADAS DE CASA OU ENCONTRADAS NA CABINE INDEVASSÁVEL. Na sede do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, à rua 15 de novembro, altos do Café Lamego, encontra-se a disposição dos correligionários as cédulas e as relações das mesas eleitorais. CANDIDATOS DO PSD À CÂMARA FEDERAL. Para a Câmara dos Deputados é a seguinte chapa do Partido Social Democrático: ADROALDO MESQUITA DA COSTA – Advogado; ANTERO MOREIRA LEIVAS – Advogado; ANTONIO BITTENCOURT DE AZAMBUJA – Advogado; ARISTÓTELES BAYARD LUCAS DE LIMA – Médico Militar; ARTHUR DE SOUZA COSTA – Banqueiro; DAMASO ROCHA – Jornalista; DANIEL FARACO – Bancário; DARCY GROSS – Comerciante; ELOY JOSÉ DA ROCHA – Professor; FAUSTO DE FREITAS E CASTRO – Advogado; GASTON ENGLERT – Comerciante; GLYCERIO ALVES – Advogado e Ruralista; HEROPHILO AZAMBUJA – Advogado; JOÃO BATISTA LUZARDO – Ruralista; JOÃO NEVES DA FONTOURA – Advogado; JOSÉ DIOGO BROCHADO DA ROCHA – Militar e Engenheiro; LUIZ MERCIO TEIXEIRA – Médico; MANOEL DUARTE – Ruralista; NICOLAU DE ARAUJO VERGUEIRO – Médico; OSVALDO VERGARA – Advogado; PEDRO VERGARA – Advogado e Escritor; THEODOMIRO PORTO DA FONSECA – Funcionário Público. PELOTENSES: Para as urnas e para a Vitória, para que os destinos do Brasil pertençam apenas ao seu Povo.”. (*Diário Popular*, 22/11/1945, p. 08).

FIGURA 08 – Cédulas de votação indicadas pelo PSD e as distribuídas pela “oposição”.



Fonte: *Diário Popular*, 01/12/1945, p. 02

As cédulas de votação distribuídas, muito provavelmente pela oposição, colocam Getúlio Vargas como cabeça de chapa para senatoria e a segunda posição um do seus adversários, algo que não é incomum na política. No entanto, em sua denuncia o PSD aconselhava a “não votar” nessa combinação, pois não se “podia confundir e misturar o candidato Getúlio Vargas com seus adversários”. As novas eleições e seus critérios de sigilo do eleitor a respeito do seu voto comprovavam que as eleições da República Velha realmente haviam ficado para trás. Por outro lado, a cédula confeccionada pela oposição mostra que o sujeitos buscaram maneiras de tirar proveito das brechas existentes na lei eleitoral, como a utilização de cédulas produzidas por terceiros.

Faltando 72 horas para o pleito, o *Diário Popular* (29/11/1945, p. 08) divulga um quadro com o posicionamento oficial de Getúlio Vargas sobre a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, em poucas palavras o ex-presidente coloca: “Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória. Votai em EURICO GASPAS DUTRA, ele merece nossos sufrágios”. No dia das eleições os jornais destacaram o evento e os

candidatos nas suas primeiras páginas, sendo que o *Diário Popular* só fez propaganda do PSD.

No dia seguinte as eleições o jornal *Rio Grande* divulga a cobertura do pleito no município<sup>83</sup>, informando que o processo havia tramitado regularmente. Os resultados oficiais só seriam conhecidos em janeiro de 1946.

Durante o mês de novembro de 1945 assistimos os instantes finais do processo eleitoral daquele ano. Encerrava-se uma etapa inédita da vida política brasileira. Como se não bastasse, a deposição de Getúlio Vargas da presidência mudava, para alguns agentes, o cenário político.

De fato, após a saída do presidente é possível observar um acirramento da disputa eleitoral, onde o maior afetado foi o PSD. Consequentemente, o partido passou a buscar alternativa para a vacância de Vargas. Na região sul, mais especificamente em Pelotas, uma das saídas encontradas foi afirmar categoricamente que a legenda contava com o apoio do ex-presidente, algo que não foi confirmado nem pela historiografia, nem por outras fontes da época.

Paralelamente, o PTB começava a mostrar sua cara na região, com uma linguagem mais próxima aos trabalhadores, os trabalhistas disputavam eleitores e filiados preferencialmente nos mesmos espaços do PSD, com a diferença de que, para sua legenda, o *capital simbólico* varguista era uma herança natural, nenhum pouco afetada pela deposição do ex-presidente.

---

<sup>83</sup> As Eleições de Ontem. Conforme anunciado, realizou-se ontem em todo o País o pleito eleitoral para a escolha do futuro Presidente da República e dos membros que constituirão o Senado Federal e a Câmara dos deputados. Nesta cidade o importante movimento político transcorreu num ambiente de grande animação, interesse e ordem, sendo extraordinário o movimento verificado durante todo o dia e até altas horas da noite, nas várias seções espalhadas pela cidade e interior do Município. Presidida, como de direito, pelo sr. dr. Arcádio Leal, titular da Comarca e Juiz Eleitoral, a eleição foi realizada em 60 seções, em que se dividiu a 37ª zona eleitoral formada pelo Município de Rio Grande. Concluídos os trabalhos de votação as respectivas urnas foram transportadas para o edifício do Fórum e ali entregues ao Juiz Eleitoral. As urnas do interior estão sendo remetidas pelo Correio estando já quase todas em poder da autoridade eleitoral competente. Instalou-se hoje às 8,30 horas a Junta Eleitoral sob a presidência do sr. dr. Arcadio Leal, que a dividiu em duas turmas; a primeira composta dos srs. drs. Aluizio Vaz Dias, membro, Carneiro Junior, escrutinador e sr. Porfirio da Silva Braga, secretário; a segunda integrada pelos srs. drs. Jorge da Cunha Amaral, membro, e Antonio Teixeira, escrutinador e sr. Ayres dos Santos Souza, secretário. Suplente de escrutinador sr. dr. Dirceu Peres. A Junta funcionará das 8,30 às 12 horas e das 14 às 17 horas. No recinto é permitida a entrada de um delegado de cada Partido, sendo públicas as sessões. (*Rio Grande*, 03/12/1945. p. 02).

## CONCLUSÃO

Nesse momento de fecho da dissertação gostaríamos de apresentar algumas considerações sobre o conjunto de nosso trabalho. Logicamente, dentro dos limites possíveis da análise das fontes em um tema desafiador como esse que nos propomos. Destacamos de pronto a questão da diversidade regional na tessitura dos partidos políticos. O arranjo de forças moldou-se de forma a abarcar os grupos estabelecidos ou em formação – caso dos trabalhistas por exemplo. Isso demonstra emergência de uma organização política que se diferencia do que havia no contexto estadual e nacional. Dessa forma, a pesquisa em tela, constitui-se em uma primeira aproximação na compreensão da complexa estruturação política que se manteve no extremo sul do estado gaúcho até, pelo menos, 1964.

Um diferencial do nosso trabalho consistiu na análise aprofundada, em nível regional, desse importante momento histórico; como o mesmo se desenvolveu e consubstanciou-se, percebendo a emergência de agentes políticos que – posteriormente – iriam projetar-se no âmbito local e estadual. Assim 1945 edificou-se como um divisor de águas na conjuntura ampliada do universo político brasileiro.

Abaixo apresentamos alguns dados estatísticos das eleições de 1945, na região<sup>84</sup>, que a nossa pesquisa corrobora e auxilia na compreensão. O que também vai ao encontro do que aponta René Rémond (2003), quando destaca que não basta saber o resultado do processo para compreendê-lo, visto que o dados não desvelam em minúcias os enfrentamentos que ocorreram na arena política e suas implicações no tecido social.

No Rio Grande do Sul, assim como âmbito nacional, Eurico Gaspar Dutra foi o mais votado para presidente, com 74% dos votos, contra 18% de Eduardo Gomes seguido por Yedo Fiúza com 8%. Para Senador foram eleitos Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles que somaram em torno de 78% dos votos, contra pouco mais de 18% do candidato udenista Joaquim Luiz Osório, que ocupou o terceiro lugar. Para Deputado

---

<sup>84</sup> Os dados estatísticos que serão utilizados foram extraídos da obra: NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Helgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul -1823/2002**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Federal o PSD ficou com 17 das 21 cadeiras estipuladas pelo código eleitoral, restando para os outros partidos 4 cadeiras, 2 com a UDN/PL, 1 para o PTB, que elegeu Getúlio Vargas outra para o PCB.

Como referido, entretanto, esses resultados sozinhos não explicam o que foi a reabertura e o pleito de 1945. Trata-se de um marco na história político-cultural do país. Mesmo que a legislação eleitoral limitasse a participação de boa parte de brasileiros, restringindo o voto dos analfabetos, que representavam em torno de 50% da população, o pleito proporcionou um avanço com a inclusão das camadas populares no debate político e na instituição da Justiça Eleitoral, que garantiu uma maior lisura aos tramites eleitorais. De fato, a nova instituição eleitoral conseguiu superar os problemas da descentralização política, com a criação de partidos nacionais, enfraquecendo as organizações políticas regionais e com isso superou também as fraudes que ocorriam durante a República Velha. Todos esses avanços passavam pelo governo de Getúlio Vargas.

Por outro lado, o mesmo governo gerou uma estrutura de interventorias que o beneficiou durante a organização partidária, como foi possível observar no capítulo 02. Essa, talvez, seja a principal resposta ao predomínio pessedista em 75 das 77 juntas eleitorais gaúchas, sendo ultrapassado pela oposição, UDN, em apenas 2 juntas. Embora ocupando o segundo lugar no pleito para presidente, a UDN não logrou afirmar-se enquanto um partido de massas. Além da grande distância entre Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, registre-se ainda o fato de que a UDN elegeu apenas um deputado federal no Rio Grande do Sul. Desbancada pelo PSD, a oposição ainda via-se acossada pelo avanço dos partidos de esquerda enfrentando um adversário que a desbancou em 10 juntas eleitorais, entre elas a de Rio Grande, que foi o PCB. Os comunistas conquistaram a segunda posição nas juntas eleitorais da grande Porto Alegre, num total de 07, e as outras 03 conquistadas no interior, sendo 2 em Santa Maria e 1 em Rio Grande. Sobre a região metropolitana alguns fatores podem ter levado a esse resultado, como a concentração de operários e de lideranças do partido, que como mostra Martins (2007), mantiveram uma militância ativa na capital.

Quanto a Santa Maria, não temos como supor nenhuma possibilidade, deixando em aberto a pergunta para investigações futuras. Porém, sobre Rio Grande, podemos levantar alguns motivos que levaram a esse resultado, como: a significativa organização do Partido Comunista na cidade e os incidentes que ocorreram com a

UDN, onde lideranças da legenda foram hostilizadas por populares que não concordavam com sua retórica ofensiva. Emergem dois desdobramentos importantes. Primeiro, entendemos que a forte organização do PCB, confirmada através da votação, é consequência de uma tradição operária igualmente forte na cidade. Segundo, a hostilização não é o ponto inicial, nem o final do descontentamento dos eleitores riograndinos com a UDN, talvez seja o ponto alto de uma relação de desafeto entre populares e a oligarquia regional o que ganhou expressão no resultado das urnas.

Na votação para senadores, os riograndinos mantiveram a dobradinha PSD-PCB. Já os pelotenses repetiram a dobradinha presidencial, PSD-UDN(PL)<sup>85</sup>, não concedendo maior quantidade de votos ao candidato da cidade a senatoria, Joaquim Luiz Osório, fato que chama a atenção por se tratar do maior líder opositor na região, candidato a um cargo importante, que não conseguiu conquistar os votos de seus próprios conterrâneos.

Uma reflexão complementar consiste na manutenção do bipartidarismo no Rio Grande do Sul, em outros moldes que os da República Velha, mas presente de forma efetiva. Tanto no enfrentamento PSD versus UDN em 1945, como posteriormente na disputa PTB versus PSD. Logicamente, percebemos a necessidade de mais pesquisas para ampliar a leitura desse processo no interior do Estado Sulino.

Sobre a legenda que recebeu mais votos para deputados na região, temos a preferência pelo PSD, com uma média de 60% dos votos. A UDN manteve o segundo lugar entre os deputados, em cidades como Piratini, Canguçu e São Lourenço do Sul. Em Rio Grande e Pelotas o segundo lugar foi do PCB, que conseguiu praticamente o dobro da porcentagem dos udenistas. Isso mostra que o voto não era necessariamente partidário, mas que os eleitores davam preferência aos candidatos, ou seja, pessoas podem ter votado em Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes e num deputado do PCB, por exemplo, visto que não existe um padrão. Se houvesse, Pelotas teria como segundo colocado para deputado a UDN e não PCB.

Logo, o exame breve dos resultados eleitorais, comparados com o exame do processo político, nos permite entender quais foram os caminhos percorridos que resultaram nesses números. Afinal, porque o PSD obteve a um saldo tão positivo na

---

<sup>85</sup> Joaquim Luiz Osório concorreu pelo Partido Libertador, que estava numa frente única com a UDN.

região sul? Ou porque a UDN não conseguiu figurar nem como segunda legenda mais votada em várias localidades? Como isso dialoga com a realidade, com o dia-a-dia da reabertura? Acreditamos que, a partir do que foi apresentado nessa dissertação, foi possível avançar no enfrentamento destas questões. Como foi exposto no texto, o PSD obteve um apoio significativo da máquina pública e, incontestavelmente, isso foi o fiel da balança ao seu favor, pois em alguns municípios a diferença entre PSD e UDN foi muito pequena. Por outro lado, a rejeição aos eduardistas parece estar vinculada a postura conservadora adotada pelos udenistas, desconectada das novas pautas sociais, que, por vezes, descambou para uma postura agressiva, atacando Getúlio Vargas e sua obra, dois pontos de muito apreço para os populares.

Outras perguntas e alguns propostas também foram realizadas no início desse trabalho e é necessário, nesse momento, fazermos um balanço daquilo que alcançamos, revisitando os questionamentos propostos.

Afirmamos em nossa introdução que esse trabalho não se deteria apenas em uma história das elites, procurando apresentar e discutir os diversos movimentos e agentes políticos envolvidos. Acreditamos que conseguimos cumprir, ao menos em parte, com essa tarefa. Procuramos trazer para o debate todos os atores identificados na pesquisa. Fizemos questão de registrar cada nome, mesmo aqueles que não tivemos condições de encontrar informações sobre, para que no futuro, nós ou outros historiadores possam ter acesso a essas pessoas e, a partir do estudo sobre estas trajetórias avançar na compreensão do contexto. Boa parte da dificuldade em mapear a trajetória desses sujeitos, diz respeito a escassa produção historiográfica sobre o tema. Sendo assim, acreditamos que propostas de pesquisa voltadas para o interior do estado poderão ajudar ampliar o conhecimento histórico colaborando para o debate acadêmico.

Entre os agentes envolvidos, procuramos entender como os *queremistas* se relacionaram com o espaço político em construção. Neste sentido, a participação desses atores foi bastante significativa, influenciando os eleitores, sobretudo de Rio Grande, onde ocorreram enfrentamentos diretos entre *queremistas* e oposição.

Isso mostra que eles se posicionaram, tomaram partido frente ao contexto político em vários momentos do processo de redemocratização. Antes mesmo da anistia, a folha pelotense relatava a manifestação de um público descontente com a

declaração dos articulistas. Depois, já com a anistia, os trabalhadores saíram para as ruas homenageando o presidente, mas também revidando os ataques sofridos. Certamente, esses movimentos foram a origem do *queremismo* na região.

Mediante esses conflitos, os usos do passado varguista, e daquele anterior ao período Vargas, foram recorrentes. Nessa dinâmica, os atores moldavam esse passado de maneira plástica, recorrendo ao *espaço de experiência*, onde buscaram subsídios que tornassem suas *representações* mais sólidas. Esses usos foram variados, desde o ataque ao regime, quanto a defesa de Getúlio Vargas e o que ele representava. Claro, que além das interventorias, a construção da *cultura política trabalhista* foi decisiva no posicionamento político de boa parte dos sujeitos, pois ela se mostrou presente em diversos momentos, não só de embate, como também de propaganda política.

Podemos afirmar que a *cultura política trabalhista* foi baliza para todos os debates que ocorreram nas cidades da região de Pelotas e Rio Grande. Em diversos momentos ela apareceu como referência nas discussões, fosse na instalação de comitês, nas propagandas políticas, ou nos ataques da oposição, sua presença foi recorrente.

Ainda sobre os atores políticos, conseguimos destacar um em especial, cuja importância explica-se pelo poder de influenciar diariamente a reabertura política na região sul, os jornais. Cada qual a seu turno teve participação no posicionamento de outros sujeitos. O *Diário Popular*, que se mostrou, inicialmente, como oposicionista, passou, a partir de junho, a ser um dos principais defensores do governo, inclusive tornando-se uma folha partidária pessedista e conseqüentemente pró-Vargas.

Este fato é importante na medida que a historiografia sobre jornais no Rio Grande do Sul<sup>86</sup> afirma que os jornais partidários teriam existido até 1930. Por outro lado, essa relação de identificação do PSD com o *Diário Popular* parece ter cessado após as eleições, quer dizer, o partido desaparece das páginas do jornal. Tratar-se-ia de interesses conjunturais, encerrados após as eleições.

Já os jornais riograndinos mantiveram sua postura desde o início, com o jornal *Rio Grande* apresentando inclinações udenistas, embora divulgasse artigos de todas

---

<sup>86</sup> Essa leitura sobre a história do jornalismo no estado do Rio Grande do Sul aparece principalmente na obra: RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1993.

as correntes partidárias e o periódico *O Tempo*, que se colocou a favor dos trabalhadores procurando esclarecer vários acontecimentos que interessavam aos populares, diferente do seu coirmão que se omitiu a respeito do comício desastroso da UDN na cidade.

De modo geral, todas as folhas envolvidas mantiveram um posicionamento que favoreceu os *de dentro*, sobretudo o PSD. Com a chegada do PTB, percebemos uma aproximação do jornal *O Tempo* com essa legenda, porque era essa folha que divulgava as notícias do partido na cidade, enquanto o *Rio Grande* se detém com maior frequência ao PSD e a UDN.

Levantamos também na introdução do trabalho o questionamento sobre a participação de Pelotas e Rio Grande na redemocratização e qual a relação que essas cidades mantinham. Podemos dizer que esses municípios foram centrais no desenrolar do processo político na região sul, aparecendo como polos políticos de onde partiram iniciativas visando a organização partidária, como foi apresentado no capítulo 02. Além disso, conseguimos visualizar uma região política definida a partir dos contatos realizados entre vários agentes, que promoveram uma grande movimentação de *capital simbólico* entre as localidades.

Neste sentido, os prefeitos de Pelotas e Rio Grande, se fizeram presentes em diversas instalações de núcleos partidários. Eles levavam a outras cidades a palavra de apoio, compromisso e, acima de tudo, unidade, sentimentos cultivados para superar as disputas internas do partido.

Além da movimentação local que interligava diversos agentes, havia uma ponte entre o regional e o nacional, construída em duas vias. A primeira, pelo encontro com a *cultura política trabalhista*, que permeia todos os debates. A segunda, pelas pautas partidárias ou eventos políticos que promovem o debate, aproximando acontecimentos locais daquilo que ocorria nos grandes centros do país, ou vice-versa.

Sobre a inserção do PTB na reabertura, procuraremos analisar quais foram os impactos e os desdobramentos do ingresso tardio dessa legenda na política do extremo sul gaúcho. Mesmo participando por pouco tempo da reabertura, o PTB conquistou um espaço significativo, sobretudo, em Rio Grande, onde teve a adesão de *queremistas* e membros do PSD, aspecto que se antevia seu protagonismo na cidade que, posteriormente receberá a alcunha de “Cidade Vermelha” (GANDRA, 1999) em parte por essa articulação.

No processo eleitoral os trabalhistas acompanharam a chapa presidencial e a senadoria dos pessedistas. Para câmara dos deputados, os petebistas gaúchos indicaram seus próprios candidatos. Em Rio Grande, o PTB indicou Luiz Emilio Léo, figura de destaque na reabertura, pela sua atuação em diversos momentos e frentes do evento.

Mas afinal, o que podemos observar de novo nesse primeiro momento? A respeito disso é difícil apontar uma conclusão satisfatória, porque o produto dessas reflexões não é algo novo, pelo contrário, é algo que foi ressignificado por esses sujeitos. Da mesma forma, podemos nos questionar sobre qual tipo de democracia resultará desse processo? Sem dúvida, trata-se de um dos termos mais recorrentes entre os articulistas. Seu significado definitivo não se conhece, mas podemos pensar que essa nova democracia será resultado da tensão entre diferentes projetos políticos que tem nesse conceito seu horizonte. A diferença ficaria por conta dos diferentes significados que a democracia possui para os distintos atores. Enquanto as camadas populares, ligadas ao PSD, ao PCB e ao PTB veiculavam os direitos sociais conquistados no período varguista como elemento basilar da prática democrática, as oligarquias liberais continuavam vislumbrando um sistema formal e distante dos anseios populares. Por seu turno, um segmento expressivo da oligarquia organizada em torno do PSD vislumbrava uma democracia que combinava a incorporação dos subalternos com a manutenção de seu predomínio político.

Para concluir, é possível afirmar que o ano de 1945 foi o momento inicial – marco importante – de um processo que ressignificaria a política, não apenas no sul gaúcho, mas em todo o país. Além disso, a compreensão desse evento no nível regional, é de fundamental importância social e para o desenvolvimento de futuras pesquisas, pois ele é a gênese das estruturas político-partidárias atuantes entre os anos de 1945 – 1964.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. **Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)**. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 2006.

ALONSO, José Antônio Fialho. **Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939-70**. Porto Alegre: FEE, 1986.

ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Rio Grande do Sul. História, historiografia e Memória**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

\_\_\_\_\_. **O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do diário do Rio Grande**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e história no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

AMARAL, Sandra Maria do. **O Teatro do Poder: as Elites Políticas do Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo**. Tese de Doutorado, PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo, Ed Ática, 1985.

CUNHA, Ricardo Borges da. **Geografia Eleitoral E O Emprego De Uma Análise Sistêmica: Um Estudo De Caso Sobre O Processo Político No Município Do Rio Grande/Rs**. Dissertação de Mestrado, FURG, Rio Grande, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **História, Região e Espacialidade**. Revista de História Regional, v. 10, n. 1, p. 95-129, verão. 2005.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et all. **Anthropos-Homem**. Enciclopédia Einaudi Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BECKER, J. J. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-212.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

CAPELATO, Maria Helena R. **Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1988.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto. **RELIGIÃO E POLÍTICA: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições 1932-1954**. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 2002b.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

DALMAZO, Renato Antônio. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul - 1940-74**. Porto Alegre: FEE, 1992.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. Cadernos de Estudo, Porto Alegre, n. 13, PPGH/UFRGS, p. 19-29, 1995.

ESPIG, Marcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXIV, n.02, p. 269-289, 1998.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

\_\_\_\_\_, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

GANDRA, Edgar Ávila. **O caos da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969**. Cruz Alta, RS: Gráfica Universitária Cruz Alta Ltda, 1999.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 1999.

HEINZ, Flavio M. (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo/RS: Editora Oikos Ltda, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

JEANNENEY, J. N. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: EdUFPel, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Helgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul -1823/2002**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **De volta para o presente: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência Educação, Bauru, SP, v. 9, n.2, p. 191-211, 2003.

MOURA, Hugo José Guedes. **1945: Uma campanha eleitoral**. Dissertação de Mestrado, UFRPE, Recife, 2009.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **“O preço da liberdade é a eterna vigilância”: a UDN no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. Tese de Doutorado, PUC-RS, Porto Alegre, 2008.

RAMIL, Vitor. **A ESTÉTICA DO FRIO: Conferência de Genebra**. Pelotas - RS: Satolep Livros, 2009.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 37-56.

\_\_\_\_\_. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

RENNÓ, Lucio. **Teoria da cultura política: vícios e virtudes**. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 45: 71-92, 1998.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1993.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. . **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Tese de Doutorado, PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TORREZAN, Roseli. **O governo provisório na Constituinte de 1933/34**. Dissertação de Mestrado, UPM, São Paulo, 2009.

WEBER, Daniela Maria. **Metodologia para pesquisa em imprensa: Experiências através d'O Paladino**. Signos (UNIVATES), v. 33, p. 09-21, 2012.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

## FONTES CONSULTADAS

### Jornais:

Jornal *Diário Popular*, de 01/01/1945 a 31/03/1946.

Jornal *O Tempo*, de 01/01 a 31/12/1945.

Jornal *Rio Grande*, de 01/01 a 31/12/1945.

### Decreto e Leis:

**Lei Nº 9 de 28 de Fevereiro de 1945**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCT/LCT009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm)> Acessado em: 20/09/2015.

**Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 20/09/2015.

**Resolução nº 215 de 02 de Outubro de 1945**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-215-parlamento-nacional-texto/view>> Acessado em: 23/09/2015.

**Lei Constitucional Nº 13, de 12 de Novembro de 1945**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-13-12-novembro-1945-364994-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em: 23/09/2015.

